

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

JÉSSICA SCHAEFER ZAJACZKOWSKI

**ENTRE DEMAGOGISMO E SOBERANIA POPULAR: O VOTO DO ANALFABETO NOS
JORNALIS FOLHA DE S. PAULO E ESTADO DE S. PAULO (1981-1985)**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br

JÉSSICA SCHAEFER ZAJACZKOWSKI

**ENTRE DEMAGOGISMO E SOBERANIA POPULAR:
O VOTO DO ANALFABETO NOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *ESTADO DE S.
PAULO* (1981-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Profº Drº Luís Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre
2021

Ficha Catalográfica

Z21e Zajaczkowski, Jéssica Schaefer

Entre demagogismo e soberania popular : O voto do analfabeto nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo / Jéssica Schaefer Zajaczkowski. – 2021.

186.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luís Carlos dos Passos Martins.

1. voto do analfabeto. 2. redemocratização. 3. imprensa. 4. democracia. 5. ampliação do eleitorado. I. Martins, Luís Carlos dos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

JÉSSICA SCHAEFER ZAJACZKOWSKI

**ENTRE DEMAGOGISMO E SOBERANIA POPULAR:
O VOTO DO ANALFABETO NOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *ESTADO DE S.
PAULO* (1981-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luís Carlos dos Passos Martins - PUCRS

Prof. Dr. Augusto Neftali Corte de Oliveira- PUCRS

Profª Drª Mônica Karawejczyk - PUCRS

Porto Alegre
2021

RESUMO

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº25 em 1985 o analfabeto passa a compor o eleitorado do país. Desde 1824, diferentes políticas vieram a se debruçar sobre o sistema eleitoral brasileiro, estabelecendo critérios qualificadorios para o exercício do voto. Em 1881, a partir da Lei Saraiva, o analfabeto passou a ser excluído com a exigência do voto letrado, deixando o país com um dos menores eleitorados já registrados comparado a sua população. Em 1945 esse percentual havia superado os 15%, chegando a 33% nos anos de 1970. A marca dos 50% só foi superada a partir dos anos de 1980 com a redemocratização do país em paralelo a consolidação do voto dos analfabetos, 104 após a sua exclusão. Nossa proposta aqui surge da problemática exposta, preocupada em compreender essa relação tardia, orientando-se em analisar os discursos produzidos na imprensa brasileira daquele período, especificamente nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre o voto dos analfabetos na redemocratização do país. Esses discursos explicitaram diferentes elaborações acerca da pauta, evidenciando conflitos e tensões em torno da sua consolidação, profundamente associados às diferentes transformações que estavam em jogo na transição do regime militar para o regime democrático e na construção do Estado Democrático de Direito que estabeleceu uma nova Constituição Federal para o país, em 1988. Em texto constitucional e nos discursos explorados, não há uma construção hegemônica em torno da pauta, há pelo contrário, forte a tensão, resultando na garantia do voto do analfabeto e ao mesmo tempo, estabelecendo-o de forma facultativa, sem direito ao alistamento e elegibilidade.

Palavras chaves: voto do analfabeto; redemocratização; imprensa; democracia; ampliação do eleitorado.

ABSTRACT:

Approved Constitutional Amendment No. 25 in 1985, the illiterate vote becomes part of the country's electorate. Since 1824, different norms have come to focus on the Brazilian electoral system, establishing qualifying criteria for the exercise of the vote. In 1881, after the "Saraiva Law", the illiterate person was excluded from the electorate as a result of the requirement of a literate vote, leaving the country with one of the smallest electorates compared to its population, between 1.5%. In 1945, this percentage had surpassed 15%, reaching 33% in the 1970s. The 50% mark was only surpassed from the 1980s onwards with the country's redemocratization in parallel with the consolidation of the illiterate vote, 104 years after your exclusion. From this problematic exposed, this research arises, concerned with understanding this late relationship, aiming to analyze the discourses produced in the Brazilian press of that period, specifically in the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* on the vote of illiterate people in redemocratization of the country. These speeches explained different elaborations about the agenda, showing conflicts and tensions around its consolidation, deeply associated with the different transformations that were at stake in the transition from the military to the democratic regime, in the construction of the Democratic State of Law that established a new Constitution Federal for the country, in 1988. In the constitutional text and in the discourses explored, there is no hegemonic construction around the subject, on the contrary, there is strong tension, resulting in the guarantee of the illiterate vote and, at the same time, establishing it on an optional basis, without the right to enlistment and eligibility.

Keywords: illiterate vote; redemocratization; press; democracy; enlargement of the electorate.

LISTA DE SIGLAS

CF/CF de 1988: Constituição Federal de 1988

CI: Comissão Interpartidária de 1985 encarregada das mudanças no sistema eleitoral

FSP: Folha de S. Paulo

MEB: Movimento de Educação de Base

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

OESP: O Estado de S. Paulo

PMDB: Partido Democrático Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

UDN: União Democrática Nacional

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Voto do Analfabeto nos jornais FSP e OESP 1940 -1990.....	46
Gráfico 2: Comparecimento como Proporção da População Total. Eleições Presidenciais. Brasil, 1984-1998.....	51
Gráfico 3: Participação como Proporção da População Total. Eleição para a Câmara dos Deputados. Brasil, 1933-1998.....	53
Gráfico 4: Despesas em educação como porcentagem do PIB.....	149
Tabela 1: Tabela da <i>população total do brasil X taxa de analfabetos 1980</i>	51
Tabela 2: Tabela mencionando <i>população, número de eleitores e %</i> ao longo dos anos 1945-1996.....	52
Tabela 3: Presença da pauta “voto do analfabeto” no jornal <i>Estado de São Paulo</i> para os anos de 1981, 1985 e 1986.....	55
Tabela 4: Presença da pauta “voto do analfabeto” no jornal <i>Folha de São Paulo</i> para os anos de 1981, 1985 e 1986.....	56
Tabela 5: Tabela com algumas iniciativas sobre educação e analfabetismo no Brasil dos anos de 1950/1960.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 SISTEMA ELEITORAL E VOTO NO BRASIL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO DO VOTO DO ANALFABETO.....	19
1.1 A construção do <i>sufrágio universal: espaços de experiência e horizontes de expectativa</i>	19
1.2 A exclusão dos analfabetos do direito ao voto em um País de analfabetos: tendências políticas em jogo.....	30
1.3 Inclusão do analfabeto e redemocratização: ampliação do eleitorado brasileiro.....	50
2 REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E VOTO DO ANALFABETO: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA NA FOLHA DE S. PAULO E ESTADO DE S. PAULO.....	65
2.1 A transição democrática e a nova configuração da sociedade civil: contribuições dos conceitos de campo social e luta simbólica em Bourdieu...65	
2.2 A imprensa no Brasil dos anos de 1980: a centralidade dos meios de comunicação na produção simbólica e ideológica.....	74
2.3 Os discursos sobre o voto dos analfabetos em 1985: aproximações entre <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Estado de S. Paulo</i>	88
2.4 Os discursos sobre o voto dos analfabetos em 1985: distanciamentos entre <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Estado de S. Paulo</i>	101
3 A DEMOCRACIA COMO PROBLEMA: AMPLIAÇÃO DO VOTO E TENSÃO ENTRE LIBERALISMOS.....	113
3.1 O Estado Democrático de Direito e voto do analfabeto: liberalismo e democracia.....	113
3.2 O voto do analfabeto na imprensa e a tensão entre liberalismos: entre liberalismo radical e liberalismo conservador.....	126
3.2.1 O voto do analfabeto e mudanças no sistema eleitoral: da informatização do sistema a democracia representativa.....	138
3.3 O analfabetismo como problema democrático: tensões entre sociedade civil e Estado.....	149
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
5 ANEXOS.....	173
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176

1 INTRODUÇÃO

Em 15 de maio de 1985 é aprovada a Emenda Constitucional nº25 resultando na ampliação do eleitorado, que passou a contemplar o voto daqueles que não sabiam ler e escrever. Desde 1881, a partir da Lei Saraiva, que inaugurou as eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império brasileiro, o analfabeto passou a ser excluído do eleitorado com a exigência do voto letrado. Essa configuração naquele contexto colocou o país em um dos menores percentuais de eleitores comparado a sua população¹. Desde 1824, diferentes políticas vieram a se debruçar sobre o sistema eleitoral brasileiro, estabelecendo critérios qualificatórios para o exercício do voto. Em 1945 o percentual do eleitorado em comparação a população havia superado os 15%, chegando a 33% nos anos de 1970. Entretanto, só ultrapassou a marca de 50% em 1985, contexto de redemocratização do país, quando o direito político de voto aos analfabetos é aprovado, colocando o país na última posição² entre os países latino-americanos na garantia desse direito (LAZARTE ROJAS, 2015).

É dessa problemática que surge esta pesquisa, preocupada em compreender essa relação tardia da ampliação do eleitorado e da consolidação do voto do analfabeto, orientando-se em analisar os discursos produzidos na imprensa brasileira daquele período, especificamente nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre a pauta, para pensarmos sua relação com a democracia, cidadania e educação. Esses discursos explicitaram diferentes elaborações sobre a política que estava em curso naquele contexto, evidenciando conflitos e tensões em torno da sua consolidação, profundamente associados às diferentes transformações que estavam em jogo na transição do

¹Estudos apontam que apenas 1,5% da população representava o eleitorado do país (HOLANDA, 2008).

² A pesquisa realizada por Jorge Lazarte Rojas para o Internacional Institute for Democracy and Electoral Assistance (Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral) - IDEA, de Estocolmo, aponta que o Brasil foi o último país latino-americano a garantir o exercício do voto ao analfabeto, e ainda assim, não garantiu sua elegibilidade.

regime militar para o regime democrático e que estabeleceu uma nova Constituição Federal para o país, em 1988.

A Emenda Constitucional nº25 deu início a uma primeira organização sobre o voto dos analfabetos, ainda não acontecendo na decisão sobre os presidenciais, que iria ocorrer somente em 1989. As eleições diretas para presidente da república e o compromisso constitucional com o voto dos analfabetos foi inaugurado com a Constituição Federal de 1988, que garantiu o *sufrágio universal* e o voto secreto enquanto critérios de *soberania popular*, inaugurando uma nova concepção de Estado, que combinou formas de representação e formas de participação em sua estrutura.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu uma nova relação entre Estado e indivíduo, congregando valores básicos liberais, da igualdade de direitos no Artº5 quando “Todos são iguais perante a lei”. Ficou conhecida naquele contexto e depois como Constituição Cidadã por reaver direitos que foram suprimidos por longos anos com o regime militar, ampliando-os, sobretudo os direitos sociais. Em contraste a essas percepções, há uma questão emblemática, que diz respeito à elaboração do voto dos analfabetos no texto constitucional, confrontando a perspectiva de igualdade apresentada anteriormente ao constar a ressalva do voto dos analfabetos a partir do caráter facultativo e da impossibilidade da sua elegibilidade.

Paralelamente, na imprensa dos anos de 1980, nas datas em que o voto dos analfabetos recebeu maior destaque, correspondendo aos anos de 1981 e 1985, os maiores embates sobre a política que estava sendo construída naquele contexto e que, posteriormente, foi aprovada no cenário institucional, concebendo o voto dos analfabetos, se deram em torno de dois significados conflituosos sobre a pauta. De um lado uma perspectiva que agregava a pauta aos princípios de soberania popular e, de outro, o entendimento dessa política como demagogismo. Esses significados, construídos nos discursos analisados, estão profundamente relacionados a questões históricas, mas também, singulares daquele momento, resultando nessa elaboração assimétrica, que,

de um lado, consolidou o sufrágio universal e, de outro, indiretamente, qualificou o eleitor em dois tipos, uns com o voto obrigatório, outros com o facultativo.

Ainda que a imprensa apresente-se em torno da imagem de imparcialidade, a fim de legitimar a função social que constrói para si, ela também é construtora da realidade social carregando visões de mundo e concepções ideológicas. Procuramos traçar uma comparação entre os dois jornais, buscando essas diferenças em suas perspectivas, ao passo que também podemos identificar um núcleo básico de valores que os aproximam ou que os distanciaram em determinadas abordagens. As perspectivas elencadas pelos jornais não foram estabelecidas de forma estática de 1981 à 1985, elas foram sendo construídas em relação ao mundo social imerso na tensão entre valores conflitantes. Percebemos que mesmo entre os meios de comunicação liberais há diferenças fundamentais entre eles, desde as suas formações às diferentes perspectivas, evidenciada em editoriais, recortes, ênfases e abordagens. Essas diferenças são produto e produtoras da realidade a partir da luta simbólica que os cerca, em meio à tensões entre opinião pública e democracia representativa na dinâmica entre os diferentes campos do mundo social.

Essas produções e discursos não se dão de forma individual, mas relacionada às conservações e transformações da sociedade. Buscando a compreensão da pluralidade de atores no contexto de transição democrática e do próprio jogo político e simbólico sobre a significação dessa realidade, percebendo as modificações que ocorreram nesse período, nos apropriamos da perspectiva dos *campos sociais* e da *luta simbólica*³. A utilização desses conceitos para análise nos auxilia na compreensão da disputa que aconteceu na construção das justificativas em torno da ampliação do eleitorado com o direito de exercício do voto aos analfabetos e do *jogo político* sobre a pauta no contexto de redemocratização. Isso porque a construção da pauta não se deu de forma hegemônica, desde 1881 diferentes discursos irão se debruçar sobre

³ Ambos conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002).

o voto dos analfabetos, seja em defesa ou rechaço. Dessa forma, no desenvolvimento da pauta entraram em jogo as lutas internas entre os agentes de um campo e as lutas de competência entre os diferentes campos, em diálogo aos diferentes e divergentes interesses sociais e econômicos.

Ao longo dos anos de 1950 e 1960, no Brasil, assim como em outros países do mundo, diferentes movimentos vieram a se preocupar com a questão do analfabetismo e do voto do analfabeto. A pauta constava também entre as Reformas de Base propostas por João Goulart. Esses movimentos foram duramente combatidos com a consolidação do regime militar, ao mesmo tempo em que surge a proposta de Castelo Branco, centrada em estabelecer o voto dos analfabetos, mas somente a nível municipal. A política não teve aprovação naquele contexto e com a perseguição aos movimentos sociais, acabou não vigorando em novas propostas, até 1985. Dessa forma, entendemos que a instauração do regime militar influenciou na postergação do direito político de voto aos analfabetos, que dependeu sobretudo da reorganização do Estado Democrático de Direito, exprimindo a tensão entre diferentes tendências políticas que influenciarão nesse e em outros debates.

Essas questões irão se relacionar com os embates trazidos pelo liberalismo, na passagem do Estado Liberal de Direito pro Estado Democrático de Direito, que marcou as tensões entre seus princípios fundantes, de igualdade e liberdade. Percebemos que a pauta do voto dos analfabetos, ao se associar à ampliação do eleitorado e do sufrágio universal do país, também se estabeleceu em diálogo percepções de Estado na tensão entre liberalismos e autoritarismo. A transição do regime militar para o democrático, para além de um processo “controlado, lento e gradual”, marcou essas tensões entre diferentes concepções de Estado Democrático de Direito, embora também percebemos importantes avanços institucionais.

Por entendermos que nenhum processo histórico consiga se dar enquanto ruptura, nossa abordagem considera as conservações e as transformações do mundo social e das relações de poder. Nesse contexto emerge uma nova relação dos meios de comunicação com a sociedade brasileira, em sua nova configuração civil, que se propõe a uma diferente

“função institucional”, como moderadora do cenário institucional, sobretudo se associando à imparcialidade. A informação para uma sociedade democrática, em uma democracia representativa é bastante definidora. O direito à informação pode se dar de diferentes maneiras dependendo da sociedade na qual estamos falando e também do desenvolvimento da democracia.

É a partir da informação que os indivíduos se posicionam e decidem sobre as pautas da sociedade, dentre elas, a escolha de seus candidatos, em quem depositarão seus votos nas eleições. Não há como desassociar a ampliação do eleitorado brasileiro neste contexto com a informação e o desenvolvimento dos meios de comunicação do país. Nos anos de 1980 e 1990 os meios de comunicação do país estabelecem novas relações com a política e a sociedade em geral. Com o fim da censura estabelecida no regime militar e garantia da liberdade de imprensa com a redemocratização, o jornalismo também se modifica, com novas ênfases, problemáticas e formas de abordagem.

A exclusão dos analfabetos e os fenômenos que irão proceder a sua inclusão, como o lento desenvolvimento da cidadania, a falta de mecanismos contundentes de participação política, a pouca clareza sobre o sistema eleitoral, explicitam conflitos e hierarquias sobre essas demandas, evidenciando diferentes tensões entre Estado e sociedade civil. Superada a exclusão histórica dos analfabetos do eleitorado brasileiro na legislação brasileira, ainda que com ressalvas, se assumiu o compromisso, firmado em texto constitucional, de reduzir as desigualdades sociais do país. É nesse contexto que a educação, sobretudo o ensino fundamental, passam a se universalizar na sociedade brasileira, aumentando o número de matrículas nos diferentes níveis que compõem.

Entretanto, mesmo com essa inclusão e com diferentes políticas desenvolvidas sobre a problemática do analfabetismo anteriores e posteriores à CF de 1988, até os dias atuais, o percentual de analfabetismo entre a população adulta no Brasil ainda é alto, fazendo o país ocupar a 8ª posição no ranking mundial - cerca de 14 milhões de pessoas de acordo com o PNAD de

2012. Consta também, o aumento do analfabetismo entre a faixa etária de 15 anos entre 2011 e 2012 de 8,6% para 8,7% (PNAD, 2012). Tanto a universalização da educação, quanto a ampliação do eleitorado irão dessa forma sugerir novas problematizações, para além das construções simbólicas que estão em disputa. De um lado, a escola como reprodutora de desigualdades sociais e de outro a ampliação do eleitorado e a assimetria na representação do eleitorado.

Partindo dos pressupostos expostos acima, procuramos com a presente pesquisa, contribuir com diferentes estudos sobre o voto do Brasil, em uma temática interdisciplinar que ultrapassa questões eleitorais, explorando as diferentes tensões que essa política provocou na análise dos discursos que nos propomos: a) tensões entre ampliação do eleitorado e conservação do cenário político b) demagogia e soberania popular c) opinião pública e democracia representativa d) indivíduo e Estado e e) sociedade civil e Estado. Para isso, em um primeiro momento no Capítulo 1, sob título de “*Sistema eleitoral e voto no Brasil: da exclusão à inclusão do voto do analfabeto*”, nos propomos em contextualizar nosso objeto de pesquisa partindo do estabelecimento do Censo na Constituição de 1824, para então tratarmos das questões referentes à exclusão dos analfabetos do eleitorado com a exigência sobre o voto letrado em 1881, com a Lei Saraiva.

Nos apropriamos da reflexão desenvolvida por Koselleck (2006) em relação ao tempo histórico, onde construímos uma análise calcada em algumas de suas contribuições, principalmente visando a desnaturalização de conceitos e na captação das mudanças e transformações do mundo social, em meio a conflitos entre tendências políticas expressivas, elaborada nas tensões liberalismo(s) e autoritarismo, principalmente quando formos pensar nos tipos de modernização desenvolvidas no país. Procuraremos expor as principais tendências em jogo, buscando entender essa consolidação tardia, apenas em 1985 e posteriormente em texto constitucional em 1988. Por fim, iremos expor

algumas questões metodológicas ao final do capítulo, para então partir para a análise dos discursos encontrados nas fontes utilizadas.

No Capítulo 2 com título “*Redemocratização do país e voto dos analfabetos: a construção simbólica na Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo*” iremos iniciar nossa reflexão nos valendo dos conceitos citados anteriormente, desenvolvidos na sociologia procurando compreender a complexidade do contexto em que se insere nosso objeto de estudo. Faremos isso de forma comparativa, buscando a aproximação e os distanciamentos entre os jornais, percebendo as construções simbólicas que emergem dos discursos analisados, buscando elucidar os diferentes argumentos, tensões e relações que estavam sendo desenvolvidas sobre a pauta naquele momento. A análise dos discursos de imprensa, para além de elencar esses argumentos e elaborações que racionalizam sobre a pauta, expõe os valores e visões de mundo que estavam em jogo naquele contexto.

Nesses discursos carregados de simbolismos expressam-se ideias e elaborações profundamente relacionadas à disputa em torno da construção do Estado Democrático de Direito, na tensão entre igualdade e liberdade. Em uma perspectiva que entende os discursos atentando em significar a pauta enquanto perigo à demagogia e de ameaça ao cenário político, identificamos o desenvolvimento de um liberalismo conservador, que enfatizou a liberdade em detrimento da igualdade, desenvolvendo argumentos para uma modernização autoritária e muitas vezes se relacionando as oligarquias. Enquanto o discurso que significou a pauta como critério de soberania popular e de legitimidade democrática estaria associado ao desenvolvimento de um liberalismo radical, que enfatizou a igualdade em detrimento da liberdade. Esses discursos impactaram o cenário político daquele contexto quando percebemos a dualidade que carregou o voto do analfabeto nos pressupostos constitucionais.

Por isso, no Capítulo 3 sob título “*A democracia como problema: ampliação do voto e tensão entre liberalismos*” buscaremos dialogar com autores que trabalharam essa relação tensa entre igualdade e liberdade,

promovida com o advento do Estado Liberal de Direito e no Estado Democrático de Direito. Essa passagem não se deu de forma linear ou evolutiva, mas imersa em conflitos. Na imprensa, os discursos sobre o voto dos analfabetos não receberam o mesmo peso na comparação entre os jornais analisados. Diante disso, reunimos os principais discursos favoráveis e contrários à pauta associando ao embate que trouxemos na tensão entre liberalismos e construção do Estado Democrático de Direito em seus conflitos. Em nossas análises não nos atemos em citar todas as elaborações sobre o voto dos analfabetos do período, mas as principais problemáticas que surgiram, implicadas em questões simbólicas, que significam a realidade e fazem referência ao mundo social.

O voto do analfabeto, para além dos significados que recebeu, também pressionou mudanças no sistema eleitoral brasileiro, desde a introdução dos algoritmos no processo eleitoral, identificando candidatos e partidos por numerais, à informatização do sistema e novas problemáticas sobre a democracia representativa. De um lado, há essa grande ampliação do eleitorado no Brasil e, de outro, uma assimetria entre eleitores e representantes no cenário político do País, além de outras questões emblemáticas que confrontam o discurso de que os meios de comunicação seriam suficientes para esclarecer sobre as questões que regem o sistema eleitoral, ultrapassando a relação específica do eleitor analfabeto ou a relação com explicações que se centram no indivíduo. Procuraremos, então, dando prosseguimento à análise das principais tensões sobre a pauta, fazer menção aos seus impactos, ainda que de forma breve.

Passados 104 anos da exclusão dos analfabetos no direito político de exercício do voto, no contexto de redemocratização do país, marcado pelo fervor social cobrando o estabelecimento do Estado Democrático de Direito e a ampliação dos direitos políticos, sociais e civis, no limite dos seus custos sociais, é aprovada a política que retornou esse direito aos analfabetos. O voto do analfabeto apareceu muitas vezes nos discursos analisados associado a garantia de legitimidade sobre a Constituinte e o processo de redemocratização

do país. Esse contexto também foi marcado pelo compromisso com a redução das desigualdades sociais firmado em texto constitucional em 1988. Desse compromisso surgem novas propostas preocupadas com a universalização do ensino fundamental, que a partir passa a ser profundamente ampliado. Também são enfatizadas novas formas de analfabetismo, que para além da categorização dos indivíduos, evidencia desigualdades sociais e discrepâncias de oportunidades na educação. Dessa forma, a universalização e o combate ao analfabetismo também evocou novas problemáticas, que procuraremos explorar no final desta dissertação.

1 SISTEMA ELEITORAL E VOTO NO BRASIL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO DO VOTO DO ANALFABETO

1.1 A construção do *sufrágio universal*: espaços de experiência e horizontes de expectativa

Nos países democráticos, faz parte da cidadania o *sufrágio universal*, que por muito tempo na história do Brasil e do mundo foi restrito com cláusulas de exclusão por questões de renda, gênero e instrução. O *sufrágio universal* e a cidadania tal como conhecemos não foi algo dado, ou garantido desde os princípios da formação do Estado Moderno o que inclusive marca distintas concepções. As restrições ao direito do voto foram mobilizadas com diferentes discursos que se legitimaram na construção de um estigma de suposta “inferioridade” ou “não qualificação”, entre outras justificativas, de determinados grupos ao não exercício do voto, visando interceder e controlar a ampliação do eleitorado. Seja o que diz respeito a uma sociedade que condenou por muitos anos sua população à escravidão, vetando-os da possibilidade cidadã, e conseqüentemente de direitos e do voto. Seja das mulheres que na história do Brasil e do mundo por muito tempo foram impedidas de votar. Seja em relação aos analfabetos que por mais tempo ainda permaneceram sem acesso ao voto e por muitos anos sem oportunidades de alfabetização.

Nesse sentido, a origem do termo *sufrágio universal* não se relaciona diretamente à ampliação do voto enquanto universalização do voto. Ele se deu primeiramente em oposição ao voto censitário na França de 1848, com o Decreto de 5 de março de 1848 assinado em Paris, o que não garantiu o voto a *todos* naquele momento. Dessa forma, o *conceito* é marcado por mudanças desde a sua instituição às transformações que ocorrem em contextos posteriores:

(...) embora a prática do sufrágio universal seja um objeto de intensa valorização simbólica, pouco se conhece sobre a forma pela qual foi imposta como princípio de legitimidade da dominação política e, ao mesmo tempo, como princípio da organização da atividade das democracias ocidentais. Costuma-se esquecer o fato de que o voto, antes de ser uma prática codificada e normalizada, foi objeto de uma luta visando

impor uma representação dominante da expressão política (CANÊDO, 2005, p.11).

Garrigou (2005) entende que a formulação do decreto do sufrágio universal no dia 2 de março de 1848 não se deu de forma redundante:

Sua codificação faz reconsiderar mais amplamente o que parecia depender de um processo genérico de produção do direito. Segundo a ficção jurídica da “vontade do legislador”, os debates sobre as modalidades práticas e as formalizações jurídicas não constituiriam senão consequências acessórias do princípio previamente adquirido. Esses debates provocariam, ao contrário, a definição ulterior do sufrágio universal. Mais do que simples questão de “detalhe” (GARRIGOU, 2005, p. 63).

Quando pesquisamos sobre o *sufrágio universal* e suas semânticas nos dias atuais, encontramos referências completamente diferentes do “original”, em contraponto ao voto censitário. Inclusive acompanhada de outras palavras e conceitos. Hoje é comum pesquisarmos em documentos ou na internet e encontrarmos o termo relacionado à democracia, o que, em seu princípio, seria algo estranho ou inconcebível. Abaixo aprofundaremos a nossa análise metodológica sobre as possibilidades (e limites) da História dos Conceitos.

Afinal, onde estamos nos situando metodologicamente? Quando nos atemos aos *conceitos* em seus diferentes contextos estamos nos localizando em uma História Política - que dialoga com outras áreas e - que conversa com a História dos Conceitos ou do uso dos *conceitos* para a História, mas que não se atém somente a isso. Ao mesmo tempo em que evocamos esse uso dos *conceitos*, também nos preocupamos com o processo institucional, como a participação de diferentes grupos políticos, e enfim, com mudanças e permanências que transcendem os *conceitos* abordados. No entanto, chamamos atenção para eles na medida em que evocaram semânticas diferentes ao longo dos anos. O que um dia se entendeu como *sufrágio universal*, hoje já não se sustenta em um mesmo referente e isso vale para alguns dos *conceitos* evocados nesta pesquisa, seja em documentos, fontes ou durante a nossa escrita.

Nesse aspecto, nos utilizamos de algumas reflexões levantadas por Koselleck (2006) sobre a diferença entre palavras e *conceitos*. Na sua reivindicação metodológica para a História dos Conceitos, o autor elabora essa diferenciação dizendo o seguinte:

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalizações, ao mesmo tempo em que são polissêmicos (KOSELLECK, 2006, p.108).

E segue em sua reflexão desenvolvendo a diferenciação entre a palavra e o conceito, que seria marcado pela multiplicidade de significados, de realidades históricas e de experiências:

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. O conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. (...) Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. (...) No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade histórica e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra (KOSELLECK, 2006, p.109).

No estudo acerca dos discursos elaborados sobre o *sufrágio universal*, a diferenciação entre *conceito* e palavra provoca diferentes indagações. O sufrágio universal, ou ainda, o sufrágio foi tematizado em diferentes períodos da história do país, pelo menos desde o século XIX. Um *conceito* marcado por mudanças - que por vezes carrega semelhanças - às atribuições de períodos anteriores ou posteriores, e ainda, acompanha similares ou opostas tentativas de respostas e possibilidades - sobretudo singulares, em seus *espaços de experiência e horizonte de expectativa*.

Nossos questionamentos partem de um presente que se desenvolveu sobre um contexto que estabeleceu relações distintas das que vivenciamos

agora, ainda que cruciais para que tenhamos chegado até aqui. Nesse sentido, a relação entre *espaços de experiência* e *horizontes de expectativa* são fundamentais para entender as condições de possibilidade da História⁴ e consequentemente da nossa pesquisa e dos questionamentos que a cercam. A historiografia de Koselleck parte das indagações a respeito do tempo histórico.

Dias Duarte (2011, p.72) em diálogo com Koselleck (2006) entende que a “história tem um tempo próprio, imanente, e este tempo depende das experiências concretas dos homens” inerente ao fluxo da vida. É nesse tempo que acontecem as experiências concretas dos homens, nas suas articulações com cada presente, conectados a sua dimensão de passado e possibilidades de futuro - suas expectativas, esperanças, isto é, seus *horizontes de expectativa* (DIAS DUARTE, 2011; KOSELLECK, 2006).

Nossa abordagem aqui não se situa dentro da História dos Conceitos, mas em diálogo com ela. Nossa opção por esse diálogo se dá por não focarmos apenas nas questões partidárias e institucionais, mas também na possibilidade dos *conceitos* evidenciarem processos de elaboração, de modificação de relações e formas de organização de uma sociedade. Ainda que tenhamos brevemente explicitado nossa escolha em dialogar com a História dos Conceitos, não nos aprofundaremos em debatê-la enquanto ferramenta heurística pro historiador, ou ao próprio desenvolvimento da História dos Conceitos. Utilizamos essas premissas como combustível para os nossos questionamentos e para abordar os *conceitos* “em sua pertinência histórica e materialidade discursiva do passado, evitando assim a sua naturalização na pesquisa historiográfica” (MARTINS, 2018).

Em partes, os *conceitos* apresentam correspondentes, mas as semânticas que carregam quando relacionado às problemáticas que se estava tentando lidar no período é outra. Da mesma forma, os *conceitos* de democracia, representação, participação, cidadania etc. A garantia do *sufrágio universal* se dá em um contexto de reforma política, o *sufrágio* elencado em outros discursos, de momentos anteriores, estabelece outras relações com diferentes associações políticas. Se formos pensar nos significados

⁴ Sobre as condições de possibilidade da História em Koselleck ver: KOSELLECK 2006, p. 308.

mobilizados hoje quando se faz referência ao *sufrágio universal*, não é difícil encontrar um conjunto de outras pautas, como a obrigatoriedade ou não do voto, entre tantas outras dependendo de qual contexto formos perguntar.

Koselleck (2006) em sua teoria da História dos Conceitos em relação com a História Social aborda os estados sociais do ponto de vista sincrônico e suas alterações ao longo do eixo diacrônico, noções que enriquecem o trabalho do historiador - o que tentamos trazer também para nossa pesquisa no decorrer do seu desenvolvimento:

Dessa forma, buscam aquilo que, no domínio da história social, é caracterizado como as estruturas e suas alterações. Ainda que não se possa apreender, imediata e diretamente, a realidade a partir do conceito, a história dos conceitos tem como premissa refletir essa co-incidência. Decorre daí a tensão produtiva, rica em ensinamentos para a história social. (...) O método da história dos conceitos é uma condição *sine qua non* para as questões da história social exatamente porque os termos que mantiveram significado estável não são, por si mesmos, um indício suficiente da manutenção do mesmo estado de coisas do ponto de vista da história dos fatos; por outro lado, fatos cuja alteração se dá lentamente, a longo prazo, podem ser compreendidos por meio de expressões bastante variadas. A história dos conceitos prioriza a decifração, pela alternância das análises sincrônica e diacrônica, do período de duração de experiências passadas, assim como da capacidade de resistência das teorias do passado (KOSELLECK, 2006, p.114).

A relevância principal da História dos Conceitos para esta pesquisa faz referência principalmente à não naturalização de *conceitos* que podem evidenciar a construção e elaboração de *experiências* e *expectativas* do contexto em que se insere nosso objeto de estudo, a partir de diferentes elaborações, anteriores ou posteriores. A inclusão do analfabeto no direito de exercício do voto faz parte de um processo de elaboração da sociedade sobre questões que transcendem questões institucionais. A aproximação desse fenômeno ao desenvolvimento da *cidadania* e da *democracia* assim como a sua elaboração conceitual no contexto do nosso objeto e após ele não foram percepções dadas. Essas questões explicitam a não singularidade histórica desse contexto e dos acontecimentos evocados. Desde quando pensamos e

desenvolvemos sobre a *cidadania* e nos referimos a noções distintas de sua etimologia ligada à Grécia Antiga, mais especificamente de Atenas, também reforçamos a não singularidade histórica desses acontecimentos. As mudanças de semântica, referentes e correspondentes ao longo da história e nos diferentes lugares em que foi cunhada explicita esse desenvolvimento de diferentes percepções tanto quando pensado de forma sincrônica, quanto diacrônica:

O estudo da semântica histórica mostra que todo conceito que faz parte de uma narrativa ou uma representação - por exemplo, Estado, democracia, exército, partido, para citar apenas conceitos gerais - torna inteligíveis contextos, precisamente por não reduzi-los à sua singularidade histórica. Os conceitos não nos instruem apenas sobre a unicidade de significado (sob nossa perspectiva) anteriores, mas também contém possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que não é contemporâneo e não pode reduzir-se a uma pura série histórica temporal (KOSELLECK, 2006, p. 142).

Trazendo a discussão para o nosso objeto de pesquisa, José Murilo de Carvalho (2014) inicia sua reflexão sobre *cidadania* no seu livro “*Cidadania no Brasil: o longo caminho*” pontuando sua grande repercussão no contexto de redemocratização do país - e não por acaso trazemos essa reflexão quando desenvolvemos sobre o nosso objeto de estudo na presente pesquisa:

Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo”, diz-se “a cidadania quer”. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. Havia ingenuidade no entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. (CARVALHO, 2014, p. 13)

Carvalho (2014, p. 17) entende que o “surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico”. Dando prosseguimento a essa exposição, Carvalho

(2014) problematiza acerca do desenvolvimento da cidadania compreendendo que, apesar do seu ideal ser de certa forma semelhante em vários locais do mundo, os caminhos para a sua construção não se deu de forma evolutiva, linear ou da mesma maneira em todos os lugares. Ou seja, apesar de termos avançado em uma série de direitos ‘cidadãos’, nossa *cidadania* com esse tom de entusiasmo que remete ao contexto da redemocratização não se deu conforme a expectativa da época.

Carvalho (2014) estabelece um diálogo profundo sobre a longa e conflituosa construção dos direitos sociais do País, dentre eles, o da escolarização. Em sua reflexão sobre a cidadania, elencou as idéias de Marshall (1967) - teorizador da cidadania e do seu desenvolvimento, que introduziu o conceito de direitos sociais, entendendo que a cidadania só é plena quando dotada de todos os tipos de direito (cívico, social e político), relacionando-o ao conceito de classe social, a partir do impacto da desigualdade social sobre essas demandas (MARSHAL, 1967). Um dos pontos iniciais elaborados por Carvallho (2014) no desenvolvimento de sua análise acerca da cidadania, elencando que a educação tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos” (CARVALHO, 2014, p. 17). Carvalho (2014), Mazzioni e Trevisol (2018, p. 15) constroem o *conceito* de *educação* e *cidadania* como dimensões complementares e interdependentes, tese central das suas reflexões, convergindo também com as nossas - sendo “o avanço de uma é pré condição para o desenvolvimento da outra”.

O *sufrágio universal* tal como conhecemos - mencionado na Constituição Federal de 1988, reafirma a abrangência da ampla gama de eleitores do País, sem a exclusão de uma parcela considerável, com a inclusão do analfabeto no exercício do voto nos anos de 1980 (ver Tabela 1; Gráfico 1 e 2). Além disso, evoca diferentes conexões de *experiência* e *expectativa* tanto no que diz respeito ao sistema eleitoral em si, quanto à *democracia* ou à *cidadania*. Frisamos muitas vezes até aqui, de diferentes maneiras, a importância dessas reflexões, mas isso não é por acaso. Não naturalizar esses *conceitos* é tarefa chave para o desenvolvimento de alguns dos nossos questionamentos,

principalmente ao nos depararmos constantemente com esses *conceitos*, tanto nas nossas fontes, quanto com as demais produções que dialogamos.

É possível pensar em soberania popular no País anteriormente ao contexto explicitado? Sim, é possível pensar em soberania popular anteriormente a este período, assim como é possível pensar em democracia, mas o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito nos anos de 1980 inaugura uma nova relação entre Estado e indivíduo. Também não podemos desconsiderar em nossas análises a brusca interrupção no desenvolvimento da democracia no país com a consolidação do regime militar, das nossas tendências ao autoritarismo em um país extremamente desigual e, também, da relação que essa sociedade vai estabelecer com a informação e com a escolarização - em períodos anteriores ou posteriores:

Se pode haver direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos (CARVALHO, 2014, p. 16).

No entanto, é a partir desse contexto, que as camadas mais populares da sociedade brasileira, isto é, com menos acesso à escolarização, passaram a ser integradas no cenário eleitoral do país enquanto novos eleitores. Essa mudança, acompanhada de outras que seguiram, impactaram no sistema eleitoral, nas políticas do país e na relação que se estabeleceu com a *democracia* e a *cidadania*. A exclusão dos analfabetos da política do País ultrapassou questões eleitorais ou de estigma construído, se consolidando enquanto problemática que dependeu da construção do Estado Democrático de Direito para seu enfrentamento e inclusão na hierarquia de pautas do Estado frente às demandas da sociedade civil.

O que não quer dizer, no entanto, que todos os indivíduos de uma sociedade vão estar de fato incorporados à cidadania. Há aqueles que não terão acesso à informação ou ainda, que serão marginalizados e excluídos a ponto de não participarem desse processo. No Brasil, onde o liberalismo não

se deu como na Europa, isso influenciou em questões como na escolarização e na alfabetização, explicitando desigualdades de diferentes ordens sociais como de gênero, de raça e renda.

Ainda que, desde os anos de 1930, percebamos impactos no crescimento do número de eleitores, com a incorporação de novos setores sociais, os aumentos mais expressivos se deram nos anos de 1980 com a inclusão dos analfabetos, direito que vinha sendo reivindicado com força ao longo da década de 1950 e 1960, e posteriormente também ampliado aos jovens de 16 a 18 anos - fruto de uma luta que veio sendo travada desde finais do regime militar (ver Gráfico 1 e 2). Em alguns momentos da história brasileira, a crescente participação política dos trabalhadores e de camadas mais populares vieram atreladas a desconfianças dos resultados eleitorais, que ao se modificarem eram associados a fraudes eleitorais. Entre 1954 a 1964, o país enfrentou diferentes momentos de instabilidade política onde esse discurso foi evidenciado.

No Brasil diferentes políticas vieram a modificar a configuração do eleitorado e do *sufrágio*. Na historiografia analisada para a construção do *corpus teórico* desta pesquisa, que se debruçou sobre a temática do voto e do sistema eleitoral brasileiro, percebemos diferentes contribuições e concepções sobre algumas dessas mudanças. Trazê-las junto ao debate sobre nosso objeto de pesquisa é fundamental para contextualizarmos alguns questionamentos, principalmente quando nos deparamos com os longos anos de exclusão do voto dos analfabetos na história do País, para enfim partirmos para a sua consolidação somente nos anos de 1980.

Elencamos diferentes autores que consideramos relevantes e fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação junto à historiografia que se debruçou sobre o sistema eleitoral brasileiro. Em relação ao estado da arte, exploramos o que já foi pesquisado sobre essa temática na História e, ainda, algumas questões que poderiam ser melhor aprofundadas na área, quanto no futuro desta pesquisa. Na revisão teórica sobre o sistema eleitoral brasileiro, no que Bardin (2011) chamaria de “leitura flutuante”, elaboramos parte da problemática exposta na introdução deste trabalho. Consideramos a

“construção de um *corpus*” explorada por Martin W. Bauer e George Gaskell (2002) para a coleta de dados sobre a ampliação do eleitorado com a inclusão do voto dos analfabetos e posterior análise de seus discursos na imprensa. A “construção de um *corpus*” se refere à seleção de textos, feita de forma proposital de acordo com algum tema comum:

Esta seleção é, até certo ponto, inevitavelmente arbitrária: a análise compreensiva tem prioridade sobre o exame minucioso da seleção. O *corpus* linguístico, contudo, oferece uma discussão mais sistemática (BAUER, M. W.; GASKELL. G., 2002, p. 45).

Martin W. Bauer e George Gaskell (2002, p.45) problematizam a respeito da delimitação do *corpus* de pesquisa, colocando a necessidade de se estabelecer enquanto um processo cíclico, na medida em que, posteriormente à delimitação do *corpus*, acontecerá a investigação empírica, que poderá levar novamente a delimitação do *corpus* de trabalho, que não se encerra sozinho. Há limites na delimitação do *corpus* e também alguns critérios de saturação. Nossas indagações aqui são fundamentais para a análise que desenvolvemos no capítulo 2, que por sua vez, nos levará ao capítulo 3 desta pesquisa quando analisamos as produções acadêmicas que tangenciam nosso objeto de pesquisa com outros questionamentos. Bauer e Gaskell (2002, p. 194) apontam que o *corpus* de um texto não se estabelece em uma etapa, “textos adicionais são acrescentados continuamente”.

Para a construção inicial do nosso *corpus*, tanto aqui quanto no capítulo 3 reunimos as produções em torno de algumas temáticas de aproximação e afastamento no que diz respeito aos tipos de conexões elencados e produzidos em cada tipo: seja em produções acadêmicas de outras áreas, seja na historiografia. Todas se aproximam por se debruçar sobre um assunto comum, mas também se diferenciam por se definirem e se posicionarem de diferentes maneiras ou indagar e desenvolver diferentes perguntas. A análise de conteúdo dos discursos produzidos na imprensa do período será explorada com maior profundidade no capítulo 2 desta pesquisa, quando daremos maior enfoque a esses discursos, ainda que estejam presentes aqui conversando com a construção do nosso *corpus* de trabalho. Procuramos dar início a um

debate e jamais entendê-lo como encerrado, tanto no que diz respeito a essa pesquisa, quanto às nossas tentativas de desenvolver esta questão.

Em diálogo com a historiografia procuraremos contextualizar o fenômeno aqui investigado: *a ampliação do eleitorado brasileiro com a inclusão do analfabeto no direito ao exercício do voto*, em uma perspectiva que procura entender o fenômeno a longo prazo, procurando compreender as mudanças, mas também *a consolidação e conservação da exclusão dos analfabetos até 1985*, que resultou excluindo grande parte da sua população do direito político do voto. E por isso iniciamos o nossa análise recorrendo à Constituição de 1824, que estabelece o voto censitário, para após pensarmos também a transição para a República entre outros eventos que evidenciaram a nossa tendência conflituosa entre diferentes concepções de liberalismo e autoritarismo, na tentativa de colaborar com o fenômeno aqui investigado.

1.2 A exclusão dos analfabetos do direito ao voto em um País de analfabetos: tendências políticas em jogo

No Brasil, quando consolidada a independência, logo já se estabeleceram medidas para o estabelecimento do voto censitário à população masculina⁵ a partir da Constituição de 1824. Mesmo que tenha se estabelecido um liberalismo “heroico” para as origens da independência, as políticas desenvolvidas no período logo assumiram um caráter conservador (BOSI, 1992; CARVALHO, 2014, GENTILE, 2018):

(...) os efeitos da transição de 1822 já eram suficientemente fortes para garantir a solução monárquica e conservadora (...) apesar de constituir um avanço no que se refere aos direitos políticos, a independência, feita com a manutenção da escravidão, trazia em si grandes limitações aos direitos civis. A Constituição regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos (CARVALHO, 2014, p. 34).

Carvalho (2014, p.35) coloca que nesse contexto a maioria da população trabalhadora recebia mais que os 100 mil réis que exigia a Constituição de 1824, dessa forma, o estabelecimento do voto censitário indicava um cerceamento no exercício ao voto para quem não possuísse trabalho formal. Além disso, para ser votado, o valor de salário que indicava a cláusula era de pelo menos quatro vezes o valor inicial. Ainda que a lei brasileira desse contexto permitisse o voto dos analfabetos - quando o número de alfabetizados era realmente pouco expressivo, havia esse impedimento do exercício ao voto para quem não possuísse um trabalho com o estabelecimento do voto censitário e da exigência de um salário razoável para ser votado, que precisava ser comprovado, exigindo no mínimo a condição de servidor público para o contexto.

⁵ No Brasil, a conquista do voto feminino se deu somente em 1932.

Ana Maria Araújo Freire (1989), em seu livro *“Analfabetismo no Brasil”* fruto da sua pesquisa realizada em seu mestrado, parte de uma perspectiva de longuíssimo prazo, considerando a formação das capitâneas hereditárias - em 1549. O olhar da autora para o fenômeno em alguns momentos converge com a nossa quando procuramos entender o fenômeno para além dos anos de 1980. A autora, já no subtítulo do seu livro, mostra preocupação com as discriminações e desigualdades que assolam o País desde a sua formação: *“da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos”*.

Freire (1989) entende o Brasil do período colonial como tendo sido construído sob três pilares: a escravidão negra, o latifúndio e o regime colonial. Partindo desses pilares, reflete a autora, teria se desenvolvido o pacto colonial, movimentado pela “necessidade em proibir” para fins de controle organizacional dessa sociedade. Entre as proibições, várias diziam respeito à manutenção do Brasil enquanto colônia de Portugal, mas também a outras questões, que não ligadas diretamente à área econômica, como a proibição das letras impressas com o Alvará de 20 de março de 1720, à proibição dos despachos de livros e papéis para o Brasil com o Alvará de 16 de dezembro de 1794, a repressão à Câmara de Tamanduás por ter instituído uma aula de primeiras letras com o Aviso de 18 de junho de 1800 ao capitão general de Minas e a destruição da primeira gráfica da Colônia pelo governo português em 1747 (FREIRE, 1989, p.24-25).

Dessa forma a autora entende que até 1850 houve diferentes políticas oriundas do governo português para que o território que hoje entendemos como Brasil se mantivesse em sua função de Colônia de Portugal evidenciando o fator adverso dessas premissas para “a formação política, econômica e cultural brasileira” (FREIRE, 1989, p. 27). Entender o peso dessas relações estabelecidas ainda no período colonial, em uma sociedade que irá se desenvolver sem lidar diretamente com elas é fundamental para que entendamos as condições de possibilidade nas quais o País esteve inserido

para incrementar ou não parte considerável da sua população ao exercício do voto, ao acesso à informação e a escolarização e não por acaso é trazido pela autora na elaboração dessa perspectiva.

Freire (1989) disserta sobre a educação nesse período, enfatizando a participação jesuítica nesse processo de 1549 a 1759 que para a autora, esteve longe de se preocupar com a alfabetização, acesso universal à educação pública ou a gratuidade do ensino. A autora também irá enfatizar o caráter econômico da presença jesuítica, entendendo o ensino jesuítico como parte do pacto colonial e da exploração do território pelo governo português, para além das suas funções políticas ou religiosas, ainda que houvesse disputas.

Outro aspecto instigante abordado pela autora para pensar a falta de comprometimento com uma “educação elementar para a população em geral (mais de 25% escrava)” é o Art. 6, Item 1, da Constituição de 1824⁶ que explicitava o escravo enquanto não-cidadão, na construção de uma nação que ficará marcada pelo racismo institucional:

que seriam cidadãos brasileiros os que tivessem nascido no Brasil, quer fossem ingênuos (filhos de escravos nascidos após a lei da emancipação) ou libertos. Ora, estava legalmente reconhecida no escravo a condição de não-cidadão⁷ (FREIRE, 1989, p. 51).

Ferreira (2005, p. 30) entende, que para esse contexto de relações coloniais, “cidadãos” significava “o povo todo (...) que tinha o direito de votar, mas não de ser votado”. O autor também faz uma relação com o sufrágio, entendendo-o enquanto universal, por não haver ainda “qualificação prévia dos eleitores, e nem restrições ao seu exercício”. Nesse sentido, quando relacionamos as indagações trazidas por Koselleck (2006), tanto cidadãos

⁶ Art. 6. São Cidadãos Brasileiros:

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação (Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824).

(Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm) Acesso em 22 de agosto de 2021).

⁷ Embora não fosse permitido por lei a escravização de estrangeiros desde 1831 - que ficou conhecida historicamente como uma legislação “para inglês ver”, o tráfico só foi encerrado a partir da Lei Eusébio de Queiroz em 1850.

quanto sufrágio universal vieram nesse contexto acompanhados de diferentes referenciais semânticos, evidenciando essas mudanças que acompanham os conceitos em seus diferentes contextos.

E em relação ao compromisso com uma educação elementar/ universal, em 1827, quando promulgada a primeira Lei que determinava a criação de *escolas de primeiras letras* no País não houve a garantia de escolas elementares nem ao menos nas cidades mais populosas, desembocando em 1834 no Ato Adicional à Constituição do Império desobrigando o governo central de cuidar das escolas primárias e secundárias e transferindo essa incumbência aos governos provinciais (SAVIANI, 2002). O contexto pós Independência suscitou diferentes debates sobre a problemática do analfabetismo e da educação do país, entretanto, não foi consolidado um sistema educacional centralizado, indo contra ideais liberais e republicanos no que diz respeito a um “sistema de escolaridade obrigatória e gratuita”, que só foi acontecer quase um século depois.

José Murilo de Carvalho (2014, p.38) irá construir sua reflexão no “Capítulo I: Primeiros passos (1822-1930)” de “*Cidadania: o longo caminho*” elencando o fato de grande parte dos cidadãos do País no contexto de Independência não haverem exercido o voto durante a Colônia, ainda que uma pequena parte da população urbana tivesse alguma noção acerca do voto e das instituições:

Mas votar, muitos votavam (...) O que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão, mas o domínio político local. O chefe político local não podia perder as eleições. A derrota significava desprestígio e perda de controle de cargos públicos, como os de delegados de polícia, de juiz municipal, de coletor de rendas, de postos na Guarda Nacional. Tratava-se, então, de mobilizar o maior número possível de dependentes para vencer as eleições. As eleições eram frequentemente tumultuadas e violentas. Às vezes eram espetáculos tragicômicos. O governo tentava sempre reformar a legislação para evitar a violência e a fraude, mas sem muito êxito. (CARVALHO, 2014, p.38-39).

Carvalho (2014, p.39-40) prossegue na sua reflexão pincelando sobre alguns dos vários conflitos da época a respeito do desfecho das eleições do período e as fraudes eleitorais que haviam no contexto, que diverge totalmente do que propunha os legisladores ao se debruçar sobre o voto naquele contexto, assumindo o compromisso com o exercício do autogoverno e do direito de participar da vida pública do País. Esse fenômeno inevitavelmente nos reportou à Constituição de 1988 e a questões emblemáticas e singulares do seu contexto, mas que, sem dúvida, nos indicam também sobre a constante e histórica disforia entre papel e realidade na história do País.

Ferreira (2005, p.30), como mencionamos anteriormente, diferentemente de Carvalho (2014, p.38), entende que, para o período colonial, o sufrágio era universal, a partir de outros princípios e afirma ao mencionar Oliveira Viana que:

Agora, um parêntese necessário: um sociólogo brasileiro, Oliveira Viana, afirmou que no tal “Brasil-Colônia” a massa do povo não votava, e fez tal assertiva, por desconhecer as Ordenações e a documentação existente, da qual a mais abundante no Brasil é a da Câmara Municipal de São Paulo, que só começou a ser publicada em 1914. Desconhecendo essa documentação, Oliveira Viana, que era sociólogo e não historiador, fez tal afirmativa. Foi bastante, para até hoje, qualquer um invocar a “autoridade” de Oliveira Viana, para provar que hoje o nosso povo não sabe votar porque esse direito lhe foi negado no tal “Brasil-Colônia” (FERREIRA, 2005, p. 30).

Carvalho (2014) traz importantes reflexões acerca do voto na história brasileira atrelado ao desenvolvimento das formas de participação na vida pública e à ampliação dos direitos - sociais, políticos e civis. O autor localiza a Lei Saraiva de 1881, que limitou o voto ao excluir os analfabetos enquanto “tropeço” no desenvolvimento da *cidadania* e dos direitos políticos do País. Da Lei Saraiva de 1881, ao Decreto Constitucional de 1985, o analfabeto passa a ser excluído do eleitorado e conseqüentemente do direito político do voto. O autor traz para reflexão um dado alarmante para contextualizarmos o impacto dessa exclusão:

As conseqüências logo se refletiram nas estatísticas eleitorais. Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, correspondentes a 13% da população livre. Em 1886 votaram nas eleições parlamentares pouco

mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total. Houve um corte de quase 90% do eleitorado. O dado é alarmante, sobretudo se lembrarmos que a tendência de todos os países europeus da época era na direção de ampliar os direitos políticos (...) Com a lei de 1881, o Brasil caminhou para trás, perdendo a vantagem que adquirira com a Constituição de 1824 (CARVALHO, 2014, p. 45).

Na prática, a Lei Saraiva significou o início de um processo de marginalização dos analfabetos no que diz respeito à participação política e à cidadania, resultando também, naquele contexto de maioria analfabeta, em um dos menores percentuais eleitorais:

Para que se possa aquilatar a exclusão produzida pela lei, basta lembrar que a revisão do alistamento realizada em 1887 revelou que os 200 mil eleitores alistados em todo o País representavam 1,5% da população. “É um dos menores eleitorados que se conhecem”, conforme admitiu o próprio governo em documento de propaganda relativo à participação do Brasil na Exposição Internacional de Paris, segundo o relato de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA 2008, p. 284).

Viscardi (2015) em seu artigo “*Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*” debate acerca do regime eleitoral da primeira década da república, partindo do texto constitucional de 1881. A autora coloca que havia um entusiasmo de que aquele contexto republicano efervescente “prevaleceria a soberania popular, a igualdade de oportunidades e a meritocracia” (VISCARDI, 2015, p.16). Em relação às *expectativas*⁸ sobre aquele período, ela acrescenta:

As expectativas eram altas, e mesmo que o projeto republicano não tivesse sido eminentemente popular, o discurso de liberdade e igualdade ganhou as ruas dos principais centros urbanos, transformando as aspirações em aspirações reais, pelo menos para uma parte da sociedade civil, que de perto acompanhava as mudanças em curso (VISCARDI, 2015, p. 16).

Em seguida, contrapõe sobre os desdobramentos do contexto, colocando que o “discurso a favor do povo, da democracia e da verdade da representação eleitoral encontraria seus primeiros obstáculos”. No desenvolvimento da sua reflexão acerca das “utopias do republicanismo”

⁸ Cabe a relação com o conceito de *horizonte de expectativas* de Koselleck (2006).

evidencia a tensão daquele contexto na limiar entre *soberania popular* e *demofobia* chamando atenção para as semânticas que foram construídas em torno da ideia de “povo”. A autora traz diferentes significados atribuídos a ideia de povo para o século XIX, que em Moraes e Silva apareciam em “associações entre povo e ignorância, povo e ausência de caráter, povo e vulgaridade” (VISCARDI, 2015, p.19).

Nos discursos elencados pela autora percebemos uma clara separação entre povo, nobreza e clero ou a três ordens de cidadãos contornando a semântica do conceito “povo”, num debate que marca a construção do Estado Moderno, com suas transformações e conservações. O que também percebemos quando a autora traz o debate acerca das mudanças sobre o conceito de “representação” e “cidadão”. O “cidadão” em um primeiro momento era entendido como antônimo do “povo” e posteriormente, Viscardi (2015, p.21) observa uma “mudança na semântica do conceito” quando “cidadão” passa também a ser enunciado como “aquele que gozava de direitos de uma cidade ou Estado”. As mudanças sobre esses conceitos evidenciam também tensões entre diferentes construções de Estado Liberal, que veremos de forma mais aprofundada no capítulo 3 somado a outras problemáticas.

Em prosseguimento a sua análise, Viscardi (2015) cita Leal (1993) que elabora sobre o desenvolvimento de regimes representativos complexos mesclados a realidades com estruturas sociais e econômicas fragilizadas. Leal (1993), em diálogo ao seu estudo sobre o coronelismo, procura pensar como se deu na prática “a apropriação das ideias liberais pelas elites republicanas, formadas em uma cultura política paternalista e autoritária” que “requereu algum tipo de adaptação para que pudessem na prática ser viabilizadas” (VISCARDI, 2015, p.16). Nos discursos sobre o voto do analfabeto presentes nos jornais analisados para o desenvolvimento dessa pesquisa é latente a construção de argumentos que ora tendem à relação com a *soberania popular* e ora *aos perigos da demagogia*, em debate que se aproxima do desenvolvido aqui.

A alteração eleitoral instaurada pela Lei Saraiva de 1881 passou então a exigir que os eleitores “soubessem ler e escrever”, concebendo o chamado “voto literário”. Nesse contexto, o voto não era entendido como direito político do cidadão como aponta Walter Costa Porto (2002, p.102) a partir de suas pesquisas em torno da semântica do conceito, o voto seria exercido somente pelo cidadão que estivesse em pleno gozo de seus direitos, que não correspondia ao “povo todo”. No caso, passa a ser aquele que cumprir as exigências com o voto literário e censitário, diferente da perspectiva do cidadão evocada somente pelo censo ou do cidadão enquanto proprietário.

Nesse contexto de exclusão dos analfabetos e após, houve discursos favoráveis ao alistamento dos analfabetos como elenca Aleixo e Kramer (2010). José Bonifácio, nos debates parlamentares da reforma eleitoral, pouco antes a adoção da Lei Saraiva em pronunciamento de 28 de abril de 1879 denunciou a exclusão de parte da sociedade brasileira do período do direito ao alistamento, tanto pela exigência do voto literário, quanto pela exigência do censo (PORTO, 2002; ALEIXO; KRAMER, 2010). Discurso que foi endossado por outros parlamentares da época, como Joaquim Nabuco e outros, em contextos posteriores, mas até a redemocratização do País nos anos de 1980 o analfabeto ficou excluído do voto e também, da universalização da educação, ainda que tivessem havido esforços nesses âmbitos em outros contextos⁹.

Figuras como Ruy Barbosa, Lafayette Rodrigues Pereira entre outras figuras políticas do século XIX ajudaram a reforçar o estigma sobre os analfabetos e a problemática do analfabetismo relacionando a falta de discernimento, a ignorância, diminuindo aqueles que não sabiam ler e escrever e dando a problemática contornos individuais (PORTO, 2002; VISCARDI, 2015)¹⁰. Um dos primeiros propagadores das ideias de Adam Smith no Brasil foi José da Silva Lisboa, conhecido como Visconde de Cairú que em sua obra “Princípios de Economia Política”, que se apresentava como uma divulgação

⁹ É na CF de 1988 que se assume o compromisso de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, inaugurando a expansão dos investimentos em educação, sobretudo no ensino fundamental.

¹⁰ Entre outros que utilizam como fonte principalmente os Anais Parlamentares do século XIX.

dos ideais do liberalismo econômico, defendia também o absolutismo, evidenciando esses híbridos que conseguiram convergir ideias do liberalismo e do absolutismo (LISBOA, 1956 [1804]).

Esse debate irá se aproximar do desenvolvido por Rosanvallon (2015) e que exploraremos no capítulo 3, no desenvolvimento de um liberalismo conservador que se apoiou nas ideias de Guizot. Muitos outros parlamentares e ideólogos se debruçaram em defender ou não o alistamento dos analfabetos em diferentes contextos da história do País, para além do contexto da Lei Saraiva de 1881, em um debate marcado pela tensão entre liberalismos e também autoritarismo, desenvolvido em Francisco Campos, Oliveira Viana¹¹, Assis Brasil, Vargas (e muitos outros), construindo um estigma histórico de inferioridade aos analfabetos em debate que se relacionou à construção do Estado Moderno. Bueno (2016, p. 31) menciona que entre 1937 e 1945, embora Vargas tenha “ungido pelo apoio popular, pelas urnas” entendia que “o povo não estava preparado para exercer o direito de voto”.

A instrumentalização das leis para fins autoritários de restrição do voto ou modificações no sistema eleitoral brasileiro não foi novidade da Lei Saraiva. Anteriormente e posteriormente diferentes legislações vieram a modificar o sistema eleitoral brasileiro e também, a instituição do sufrágio universal com expectativas de controle sobre as pautas eleitorais. É comum a esses processos a confluência e tensão entre liberalismos e autoritarismo, em um projeto de modernização autoritária, principalmente no que diz respeito ao caráter instrumental e transitório dessas legislações que estabeleceram um tom de controle e exclusão sobre a representação das camadas mais pobres no sistema eleitoral brasileiro - influenciando também nas políticas que envolvem a escolarização universal do país (GENTILE, 2018).

¹¹ “Nesse mesmo rumo, Viana argumentava que a democracia não precisaria ser desenhada institucionalmente com base em processos eleitorais e que tampouco necessitaria de eleitores, pois esses atores não passariam de meios; a democracia precisaria ser compreendida e abordada como um fim, que realmente é, e poderia ser alcançada por outras e muito distintas vias” (MEDEIROS, 1978, p. 171 apud BUENO, 2016).

Como evidenciado por Ferraro (2009), parlamentares identificados como liberais, defendiam a exclusão dos analfabetos do direito de voto em debates travados na Câmara dos Deputados e no Senado nesse contexto. A Lei Saraiva de 1881 foi uma legislação que em princípio centrava-se no estabelecimento do voto direto, mas que mostrou seu lado conservador na manutenção do voto censitário e exclusão de parte do eleitorado com o voto literário - evidenciando seu caráter de controle do cenário político, para além do estigma que carregava os analfabetos, o que também vai acontecer em outros contextos até 1985.

O sociólogo Alceu R. Ferraro (2009) desenvolve sua pesquisa em "*História Inacabada do Analfabetismo no Brasil*", com uma metodologia crítica que problematiza o tratamento da *sociologia* e da *história* para seus objetos de estudo, assim como a sua possibilidade de complementaridade em diferentes temas - como os que são trabalhados nessa pesquisa. A perspectiva adotada pelo autor toma como ponto de partida as questões referentes à história do analfabetismo brasileiro não da década de 1930¹² ou de outros momentos posteriores, mas o longo prazo:

O primeiro tipo - aquele que aqui mais interessa - é definido como sendo o das mudanças ou processos de longa duração (alfabetização, escolarização, feminização do magistério) que tiveram lugar no decorrer dos séculos XIX e XX e que todavia continuam inacabados na entrada do século XXI (...). É importante esclarecer desde o início que interessa, aqui, principalmente a primeira perspectiva de mudanças, isto é, as mudanças de longa duração. É nesse sentido, por exemplo, que se falará de tendência secular do analfabetismo. Mesmo quando se considere um período menor de tempo (algumas décadas, por exemplo), o olhar estará voltado para o longo prazo (FERRARO, 2009. p. 13-14).

O autor converge com alguns dos nossos questionamentos ao longo desta pesquisa ao elaborar, por exemplo, sobre "algumas posições

¹² Contrariando a solicitação que recebeu pelos organizadores da Biblioteca Básica de História da Educação Brasileira (BBHEB), o autor faz a opção pelo ano de 1872, ano em que se realizou o recenseamento geral da população no Brasil. Aqui, como justificamos na introdução desta dissertação, optamos por iniciar a discussão com a Constituição de 1824, com o estabelecimento do censo sobretudo com o intuito de controle sobre o eleitorado do país.

contrastantes dentro do próprio liberalismo quanto à alfabetização e escolarização das massas" (FERRARO, 2009, p.16). Em um dos seus capítulos "*A construção social do analfabetismo como questão nacional: 1878-1881*" - que conforme o título parte da construção social do analfabetismo como questão nacional - o autor desenvolve sobre os debates em torno de projetos liberais da reforma eleitoral que viriam a ser aprovados a partir da Lei Saraiva, de 9 de janeiro de 1881:

(...) ocupo-me do que chamo de construção social do analfabetismo como questão nacional, construção esta que se deu em íntima relação com os debates travados na Câmara dos Deputados a propósito dos projetos liberais de reforma eleitoral, no período de 1878 a 1880, com vistas a introdução do voto direito (s.i.c), do que resultou a Lei Saraiva, de 9 de janeiro de 1881, que incluiu na legislação e na prática política a exclusão dos analfabetos do direito de voto. Mostro, com base nos debates parlamentares, como os termos analfabetismo e analfabeto foram transformados em verdadeiro estigma, e como o problema do analfabetismo, de questão pedagógica, se transformou numa questão eminentemente ideológica e política (FERRARO, p.17).

Ferraro (2009, p. 53) sobre os debates parlamentares analisados, percebe a emergência do analfabetismo como problema nacional, que esteve estritamente ligado à questão eleitoral e não pedagógica, por exemplo. Chamamos atenção para as tensões nos discursos entre o que ele chama de "liberais e conservadores" sobre a questão eleitoral em relação ao "sistema eleitoral indireto e censitário estabelecido na Constituição Imperial outorgada em 1824". Essas tensões foram cruciais para a instauração da Lei Saraiva de 1881 que acabou "negando o voto aos analfabetos" sendo "o desfecho da luta travada em torno da ideia e, depois, projeção de eleição direta" (FERRARO, 2009, p.55).

Achamos pertinente explorar o debate acrescentando diferentes concepções de liberalismo, que vamos associar a construção de um *liberalismo radical* e um *liberalismo conservador*, o que veremos com maior profundidade no último capítulo. O liberalismo é um termo polissêmico, elaborado e reivindicado a partir de diferentes contextos e pautas, mas de qualquer

maneira, é importante que desde já percebemos que a natureza do liberalismo europeu em relação ao latino americano, por exemplo, não se deu da mesma maneira, sobretudo com diferentes formações sociais, políticas e econômicas. O liberalismo na América Latina se deu de forma excludente e oligárquica, em países assolados pela herança da colonização e escravidão, ao contrário do caso europeu burguês de inclusão:

A combinação de liberalismo e escravidão só pode aparentemente parecer uma contradição. Um olhar mais profundo mostra, porém, que na sociedade pós-colonial brasileira o liberalismo não tomou a forma do pacto da tradição política moderna, nem se associou à ética burguesa da livre iniciativa. Se por um lado, o liberalismo “heróico” das origens se afirmou como a ideologia da independência, por outro lado - observa Alfredo Bosi - o conceito de liberal, consolidada a independência, logo assumiu o significado de “conservador de um complexo de liberdade”, desde a iniciativa econômica gratuita, passando pelo direito de voto baseado no censo até a liberdade de ter trabalhadores escravos em regime de coerção legal (GENTILE, 2018 *apud* Bosi, 1992, p.199-200).

O analfabetismo se consagrou dessa forma enquanto palco também para a tensão entre liberalismos e autoritarismo na construção de diferentes percepções e justificativas sobre a pauta ao longo da história do País. Desde a Constituição de 1824, quando pelo menos 85% da população era analfabeta¹³, o analfabetismo entrou em pauta em diferentes contextos, em alguns com bastante entusiasmo, mas também, com embates que consolidaram o estigma do analfabeto como inferior ou incapaz de exercer o direito do voto. Foram diferentes os discursos que corroboraram com esse estigma em um país assolado pelas heranças do colonialismo e da escravidão.

A socióloga portuguesa Maria Filomena Mónica (1977), ao pesquisar a pauta do analfabetismo entre os salazaristas, de 1930 e 1940, inicia sua discussão evidenciando a polêmica da época acerca das causas do analfabetismo também em Portugal - e das suas conseqüentes opiniões

¹³ Como lembra Carvalho (2014, p. 37): “(...) incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo”.

políticas. Em Portugal, assim como no Brasil, o analfabetismo foi palco de debates em diferentes contextos e também muitas vezes, justificado sob diferentes aspectos que não o da pobreza, desigualdade ou falta de investimento em educação. Em Portugal no contexto pesquisado pela autora, os salazaristas ressuscitaram à crença tradicional de que o povo português não sentia vontade de aprender, ou ainda, por parte dos republicanos, de que se devia à incompetência dos padres (MÓNICA, 1977). A autora chama atenção para a divulgação dessas idéias durante o século XIX que teriam sido fortalecidas sobretudo por obras como a de Ramalho Ortigão e fortalecidas a partir da sua citação em relatórios da Câmara e inclusive em decretos (MÓNICA, 1977, p. 321). Desse debate percebemos uma herança comum entre ambos os países ao lidar com a problemática do analfabetismo, quando tanto em Portugal, como no Brasil o analfabetismo se consagrou enquanto questão nacional sendo muitas vezes justificado a partir de estigmas.

Carvalho (2014, p.114) desenvolve sua pesquisa acerca da cidadania no Brasil para os anos de 1930 a 1945 - sobre a Era Vargas, entendendo que os direitos políticos da época se desenvolveram de forma limitada e sujeitos a retrocessos, não acontecendo o mesmo com os direitos sociais. O direito ao voto é situado enquanto direito político, no entanto, quando pensamos em analfabetismo e voto simultaneamente, associamos a questão à educação e conseqüentemente ao desenvolvimento da *cidadania* - nos situando também no debate sobre os direitos sociais. Esse contexto tornou possível responder aos problemas trabalhistas e sociais da época com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que até o nosso contexto atual estava “em vigor com poucas modificações de fundo” (CARVALHO, 2014, p.114).

Ainda que tenham sido elaboradas diferentes políticas no contexto que ampliaram os direitos sociais, sobretudo trabalhistas, o desenvolvimento da cidadania e da participação política nas decisões do País seguiram-se restritas:

(...) foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e

comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa (CARVALHO, 2014, p. 114).

Carvalho (2014, p.114) prossegue sua reflexão lembrando o fato de na Primeira República do País, “a ortodoxia liberal não admitia a ação do Estado na área trabalhista e a limitava na área social” para então lembrar a existência de um grupo influente da época que adotava uma perspectiva divergente, propondo a “adoção de ampla legislação social” - os positivistas, em sua corrente mais ortodoxa. Esses grupos tiveram seu impacto nas políticas desenvolvidas para a década de 1930 e 1940, ainda que em seu contexto conseguiriam desenvolver muito pouco a respeito, eles “contribuíram para criar uma mentalidade favorável à política social”. No entanto, como desenvolve Carvalho (2014) essas legislações não se debruçaram sobre o trabalhador rural. Deixaram de lado também o voto dos analfabetos¹⁴ e a preocupação com uma educação obrigatória e gratuita¹⁵ - enquanto direito público subjetivo que só iria se tornar compromisso com a CF de 1988.

Mazzioni e Trevisol (2018) apontam como causa, entre elas as raízes absolutistas e oligárquicas do Estado, os longos anos de escravidão e a cultura política autoritária, indo de encontro com a nossa reflexão sobre o atraso tanto da institucionalização do voto do analfabeto, quanto dos direitos à educação pública e gratuita e do desenvolvimento da cidadania num geral, ainda que não entendamos a elite política do país como um bloco hegemônico:

As raízes absolutistas e oligárquicas do Estado, assim como a cultura escravocrata e autoritária da sociedade fizeram tardar ao máximo a positivação dos direitos à educação pública e gratuita. As elites agrárias, em particular, foram refratárias e resistiram até onde foi possível às pressões pela criação de escolas públicas destinadas

¹⁴ Em 1945 16% da população representava o eleitorado brasileiro e em 1955 correspondia a 26% (CAMARÃO, 1997).

¹⁵ Inclusive não conseguimos entender o contexto enquanto referência na ampliação dos direitos sociais do País na medida em que não puderam se estabelecer preceitos cruciais ao desenvolvimento da cidadania - ainda que esses direitos, sobretudo trabalhistas, estejam esfacelados, desatualizados ou sob ameaça hoje. Além disso, a limitação que se deu nos direitos políticos da época, inevitavelmente vai interferir nas relações que podemos fazer com a ampliação desses direitos entendendo-os enquanto necessidade frente às problemáticas do País, mas também enquanto forma de perpetuação do poder. O mesmo vale para o período de 1945 a 1964 enquanto referência na ampliação dos direitos políticos, mas não desmerecemos o desenvolvimento sobre essas pautas no período.

aos mais pobres, especialmente aos negros e às meninas. É revelador, nesse sentido, o ano da criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Apenas em 1930, logo após o fim da República Velha, o Governo Federal reconheceu a educação como tema nacional e tomou as primeiras medidas para expandir o sistema público de ensino e organizar a contratação de professores e a carreira docente. Foram necessários quase cinco séculos para aprovar, na Constituição de 1988, que a educação é um direito público subjetivo (...) O tardio compromisso do Estado brasileiro com a educação e a resistência em assumi-la como direito público subjetivo não estão desassociados do lento e tortuoso processo de construção da democracia e dos direitos de cidadania (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais) (MAZZIONI; TREVISOL, 2018, p. 16).

Ao longo dos anos de 1950, após a redemocratização de 1945, cresceram os movimentos sindicalistas e estudantis e as ligas camponesas sob o pano de fundo do crescimento urbano e da rápida industrialização do país. Para Fausto (2008), a posse de João Goulart significava o retorno de uma política populista “em um contexto de mobilizações sociais muito maiores do que no período Vargas”. Ainda que em um período democrático da história do País, quando problematizamos o conceito de *populismo*, percebemos que pouco foram os esforços para a conceituação desse fenômeno, seja em Fausto (2008) ou em outros trabalhos, o que conseqüentemente pode minimizar o caráter reacionário dessas manifestações políticas, ou ainda, minimizar a pressão social entendendo-a como submetida ao campo político, como em Gomes (1996) ou Ianni (1971):

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, ele é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou, o que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe. A influência marxista é apontada então como perniciosa por associar, de forma rápida e descuidada, fenômenos populares a fenômenos progressistas de esquerda, sem atentar para o caráter reacionário de manifestações políticas como o populismo (GOMES, 1996, p. 4).

Dessa forma, o risco da não problematização sobre o conceito de *populismo* pode resultar na minimização da herança autoritária do corporativismo sindicalista de Vargas neste contexto ou mesmo da compreensão do autoritarismo como algo pontual na história do País. Além disso, pode minimizar a efervescência social da época, entendida pelo caráter da passividade que trás Ianni (1997) e outros. Para Gentile (2018), o período de 1945 a 1964 se apresenta como um laboratório da tensão entre liberalismo-autoritarismo, na combinação de formas de pensamento liberal com práticas autoritárias e corporativistas .

Ao longo da década de 1950 foram várias as Propostas de Emendas Constitucionais em favor da alistabilidade dos analfabetos, mas esse direito político, marcado por um embate de confluência e tensão entre autoritarismo e liberalismos não foi concretizado, o que não significou o fim desse embate. Ainda que em vários desses momentos e anteriormente tenhamos nos encaminhado para uma forma de organização liberal e republicana, na hierarquia entre as pautas, os mais caros dos princípios havia sido negado: um sistema de escolaridade obrigatória, gratuita e universal.

Ao longo dos anos de 1950 e 1960, a universalização da educação, o combate ao analfabetismo e o voto do analfabeto repercutiu com fôlego nos assuntos públicos do País, mas devido às especificidades desse contexto, acabaram tendo um desfecho distinto ao dos anos de 1980. Ainda que encontremos os mesmos embates e problemáticas, com discursos que invocam argumentos semelhantes, cada contexto constituiu desfechos distintos, explicitando suas singularidades, diferenças, mas também semelhanças. Gostaríamos no futuro de explorar os discursos produzidos sobre a pauta nos anos de 1960, tanto em relação às reformas de base, quanto à proposta desenvolvida no início do regime militar sobre a possibilidade de voto dos analfabetos limitada ao cenário municipal, liderada por Castelo Branco.

Nos anos de 1960 a partir do governo de João Goulart são elaboradas as reformas de base, que seriam as propostas de mudanças consideradas necessárias pelo governo para a renovação das instituições brasileiras. Dentre estas reformas, era pautado o voto aos analfabetos e aos militares não graduados. A ampliação de voto aos analfabetos nesse contexto, por parte de seus opositores, era entendido enquanto medida populista para a manutenção e permanência da posição política de Goulart e de seus apoiadores com o crescimento e apoio do movimento sindicalista, estudantil entre outros, desmantelados posteriormente com o regime militar que iria proceder as tentativas de reformas.

Em meados dos anos de 1960, em mensagem ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964, quando apresentava as propostas de reforma ao congresso, João Goulart escreveu sobre a falta de representação do analfabeto, impedido do exercício do voto:

(...) outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades civis, obrigados, portanto, a conhecer e a cumprir a Lei, e integrados na força de trabalho, com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar por serem analfabetos (...). A verdade já agora irrecusável é que o nosso processo democrático só se tornará realmente nacional e livre, quando estiver integrado por todos os brasileiros e aberto a todas as correntes de pensamento político, sem quaisquer discriminações ideológicas, filosóficas ou religiosas, para que o povo tenha a liberdade de examinar os caminhos que se abrem à sua frente, no comando do seu próprio destino. Para esse passo essencial e inadiável é, a meu ver, imprescindível que se altere a Constituição da República, a fim de nela incorporar, caso nisso aquiesça o Congresso Nacional, no exercício de sua atribuição privativa, com os princípios básicos de nossa vida política, as seguintes normas: – São alistáveis os brasileiros que saibam exprimir-se na língua nacional e não hajam incorrido nos casos do art. 135 da Constituição. – São elegíveis os alistáveis (GOULART, 1964, p. 55-56).

Nos dias subsequentes ao Comício realizado por Goulart e apoiadores para o desenvolvimento das Reformas de Base e da mensagem presidencial enviada ao Congresso, a reação da oposição se intensificou. Em 31 de março de 1964 o país foi assolado por um golpe militar que interrompeu o

desenvolvimento das reformas propostas por Goulart. Foi um momento de confluência entre os setores militares e civis e de disputa pela semântica do processo, no limiar entre “revolução” e “golpe de Estado”. Embora também tenha sido um contexto de tensão entre liberalismos e autoritarismo, o que inclusive marcou o direito de alistamento e voto ao analfabeto quando Castelo Branco, um dos articuladores do golpe de 1964 e primeiro presidente do regime, em mensagem ao Congresso Nacional de 25 de junho de 1965 citada por Aleixo e Kramer (2010, p. 72) se mostrava favorável ao voto do analfabeto:

O analfabeto que permanece nesse estágio em virtude de omissões e deficiências da ação estatal precisa ser integrado na comunhão nacional pelo reconhecimento de sua condição humana. Eis aí sem dúvida um problema de educação, que se resolverá ao longo de um programa a ser cumprido com tenacidade. Nada, porém, impede que, desde já, se reconheça que a coerência com o princípio da universalidade do sufrágio nos deve levar a alargar o mais possível o exercício desse direito (CASTELO BRANCO, 1964, p. 244).

Em seu governo houve a tentativa de passar, ainda que de forma sutil, um Decreto Constitucional garantindo o alistamento e voto dos analfabetos somente nos municípios, que acabou não sendo aprovado. Apesar de existirem vozes em favor da ampliação, inclusive a do próprio presidente da época, a semântica autoritária sobre o processo tomou fôlego e sob a justificativa de que primeiro se deveria combater o analfabetismo, legitimaram-se diferentes discursos de exclusão¹⁶, em alguns aspectos parecidos aos discursos produzidos no século XIX ou mesmo nos anos de 1980. Essa proposta de voto dos analfabetos primeiramente nos municípios foi articulada de forma semelhante por Tancredo Neves em 1985, propondo uma primeira experiência eleitoral para os analfabetos somente a nível municipal.

Com o regime militar, uma série de pautas e debates foram silenciados ou minimizados na hierarquia sobre as pautas, dentre eles, a ampliação do voto aos analfabetos, que dependeu da transição democrática para seu retorno

¹⁶ Em exemplo a esses discursos: “Jamais se deve premiar o analfabeto. Antes de se consentir que o ignorante decida os destinos do Brasil, mesmo que restrito ao pleito municipal, com todas as forças deve-se obrigá-lo a ler e escrever. tirá-lo das trevas da ignorância” (Miguel Couto - PSD-RJ em discurso na votação do decreto).

ao cenário institucional. Um aspecto a se chamar atenção quando pensamos em reformas políticas em geral é a conjuntura atual no contexto onde elas são pautadas, que no Brasil e em outros lugares do mundo - a retirar os países que têm uma cultura política que combate o político profissional e de família, tende a não estabelecer mudanças no sistema em que foram eleitas, sob pena de quebrarem o ciclo da sua permanência nos espaços políticos.

A escolha pela análise relacionando essas tendências - liberalismo(s) e autoritarismo - se deu em consideração a sua influência na formação econômica, social e política brasileira na tentativa de pensarmos o fenômeno do sufrágio universal brasileiro e a inclusão tardia do voto do analfabeto em 1985 e reafirmada com ressalvas em 1988. O *conceito* de populismo é diversas vezes evocado na construção das justificativas do debate sobre o voto dos analfabetos, mas não dá conta de compreender a complexidade de um embate que evoca a problemática do eleitorado e da inclusão das camadas mais pobres da sociedade na sua configuração civil. Desde a sua exclusão, o analfabetismo foi pautado em diferentes momentos da história do País, por vezes com maior fôlego em alguns contextos, como no caso dos anos de 1980, instituindo uma nova relação de sufrágio universal, cidadania e consequentemente de democracia.

Além disso, trazendo os apontamentos elaborados por Batistella (2018) em sua pesquisa sobre a imprensa brasileira que percebe que o termo era amplamente utilizado na década de 1940 tendo uma conotação positiva, mas que ao longo dos anos de 1950 e 1960 ao ser apropriado nos estudos acadêmicos passou a ter uma conotação pejorativa, resultando entre outras questões, no desmerecimento dos aspectos sociais e políticos daqueles contextos e consequentemente da presença ativa dos movimentos sociais:

Portanto, paulatinamente, difundiu-se uma vertente explicativa que passou a desmerecer a história social e política brasileira entre os anos de 1930 e 1964. Particularmente ao contexto 1945-1964, esse passou a ser denominado, até mesmo pejorativamente, como o tempo da “democracia populista” (ou da “república populista”) e do “sindicalismo populista”. Ora, não é por acaso que se tornou comum a história do Brasil do período 1930-1964 ser simplificada (sobretudo nos manuais

escolares) como o período dos políticos populistas, demagógicos e carismáticos, do sindicalismo pelego, dos trabalhadores domesticados, sem autonomia, vitimados por uma modernização incompleta e manipulados por um Estado paternalista e coercitivo (sobretudo no Estado Novo) (BATISTELLA, 2018, p.80).

O autor entende ainda que posteriormente o conceito passa a ser apropriado pela imprensa e por pesquisadores com um sentido pejorativo que de forma breve poderia ser “simplificado como sinônimo de demagogia” desembocando em um debate que acaba “gravitando em torno da tentativa simplista de classificar líderes, partidos e discursos políticos”, propondo a complexificação do debate. A exemplo desses debates que procuraremos superar, em Carvalho (2014) a cidadania nesse contexto era entendida como passiva e receptora, sob contorno do debate que ele estabelece com o conceito de populismo associado à ampliação da participação política nesses contextos de crescimento urbano, o que acaba provocando uma minimização inevitável sobre os aspectos sociais e políticos.

1.3 Inclusão do analfabeto e redemocratização: ampliação do eleitorado brasileiro.

Partindo das questões que exploramos ao longo dos trechos anteriores, nosso entendimento aqui é de que a confluência e tensão entre liberalismo(s) - liberalismo radical e liberalismo conservador - e autoritarismo refletiram na consolidação tardia do direito político de voto aos analfabetos no País. Outros países da América Latina tiveram um desfecho distinto, concebendo-o ainda nos anos de 1950 e 1960. No Brasil, percebemos também a efervescência da pauta entre os movimentos políticos e sociais ao longo dos anos de 1950 e 1960, em conjunto aos demais países da América Latina, porém o desfecho não foi o mesmo, somado a consolidação do regime militar com o cerceamento no desenvolvimento do Estado Democrático de Direito.

Aproximando o leitor do nosso trabalho nos acervos digitais, no gráfico abaixo evidenciamos a presença da pauta nos contextos elencados, assim como a sua minimização ao longo dos anos de regime militar que assolaram o País a partir da busca pela palavra “voto do analfabeto” em ambos os jornais analisados para o desenvolvimento deste trabalho e de seus resultados para cada década. As fontes de análise estão todas disponíveis em acervos digitalizados que facilitaram nossa pesquisa por possuírem o recurso da busca por palavras individuais ou combinadas em expressões “booleanas”, bem como a pesquisa específica por dias ou períodos pré-selecionados. Escolhemos analisar os discursos produzidos em dois jornais de ampla circulação no contexto em que a pauta foi consolidada no cenário institucional, correspondendo também a sua maior aparição na imprensa quando comparada com todas as demais décadas - são os anos de 1981 e 1985. Esse contexto corresponde à consolidação da *Folha de S.Paulo* e do *O Estado de S. Paulo* como os jornais de maior circulação e influência do período.

Voto do Analfabeto nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo

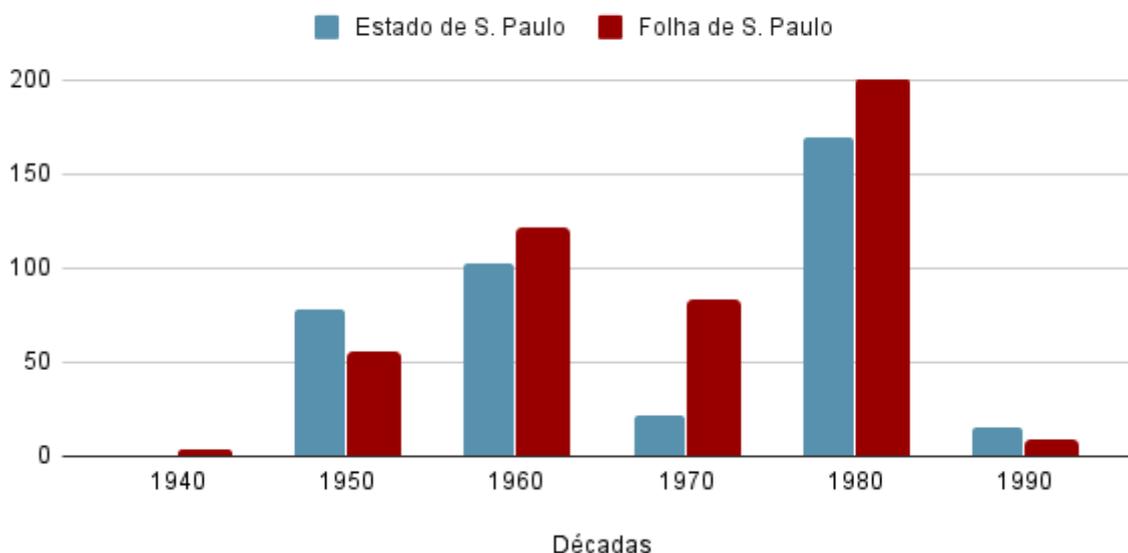


Gráfico 1: Resultado da busca pela palavra “voto do analfabeto” no acervo digital do jornal *Estado de S. Paulo*¹⁷ e *Folha de S. Paulo*. Destacamos as décadas de 1960 e 1980 com maior repercussão e incidência da pauta. Para a década de 1960 a repercussão ficou concentrada no ano de 1964 principalmente, e para a década de 1970 de 1977 com maior destaque. A partir dessa busca, podemos mensurar a aparição da pauta nesses jornais em diferentes anos da história do Brasil. Adiante apresentamos uma tabela para explicar melhor como se deu nossos passos até a escolha pelo ano de 1981 - ano em que são inseridas as reformas dirigidas pelo PMDB quando volta-se a mencionar a ampliação do voto do analfabeto no cenário institucional - e 1985 - ano da Emenda nº25 que aprovou o direito político de voto aos analfabetos do País. Fonte para elaboração do gráfico: Acervo Digital Jornal *Estado de S. Paulo* e Acervo Digital *Folha de S. Paulo*.

Outro aspecto crucial na nossa escolha por ambos os jornais foi as suas diferenças políticas na época de suas fundações e em alguns outros momentos, ainda que haja também semelhanças e aproximações. O jornal *Folha de S. Paulo*, como veremos no capítulo 2, teria consolidado uma

¹⁷ Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura#!/voto+dos+analfabetos/Acervo/acervo> (Acesso em 25 de setembro de 2021).

perspectiva mais próxima ao que chamamos de liberalismo radical, enquanto o jornal *O Estado de S. Paulo* teria se consolidado com uma perspectiva mais próxima ao liberalismo conservador. Essas diferenças foram fundamentais para compreendermos os principais embates na construção simbólica sobre a pauta, dando combustível às nossas indagações buscando melhor compreender nosso objeto de estudo.

Pensando no contexto de desenvolvimento da política que concedeu o direito político de voto aos analfabetos, Ferraro (2009, p. 82) aponta que foram necessários decorrer mais de 100 anos desde a Lei Saraiva, para que, finalmente, em 1985, no contexto de redemocratização do País, esse direito fosse concebido:

(...) já em processo de abertura política no declínio da Ditadura Militar, através da Emenda Constitucional nº 25, se admitir o voto facultativo das pessoas analfabetas. É claro, nesse intervalo secular, o peso do contingente analfabeto baixou de aproximadamente 80% da população adulta ao tempo da discussão da reforma eleitoral, para menos de 20% ao tempo do Emenda de 1985 e da Constituição de 1988. O peso dos analfabetos diminuirá sensivelmente! É claro, o temor das elites brasileiras também! (FERRARO, 2009, p.82)

Embora o peso do analfabetismo tenha reduzido passados 100 anos da Lei Saraiva de 1881, entendemos que as condições de possibilidade para a sua consolidação extrapolam a questão do seu tamanho. Não por acaso, buscando acrescentar no debate, optamos por explorar com maior aprofundamento os jornais da imprensa dos anos de 1980¹⁸, contexto onde foi possível a mobilização desses direitos e onde de fato se estabeleceu a mudança no cenário institucional acerca da pauta. Ainda assim, esperamos no futuro nos deparar com mais pesquisas que tangenciam o nosso objeto de estudo, que em sua singularidade mobiliza ideias e “respostas” a problemáticas que também vieram à tona em outros momentos da história brasileira e que permaneceram latentes no sistema político até os dias de hoje.

¹⁸ Correspondendo aos anos de 1981 e 1985 na *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*.

A proposta de alistamento e voto aos analfabetos é concebida em meio ao contexto de redemocratização, como mencionamos acima, trazendo a citação de Ferraro (2009, p.82). Mesmo assim, não foi permitida sua elegibilidade e de forma alguma havia um pensamento hegemônico sobre a pauta, como veremos no próximo capítulo dessa dissertação. Ou seja, ainda que percebamos um projeto de país tomando forma nas diferentes políticas que se desenvolvem anterior e posterior ao direito político de voto dos analfabetos, o debate sobre essa problemática não se deu de forma hegemônica.

A Constituição Federal de 1988 é fundamental também para entendermos esse processo e as diferentes construções simbólicas que estavam em jogo. A CF de 1988 promoveu um novo sistema político após duas décadas de regime militar. O *sufrágio universal* e o voto secreto foram assegurados enquanto critérios de *soberania popular*, mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular, inaugurando um sistema político que combina formas de representação e formas de participação em sua estrutura com base na constituição do País. A redemocratização promoveu a nível constitucional uma nova relação possível para o sufrágio universal, consolidado a partir dos princípios de soberania popular. Avritzer (2006) ressalta que há muitas menções às formas de participação no texto constitucional, ainda que elas tenham sido pouco exercidas no Brasil democrático, situação que exploraremos com mais atenção no último capítulo desta dissertação.

Como vimos, desde o século XIX, foram discutidos diferentes sufrágios no Brasil. Viscardi (2015) explicita em sua pesquisa que desde este contexto, ideais de soberania popular e de democracia representativa, a partir do caráter igualitário eram levantados, mas, pela primeira vez, em texto constitucional, o sufrágio universal brasileiro foi assegurado enquanto critério de *soberania popular e representação*, na qual: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” como consta o artigo primeiro, parágrafo único da CF de 1988.

Avtizer e Anastasia (2006, p.11) distinguem a reforma das instituições políticas, a reforma do comportamento político e a reforma dos padrões de interação política, apontando que, no Brasil pós-democratização, a agenda da reforma política foi sofrendo mudanças:

(...) no começo dos anos 90 ainda eram discutidos amplos traços da organização das instituições políticas, como foi o caso do plebiscito sobre o parlamentarismo. A partir do final da década de 90, a idéia de reforma política foi se consolidando em torno de diferentes pontos: a reorganização ampla das regras do sistema político e da forma de financiamento de campanha, a criação de novas instituições capazes de aumentar a participação e os diferentes padrões de interação entre instituições representativas e participativas (AVITZER; ANASTASIA, 2006, p.11).

Os autores colocam que essas questões são importantes dimensões no embate da representação pois “(1) incidem sobre as capacidades dos cidadãos e dos representantes de jogarem (*sic*) tal jogo com legitimidade e eficácia e (2) afetam a distribuição de preferências e de recursos entre os atores e os resultados do jogo político” compreendendo a representação no seu sentido correspondente à sociedade e aos diferentes grupos sociais que nela existem, em sua *associação* com o aprimoramento da democracia (AVITZER; ANASTASIA, 2006, p.11).

A reforma política, nesse sentido, tem como desafio ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de representação e participação a fim de aproximar as reivindicações de representados às deliberações de seus representantes. Entretanto, o que percebemos é que passada a elaboração da CF de 1988, uma série de políticas foram modificando o sistema representativo brasileiro, ao mesmo tempo em que construiu uma assimetria entre representantes e representados, não comportando a multiplicidade do eleitorado brasileiro, principalmente aquele que passa a integrá-lo com a redemocratização do país e a ampliação do eleitorado. Chamamos atenção aqui para as mudanças de expectativa no que diz respeito ao *sufrágio universal*, ao se ancorar na soberania popular, mas também as tensões sobre essa ampliação do sufrágio

no contexto de redemocratização do País, resultando na ressalva do voto facultativo e a inelegibilidade dos analfabetos:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

- a) os analfabetos;**
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(...)

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

(CF de 1988, Art. 14 §1 e §4 - grifo da autora).

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985 – por 423 votos na Câmara dos Deputados e 61 no Senado Federal, quem era analfabeto passaria a votar, sendo maior de 18 anos conforme trazia o Art.147 § 4º: “*A Lei disporá sobre a forma pela qual possam os analfabetos alistar-se eleitores e exercer o direito de voto*”. Como vimos, garantiram o direito político do voto, mas não o de elegibilidade, tornando-o ainda facultativo. No Brasil dessa época havia um número considerável de analfabetos conforme as pesquisas apontavam, correspondendo a 46,21% na Zona Rural e 16,80% na Zona Urbana (ver Tabela 1).

Brasil (1980)	População total	% Analfabetos
Zona Rural	39.137.198	46,21%
Zona Urbana	82.013.375	16,80%

Tabela 1: Tabela da *população total do Brasil X taxa de analfabetos* com base nos dados do IBGE. Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980.

Comparecimento como Proporção da População Total. Eleições Presidenciais. Brasil, 1984-1998.

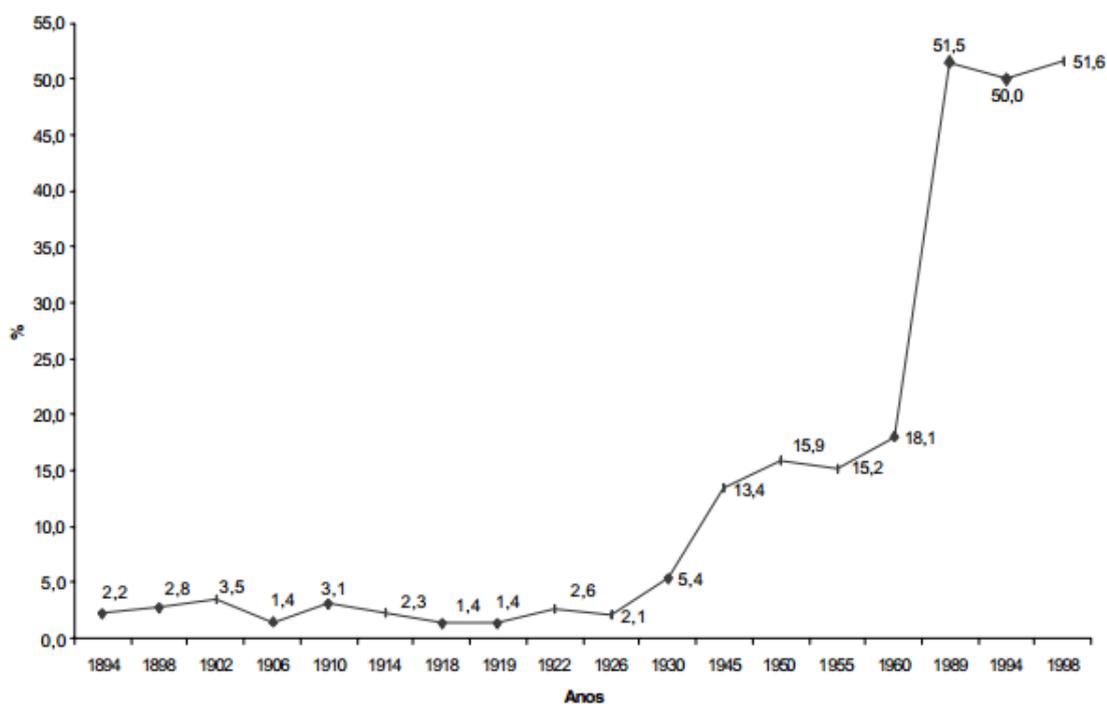


Gráfico 2: Gráfico acerca do contingente total de eleitores para as eleições presidenciais dos anos citados (TSE, 2011, pág.11)

Participação como Proporção da População Total. Eleição para a Câmara dos Deputados. Brasil, 1933-1998.

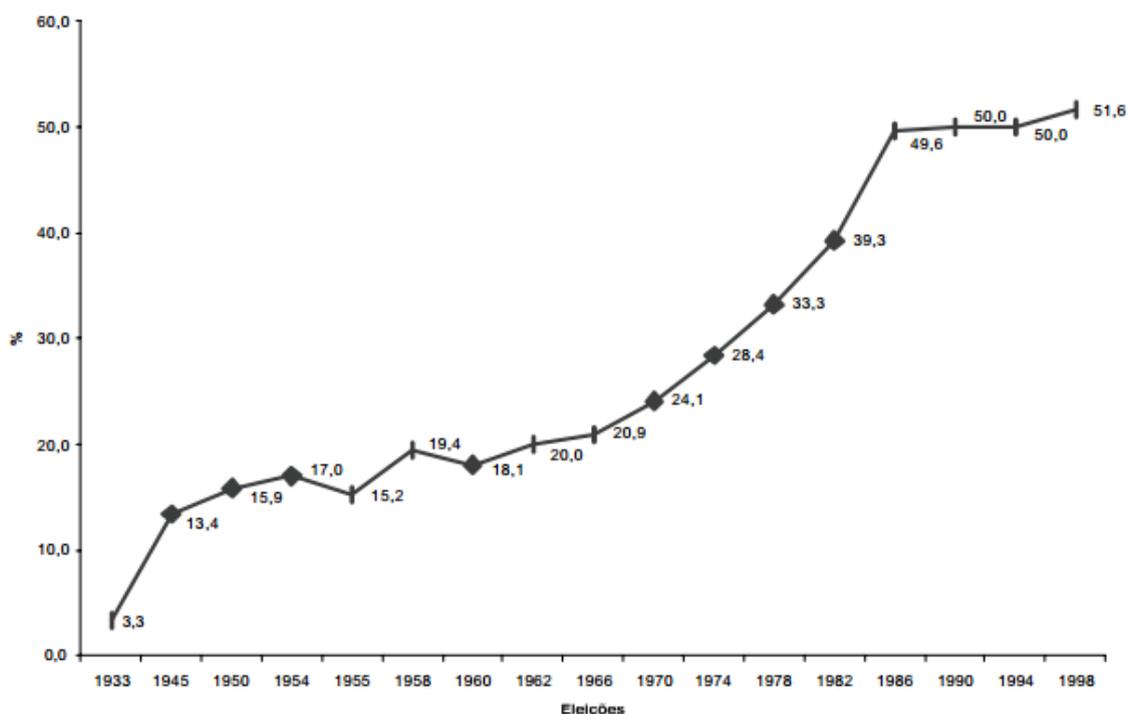


Gráfico 3: Gráfico acerca do contingente total de eleitores para as eleições da câmara dos deputados dos anos citados (TSE, 2011, pág.11)

Tabela mencionando *população*, *número de eleitores* e % ao longo dos anos:

Ano	Eleitores	População	A/B)%
	(A)	(B)	

1945	7.437.025	46.114.500	16,1
1955	15.240.397	58.360.000	26,1
1965	22.032.395	80.729.000	27,3
1975	36.265.560	108.665.878	33,4
1985	69.371.495	135.563.101	51,2
1996	101.284.121	155.822.440	65,0

Tabela 2: Tabela mencionando *população, número de eleitores e %* ao longo dos anos. Nesse contexto há um aumento significativo no número de eleitores, de maior impacto na história brasileira, conforme evidencia o quadro percentual acima, com um aumento de 17,8% sobre o eleitorado do país. Fonte para elaboração da tabela: CAMARÃO, 1997. p.43

Com o aumento expressivo no número de eleitores, que finalmente passaram a comportar a maioria da população brasileira, correspondendo a 51,2% da nação para o ano de 1985, sob contorno da redemocratização e do restabelecimento do Estado Democrático de Direito, com suas transformações e conservações, o País emergiu em uma nova configuração da sua sociedade

civil. Ainda que desde 1945 o país adote o sistema de representação proporcional e que isso tenha passado “incólume pelas constantes mudanças das regras eleitorais durante o regime militar”, uma série de direitos foram suprimidos e as instituições não funcionavam mais de forma democrática, isto é, pressupondo a operação dentro de marcos constitucionais e legais claros (NICOLAU, 2017, p.141). É um contexto de ampliação da imprensa e da informação após longos e duros anos de regime militar. Do cenário político desse contexto, marcado pela confluência e tensão de tendências autoritárias e liberais, o País reinaugurou seu compromisso com a democracia.

No governo de transição de José Sarney há a ampliação da liberdade de imprensa com a redemocratização do País. As décadas de 1980 e 1990 marcaram a centralidade dos meios de comunicação na sociedade brasileira. Um contexto em que 88% das famílias que possuíam televisão em suas casas, consumiam os conteúdos dos meios de comunicação, obtendo entretenimento e informação. Com isso, as pautas colocadas pela mídia considerando essa nova configuração civil passam a ser elencadas pela sociedade enquanto preocupações, que pautam a realidade, podendo influenciar nas suas decisões políticas. Dessa forma a realidade é validada em relação a esses discursos, carregados de simbolismos e riquíssimos também para o trabalho do historiador.

Partindo das construções históricas que envolvem nosso objeto de estudo, que elaboramos neste capítulo, procuraremos entender como se deu a construção simbólica do direito político de voto ao analfabeto. Faremos isso elencando os dois anos de maior incidência da pauta, que citamos anteriormente - 1981 e 1985, quando há maiores menções e repercussão nos jornais que utilizamos como fonte nessa pesquisa. No princípio iríamos pesquisar vários anos dessa década, sobretudo em relação ao contato que tivemos com as diferentes produções de diferentes campos. Pensamos também que a sua elaboração na imprensa se daria de forma mais recorrente na década de 1980, sobretudo em 1988. Porém, percebemos que, em geral, questões que dizem respeito ao sistema eleitoral ficam sempre próximas de

datas eleitorais e a mudanças no cenário institucional. Isso também se configura enquanto indicativo quando a pauta do analfabetismo historicamente aparece com maior contundência, sobretudo relacionada à questão eleitoral.

Por isso, escolhemos analisar os discursos presentes para o ano de 1981, com a repercussão sobre as reformas dirigidas pelo PMDB onde o voto dos analfabetos recebe maior repercussão na década de 1980, junto ao ano de aprovação da Emenda nº 25, quando ela aparece com um impacto ainda maior que em 1981. A partir da consolidação da pauta no cenário institucional em 1985, ela não recebe maiores repercussões, o mesmo em 1988 embora seja firmada pela CF de 1988. Por isso, nos atemos a explorar todos os jornais em que a pauta apareceu durante esses dois anos elencados - 1981 e 1985, em uma pesquisa bastante densa e criteriosa. Ao longo do nosso *corpus textual*, não citaremos todas as menções das fontes acerca da pauta, nos concentrando em explorar as aparições que refletem as principais problemáticas sobre a pauta naquele contexto, percebendo também a ênfase dada por cada jornal no recorte que fará sobre a pauta.

Presença da pauta no jornal *Estado de São Paulo* para os anos de 1981, 1985 e 1986:

	1981	1985
Janeiro	2	0
Fevereiro	1	1
Março	2	6
Abril	3	6

Maio	7	20
Junho	11	15
Julho	4	5
Agosto	1	2
Setembro	2	3
Outubro	2	2
Novembro	8	3
Dezembro	0	1

Tabela 3: Resultado da busca por “voto do analfabeto” no acervo digital do jornal Estado de S. Paulo. Em 1981 a pauta recebe maior repercussão a partir das propostas de reforma dirigidas pelo PMDB, em contexto de redemocratização. Em 1985 é o ano de aprovação da Emenda nº 25, quando a pauta volta a repercutir com maior intensidade no cenário institucional e também nos jornais, principalmente no mês da sua aprovação - em maio e após junho. Fonte para elaboração da tabela: Acervo digital Estado de S. Paulo.

Presença da pauta no jornal *Folha de São Paulo* para os anos de 1981, 1985 e 1986:

	1981	1985
Janeiro	0	3
Fevereiro	1	2
Março	0	13
Abril	3	14
Maio	0	42
Junho	2	18
Julho	1	10
Agosto	0	5
Setembro	1	0
Outubro	2	2
Novembro	2	1
Dezembro	0	1

Tabela 4: Presença da pauta nos principais anos em que foram pautadas no cenário político em 1980 na *Folha de S. Paulo*. Dentre eles, a maior repercussão em ambos os jornais se deu no ano de 1985, sobretudo no mês de maio, ano da aprovação da Emenda Constitucional nº25. Fonte para tabela: Acervo digital *Folha de S. Paulo*.

O contexto de redemocratização no qual se insere nosso objeto de estudo marca embates que permeiam até os dias de hoje, com uma nova organização da sociedade, dos partidos, dos meios de comunicação e da democracia representativa. Com a ampliação do voto, há o incremento no contingente eleitoral das camadas mais pobres da sociedade, resultando na ampliação do eleitorado do brasileiro (Gráfico 1, Gráfico 2 e Tabela 3). Até a década de 1980, a maioria da população não estava inserida no sistema eleitoral, participando das decisões públicas e dos rumos do país. Foram mais de 100 anos da exclusão dos analfabetos, em um cenário que a sua exclusão significou para além de um estigma, ou de uma questão eleitoral, uma problemática que dependeu do desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, conciliando desigualdades sociais e a exclusão de grande parte da população ao exercício da cidadania e do acesso à Educação mesmo em períodos com forte influência republicana e liberal.

Percebemos que a problemática da ampliação do eleitorado é perene em todo desenvolvimento do sistema eleitoral brasileiro, marcado pela confluência e tensão entre valores conflitantes e pela consolidação tardia dessa ampliação, até o limite dos seus custos sociais, em um contexto de forte expressão social. Sob diferentes justificativas o País emergiu em longos anos de exclusão de parte da população do exercício do voto e no fortalecimento do estigma sobre os analfabetos, em um país imerso em desigualdades sociais. No próximo capítulo então iremos nos debruçar sobre os discursos produzidos no desenvolvimento dessa política até a sua aprovação, que concedeu o direito político de voto aos analfabetos, procurando entender quais foram os

argumentos e ideias desenvolvidas nesse período, finalmente adentrando as construções simbólicas que envolvem nosso objeto de estudo nesse contexto.

Nossa análise sobre os discursos produzidos procuram acrescentar no estudo sobre o analfabetismo partindo da complexificação da problemática, pensando para além das questões que mensuram o número de analfabetos dessa sociedade, passados 100 anos da sua exclusão com a Lei Saraiva de 1881. Entender como se organizava essa sociedade e, principalmente, as novas relações de poder que são estabelecidas, provocando novas “funções institucionais” para a imprensa, que também se transforma nesse contexto. Não nos atemos em explorar ao longo do nosso corpus textual todas as menções ao voto dos analfabetos que encontramos em nossas fontes, mas selecionamos as que procuraram significar a pauta naquele contexto selecionadas a partir da leitura atenta a todos os jornais trabalhados.

Partindo dessas indagações buscamos trabalhar com os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* por conta de seus relevantes alcances para a época e centralidade que estabeleceram com a informação brasileira naquele contexto, mas também, por conta das diferentes concepções políticas que os cercam desde as suas formações. São jornais que historicamente levantaram diferentes pautas e posicionamentos, como veremos no próximo capítulo, dando ênfases diferentes à temática. Por fim, em relação aos discursos em si, procuraremos contextualizar e entender - principalmente - as seguintes indagações: *Quais eram as principais percepções sobre a ampliação do eleitorado e o voto dos analfabetos? Havia posicionamentos contrastantes em relação à pauta? Quais foram os impactos desses discursos na política desenvolvida na Emenda nº25 e na CF de 1988?*

2 REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E VOTO DOS ANALFABETOSOS: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA NA *FOLHA DE S. PAULO* E ESTADO DE S. PAULO

2.1 A transição democrática e a nova configuração da sociedade civil: contribuições dos conceitos de campo social e luta simbólica em Bourdieu

Após 21 anos de regime militar, o País assumiu seu compromisso com a redemocratização do seu sistema político. Desde os últimos mandatos militares, no final dos anos 1970, com o desgaste de seus regimes, já havia em curso uma transição - ainda que lenta, para o restabelecimento da democracia, transição essa consolidada em 1985, com o fim dos mandatos de militares e início do governo civil com Tancredo Neves e José Sarney. O contexto de transição do regime militar para o regime democrático foi marcado principalmente pelo aumento da pressão social, pelo impacto do movimento de Anistia organizado, denunciando uma série de crimes cometidos pelo Estado contra os Direitos Humanos, o fim do “milagre econômico” e o consequente aumento da inflação, além da reorganização dos trabalhadores urbanos e rurais com os movimentos sindicais e dos estudantes, com os movimentos estudantis entre outros - essa pressão social foi indispensável para abertura democrática (WEFFORT, 1984).

Esse desfecho fez implodir a necessidade da construção de uma constituinte para enfim estabelecer novas ordens jurídicas para a sociedade brasileira. A antiga constituição havia sido sobreposta por 16 atos institucionais promovidos pelo regime militar e não estava alinhada com as expectativas desse contexto. A elaboração da nova constituição deixou o País em clima de esperança, mas chegar a um acordo entre os diferentes setores da sociedade envolvidos, não era um processo indubitável. Foram diferentes grupos sociais que participaram neste contexto emergindo em transformações na relação entre os diferentes agentes que atuaram no cenário institucional em uma nova configuração civil, inaugurada com a redemocratização - estudantes,

trabalhadores, religiosos e analfabetos com toda sua heterogeneidade e que antes não tinham representação na política institucional:

Esse cenário possibilitou uma esperança de que o avanço da democratização e, conseqüentemente, do moderno, traria o momento da conquista da cidadania livre e plena. Esse processo de emergência da sociedade civil e da transição para o modelo democrático teve seu ápice na Constituinte, a qual passou a ser vista como uma oportunidade por diversos setores da sociedade de imprimirem suas concepções e visões de mundo, definindo os rumos que a nação assumiria a partir de então (SEINO; ALGARVE GOBBO, 2013, p.33).

Carvalho (2014, p.190) entende que mesmo jornais conservadores como *O Estado de S. Paulo*, não aceitavam a censura imposta pelo regime militar. A *Folha de S. Paulo* junto com os outros meios da grande mídia brasileira, constituídas tomando como base o tradicional modelo liberal, foi a empresa de comunicação que mais esteve ao lado do regime militar da época. Lima (2001, p.144) desenvolve sobre os meios de comunicação do país, entendendo que foram constituídos “(...) tomando por base o tradicional modelo liberal das sociedades capitalistas do Ocidente, como os Estados Unidos como referência principal”. Ele complementa que “a imprensa é um negócio privado independente, como qualquer outro, e o Estado controla as licenças e concessões de rádio e televisão” e chama atenção para a falta de regulamentações que garantiria a pluralidade de opiniões e perspectivas também construídas dentro do liberalismo entendendo que no “Brasil” há “uma situação peculiar” (LIMA, 2001, p.144). A confluência e tensão entre preceitos liberais e autoritários na história brasileira deixa seus rastros em diferentes contextos e relações, para além do campo político. O *O Estado de S. Paulo* foi um dos agentes da grande mídia que mais resistiram à censura imposta pelo regime, assim como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI):

Outra instituição atuante na resistência foi a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cuja tradição de luta era menos ambígua do que a da OAB. Em seu caso também, o interesse corporativo era inegável. A profissão de jornalista exige liberdade de expressão e de informação para poder exercer-se com plenitude. A censura à imprensa e aos meios de comunicação em geral, sobretudo a censura prévia, não podia deixar de merecer repulsa dos jornalistas. Nos piores momentos, deixava espaços em branco na primeira página, denunciando notícias

censuradas, ou então publicava poemas de Camões, ou receitas culinárias. O interesse profissional não tira, é claro, o mérito da luta. A ABI ajudou a reconstruir a democracia. Seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, foi candidato à vice-presidência da República na chapa da oposição em 1984 (CARVALHO, 2014, p. 190-191).

Além dessas instituições, houve a participação ativa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que se dedicava à pauta da pesquisa científica no Brasil, que também sofreu com a censura imposta no período e em suas reuniões anuais manifestaram sua oposição à situação que enfrentavam (CARVALHO, 2014, p.191). Ou seja, diferentes grupos irão atuar nesse contexto de transição, ainda que nem todos tenham as ferramentas institucionais para operar sobre ele, influenciam e exercem pressão nas transformações e conservações do mundo social. Mediante o exposto, diferentes estudos passam a se debruçar sobre o tema da transição de regimes, do militar para o democrático, significando o processo em seu caráter conservador (BUENO, 2012; RODRIGUES, 1999; SCHWARCZ, 2015; SOUZA, 1988; VIANNA, 1986 entre outros).

Werneck Vianna (1986) irá desenvolver sobre esse período partindo do contexto mencionado acima - em meados dos anos 1970, quando o regime começa a se desestabilizar, em seu livro "*Travessia da abertura à constituinte de 1986*". Para o autor, esse é o momento em que foi possível uma ampliação da frente que se construiu contra o regime autoritário a favor da democracia em função de todos os fatores mencionados e do desgaste cada vez maior do regime militar, imerso em escândalos e comprovações de suas limitações enquanto sistema de governo em suas expectativas políticas, econômicas e sociais.

Em sua exposição sobre esse período de transição, o autor tece considerações relacionando dois conceitos, o *autoritarismo* e o de *modernidade* e sua recorrência na história brasileira, ponderando sobre uma modernização "sem rupturas", ou fazendo referência aos termos gramscianos utilizados por ele, "uma revolução passiva", que teria acontecido na redemocratização do País. Foi marcada pela continuidade de alguns atores políticos no novo

cenário, adaptados em seus papéis, principalmente em relação ao fervor social daquele novo contexto. Marly Rodrigues (1999) faz um panorama histórico da redemocratização, salientando a influência das mobilizações populares no período. Para a autora, a Constituinte de 1986 era vista como um instrumento antiditadura, garantindo direitos e proteção ao povo:

Se observarmos mais de perto o desenrolar dos trabalhos da Constituinte, verifi caremos que a inclusão de pequenos avanços para as classes trabalhadoras sempre se fi zeram sob intensa pressão da bancada de esquerda e no limite máximo da concessão dos políticos de centro e de direita. Entre outras coisas, isto quer dizer que a Constituinte tentou reformar tudo sem modificar nada, de modo a conservar sem arranhões profundos a ordem social já existente (RODRIGUES, 1999, p. 27).

Adentrando em nossas fontes de pesquisa e fazendo relação com as singularidades do contexto da Constituinte, em uma coluna de Adhemar de Barros Filho, empresário e político paulista, sob o título “Constituinte e Diretas em 86” para a FSP de 11 de maio de 1985 (p. 3), o autor descreve sobre o período como singular nas suas conquistas políticas, mencionando dentre elas, o voto dos analfabetos:

(...) Quem seria capaz de imaginar, há cerca de um ano atrás, que seria possível conquistarmos - num só dia e numa só noite, como os da última quarta-feira - eleições diretas para presidente e prefeituras das capitais, direito de voto aos analfabetos, bem como outros relevantes avanços legislativos? **É quase inacreditável que isso tenha acontecido, para quem imagina entender, um pouco que seja, de Brasil contemporâneo** (FSP, 11 de maio de 1985, p.3 - grifo da autora).

Apesar de compartilharmos da perspectiva que entende que esse processo, em seu caráter conservador, chamamos atenção também para o fenômeno da ampliação da liberdade de imprensa e da nova configuração da sociedade brasileira, entendendo que ainda que o processo político de transição acontecesse dessa forma, houve também mudanças significativas. Desde a organização dos partidos, da imprensa e de diferentes agentes, modificando e reestruturando sua organização e relação com os diferentes

campos da sociedade. A fragilização do campo político abriu novos espaços para os meios de comunicação (tanto para a imprensa, quanto para a televisão) na sociedade brasileira. Com o estabelecimento do regime democrático, os meios de comunicação puderam construir diferentes relações com o mundo social, inserindo-se no cenário institucional, transformando as funções públicas que construiu de si mesma.

O peso dessa relação teve um impacto definidor nas eleições de 1989, com a primeira eleição direta para presidência do Brasil pós regime militar se consolidando na sociedade brasileira em novas relações com os diferentes campos que compõem o mundo social. Nessa eleição Fernando Collor de Mello (na época do PRN) seria eleito com forte influência da grande mídia no processo de decisão política, favorecido pelos recortes e construções simbólicas favoráveis a sua figura, em detrimento a Luís Inácio Lula da Silva. Esse cenário levou a sua eleição em 1989 e depois de uma série de medidas duvidáveis de seu governo, a mesma influência era percebida, agora respaldada no clima de crise política e no impeachment que sofreu Collor em 1992, explicitando novamente essa relação que a imprensa inaugura ao assumir com a redemocratização do País.

Desde os anos de 1970 com acordos estabelecidos durante o regime militar, dez grupos familiares detém quase a totalidade da grande mídia brasileira. As mudanças ocorridas neste período tiveram impacto nas empresas tradicionais de jornalismo. Das dez famílias que detinham o monopólio, três (Manchete – família Bloch, JB – família Nascimento Brito, Gazeta Mercantil – família Levy) perderam suas empresas e outras se entenderam obrigadas a recorrer ao capital estrangeiro (CAMARGO, 2011). Há questões que aproximam os meios de comunicação da grande mídia, mas também questões que os diferenciam, como veremos mais adiante.

Durante o regime militar seus espaços de atuação estavam bastante limitados, com o regime democrático, os meios de comunicação estabelecem uma nova relação com a sociedade, explorando novas funções públicas, influenciando diferentes contextos políticos, inclusive de crise política e

instabilidade. Como evidenciado por Lima (2001, p.142) elencando estudos realizados nos Estados Unidos sobre a censura exercida pelos governos, há a construção da hipótese de que “regimes autoritários exercem mais controle sobre a mídia mediante recursos legais, censura ou pressão econômica do que os regimes representativos, plurais e democráticos”.

Entretanto, Lima (2001) propõe a construção de uma alternativa teórica que não desconsidere a possibilidade da mídia distorcer e manipular a realidade, mas também que leve em conta as contradições e complexidade da sua atuação frente à sociedade, indo além ao paradigma da manipulação:

Em consequência desses pressupostos, muitos estudos sobre a relação entre mídia e política acabam por descartar a possibilidade de que a mídia, ela própria, com frequência e deliberadamente *distorce, omite e promove* informações com objetivo político. Esse objetivo pode ou não estar alinhado com os interesses do regime, numa determinada circunstância e num determinado momento. Por outro lado, a teoria marxista instrumental concebe a mídia como instituição controlada e dominada pelo Estado capitalista. Os estudos sobre a América Latina realizados sob esta perspectiva vêem a audiência como mercado e os objetivos da mídia como de dominação ideológica e lucro, e igualmente falham por não levarem em conta as contradições e complexas relações que transcendem as explicações causais ou funcionais (LIMA, 2001, p.143).

O autor também chama atenção que “o sistema de comunicações brasileiro foi constituído tomando por base o tradicional modelo liberal das sociedades capitalistas”, que dentre seus princípios, prezaria pela diversidade de conteúdo e pela pluralidade de perspectivas, entretanto com o esquema de concessões garantidos pelo regime militar, o Brasil estaria em uma situação peculiar. O que percebemos é que essas questões não dizem respeito somente ao contexto enfrentado no País, mas também é comum em outros países da América Latina. A UNESCO entende que essa formatação pode ocasionar em ameaças ao desenvolvimento da democracia e da cidadania:

1) a influência excessiva dos proprietários de meios ou de seus anunciantes sobre os responsáveis políticos e os poderes públicos, e manipulação encoberta das decisões políticas para favorecer interesses econômicos ocultos; 2) a concentração da

propriedade dos meios comerciais e sua possível influência sobre a esfera política, seja a concentração da propriedade nas mãos dos governantes, de todos os meios de comunicação de um país nas mãos de um único proprietário, ou (situação especialmente perigosa nos países pequenos) de todos os meios de comunicação nas mãos de proprietários estrangeiros; 3) efeito nefasto da concentração dos meios de comunicação e da evolução dos modelos econômicos sobre a qualidade do jornalismo (de investigação e de outros tipos), traduzido na diminuição da margem de liberdade editorial, degradação das condições de trabalho e precarização do trabalho dos jornalistas; 4) falta de transparência sobre a propriedade dos meios e as fontes de financiamento e 5) potenciais conflitos de interesses que resultam na proximidade entre os jornalistas e os interesses econômicos (UNESCO, 2017, p. 11 – tradução da autora).

Todas as questões que exploramos até aqui devem ser consideradas em nossa pesquisa e análise sobre as fontes. Somado também a construção das reflexões elaboradas por Koselleck (2006) em sua problematização acerca do tempo histórico, explorando os contextos em suas relações sincrônicas e diacrônicas, em processos simultâneos e não simultâneos contidos nos conceitos. Por isso, para a compreensão da pluralidade de atores no contexto de transição democrática e do próprio jogo político e simbólico sobre a significação dessa realidade, percebendo as modificações que ocorreram nesse período, nos ancoramos na perspectiva dos *campos sociais* e da *luta simbólica*¹⁹.

Como mencionamos acima, vamos nos valer de alguns conceitos desenvolvidos na área da Sociologia por Bourdieu, para construir um arcabouço adequado para a nossa pesquisa e principalmente para o desenvolvimento da análise dos discursos de imprensa que estamos nos propondo. Bourdieu (1989) irá elaborar a noção de *agente*, compreendendo o caráter ativo que o levou a construção desse conceito, em detrimento a utilização do conceito de *sujeito* de teorias mecanicistas e deterministas, que para o autor, partem dos sujeitos como mero suporte das estruturas objetivas da sociedade - o sujeito assujeitado.

¹⁹ Ambos conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002).

Essa concepção é elaborada em relação a outro conceito desenvolvido por ele: o *habitus*, que simplificando ao extremo, se refere às ideias e representações que constituem a subjetividade dos indivíduos, isto é, suas predisposições para a ação, sendo adquiridas por eles ao longo de suas trajetórias sociais. Dessa forma, para compreender e analisar os fenômenos que ocorrem no campo político, Bourdieu não entende somente as ações como decorrentes da estrutura objetiva, nem como decorrentes de livres iniciativas individuais. Ele analisa essas ações desenvolvidas pelos agentes, considerando as relações de concorrência que ocorrem entre produtores de bens políticos no campo político e entre esses produtores e consumidores desses bens, os cidadãos comuns (OLIVEIRA, 2013).

A noção de campo aparece interligada a de espaço social, ou aqui no caso, de “campo social”. Nesse espaço “multidimensional” existem campos relativamente autônomos e dentro deles, ocorrem as lutas simbólicas pelo que o autor define de poder simbólico. Que seria o “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 1989, pág. 14). Dessa forma, o campo se concebe enquanto lugar de luta entre os agentes que integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas na disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. As *diferenças* entre agentes no que diz respeito ao capital que possuem, determinam posições hierárquicas ocupadas por eles, problematizando o conceito de classe social, não pressupondo que a inscrição próxima entre as pessoas no espaço social as reuniria em “um grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra uma outra classe”.

Os campos, constituídos por agentes – que podem ser indivíduos ou instituições – criam espaços e existem a partir das relações de complementaridade que estabelecem. O campo também pressupõe o confronto, a tomada de posição, tensões e acirramentos, sendo a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes, determinante no que os agentes podem ou não fazer, suas possibilidades de atuação (BOURDIEU, 1989). Nosso objeto de estudo tangencia pautas elencadas por diferentes campos, e

entender essa multiplicidade de relações contribui mutuamente para sua definição, delimitando objetos de disputa entre os agentes dos diferentes campos. Entre esses objetos de disputa, há a disputa de autoridade entre esses diferentes campos, cada um querendo impor o seu ponto de vista específico no que Bourdieu irá definir como “campo de produção ideológica”:

(...) universo relativamente autônomo, em que se elaboram na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima (BOURDIEU, 2007, pág. 372).

Havendo abarcado em nossa pesquisa a análise dos discursos produzidos pelos diferentes agentes atuantes no processo, temos que compreender que essas produções não se dão de forma individual, mas relacionada. Por isso, a utilização desse conceito para análise nos ajuda a compreender com maior profundidade a disputa que aconteceu na construção das justificativas em torno da ampliação do eleitorado com o direito de exercício do voto aos analfabetos e do *jogo político* sobre a pauta no contexto de redemocratização. Na construção das mesmas, entram em jogo as lutas internas entre os agentes de um campo, as lutas de competência entre os diferentes campos sobre um mesmo tema. E ainda, como tudo isso irá dialogar com os diferentes e divergentes interesses sociais e econômicos.

2.2 A imprensa no Brasil dos anos de 1980: a centralidade dos meios de comunicação na produção simbólica e ideológica

Com o fim do regime militar e a transição para o regime democrático, os meios de comunicação estabeleceram distinta relação com a sociedade brasileira, em sua nova configuração civil, se apresentando de outra forma na pretensão de se integrar ao cenário institucional. Como mencionamos anteriormente, as eleições diretas para presidente da república em 1989, primeira após o regime militar que durou 21 anos, evidenciou o peso dessa relação. Napolitano (2017) irá dizer que mesmo esses jornais da grande mídia que foram críticos ao regime militar, nunca chegaram a romper totalmente essa relação “mantendo ora uma posição de críticos pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, ora de interlocutores confiáveis” (NAPOLITANO, 2017, p.347).

A perspectiva dos campos sociais nos ajuda a entender essa dinâmica, na medida em que os diferentes campos, constituídos por agentes criam espaços e existem nas relações de complementaridade que estabelecem. Ainda que houvesse situações de confronto de ideias e perspectivas com o regime militar, principalmente relacionadas às tensões entre liberalismos e autoritarismo, seja a nível social ou econômico, ambos os campos, político e midiático, também estabeleceram relações de complementaridade. Todavia, a estrutura das relações objetivas vai ser construída sob o contorno do regime militar, o que vai ser determinante nas possibilidades de ação e atuação dos agentes nesses espaços.

O estabelecimento do regime democrático tornou possível novos espaços de atuação para o campo jornalístico, modificando sua construção de si acerca da função pública que irá exercer perante o mundo social e sua inserção institucional no cenário político, que no regime militar estava significativamente limitada. Dessa forma, Martins (2020) pontua que:

(...) devemos salientar que a preservação do regime democrático é uma das condições de possibilidade da pretensão da imprensa como fiscalizadora dos agentes públicos frente aos interesses da coletividade. Logo, muito embora seja possível aos jornais sobreviverem como empresa em regimes ditatoriais - até tirando fartos proveitos econômico

dessa situação, como a história recente da mídia brasileira comprova -, as possibilidades de a imprensa se construir como uma instância empenhada em vigiar as ações do poder público em nome da coletividade ficam significativamente limitadas (s.i.c) com a censura à atividade jornalística (MARTINS, 2020, p.93).

Em alguns momentos a imprensa poderá utilizar suas ferramentas para forjar uma opinião pública e exercer pressão sobre o campo político, influenciando nas decisões parlamentares, ainda que isso vá ter um peso maior em contextos democráticos, onde há liberdade de imprensa, mesmo assim não iremos ater nossa análise ao “paradigma de manipulação”²⁰. Nossa análise parte de uma concepção dinâmica acerca dos diferentes campos e agentes e das relações que eles estabelecem com o mundo social e internamente em seus campos:

Com base no conceito de campo jornalístico devemos entender que o universo dos jornais não é um espaço homogêneo e unificado e sim um espaço de luta, onde se dá uma série de conflitos entre agentes, ideias, programas e projetos que buscam legitimidade social” (MARTINS, 2010, p.12).

Ainda que haja a concentração histórica dos meios de comunicação sob o domínio de poucas famílias, há conflitos internos e disputas entre si, assim como a convergência em alianças estratégicas. Dessa forma, ao percebermos diferentes tensões entre valores, não desconsiderando o apoio à “soluções autoritárias em momentos de ameaça à ordem social”, e questões que aproximam os jornais analisados no desenvolvimento da sua relação com o campo político, assim como as suas diferenças entre si, visamos uma perspectiva que entenda os meios de comunicação no Brasil de forma mais complexa, imbricadas na dinâmica do mundo social (NAPOLITANO, 2017, p.347).

Napolitano (2017) em sua pesquisa de análise aos editoriais dos quatro jornais da grande imprensa de 1964 a 1985 (*O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo*) considera as diferenças entre esses jornais em relação ao regime militar. No contexto precedente ao Golpe de

²⁰ Ver Albuquerque, 1998.

1964, havia consenso na construção da legitimidade para a conspiração contra o presidente João Goulart, o que se modificou posteriormente, “justificada muitas vezes por um anticomunismo e antirreformismo grosseiros mobilizados em nome de um liberalismo genérico e conservador” (NAPOLITANO, 2017, p. 347). Apesar de ambos reivindicarem-se como “liberais”, a construção do regime teria mais dividido os jornais do que unido, implicando em diferenças de perspectiva. Para o autor, essas diferenças se davam em torno de três pontos:

(...) perspectiva mais ou menos democráticas de política e sociedade nas condições históricas dadas pela realidade brasileira; concordatas com ações autoritárias, com as restrições às liberdades públicas e com a violência de Estado praticadas pelo regime em nome da ordem social; o papel do Estado na regulação da economia visando a construção da ‘justiça social’ (NAPOLITANO, 2017, p.347).

Napolitano (2017, p.359) identifica - em sua análise aos editoriais de 1964 a 1985 - no final da década de 1970 o afastamento desses jornais ao regime militar, contexto onde aumenta a pressão social ao governo, cada vez menos popular. Esse afastamento, diz o autor, não indicou a “adesão liberal a um projeto de derrubada abrupta da ordem institucional criada pelos militares” (NAPOLITANO, 2017, p.359). Sobre os discursos presentes nesses editoriais analisados por ele, que evidenciaram esse afastamento, o autor menciona o seguinte trecho que evidencia as diferenças entre os meios de comunicação escrita:

Os discursos de elogio à cultura democrática que era gestada na sociedade civil, procurava se conciliar com a defesa de reformas democratizantes paulatinas, sempre ameaçadas de “retrocesso” pela pressão da “linha dura”. Foi também um período em que ficaram mais claros os matizes e variáveis dos jornais analisados. Houve jornais que trilharam a direção de uma consciência radicalmente democrática, procurando assimilar novas demandas da sociedade civil, como o JB e a FSP, enquanto O Globo se manteve governista e o OESP radicalizava a crítica ao estatismo do governo Geisel, ao mesmo tempo que não se entusiasmava com os movimentos sociais de raiz mais popular que reocupavam as ruas (NAPOLITANO, 2017, p.359)

O autor encerra sua análise sobre os editoriais do final da década de 1970 entendendo, diferenciando os jornais a partir de três categorias: a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* teriam-se aprofundado uma “perspectiva liberal-democrática, com amplo espaço para as novas visões de democracia que emergem na sociedade”, enquanto o *O Estado de S. Paulo* teria se mantido “fiel à demanda por um sistema político, agora adensado por duras críticas à política econômica, sobretudo ao estatismo do regime” e *O Globo* teria se mantido governista (NAPOLITANO, 2017, p.362).

Grijó (2016) entende, utilizando os conceitos elaborados por Bourdieu, que o contexto de transição e crise do regime militar teria aberto um “leque de possibilidades aos agentes sociais e políticos”, isto é, novos espaços de atuação. Ao mesmo tempo o autor chama atenção para a relação que a grande mídia teria tido com o regime militar, que ao forçar sua despolitização a partir da censura, teria “canalizado os recursos e o foco das empresas para seu lado propriamente empresarial, para a lucratividade econômica” e politizadas enquanto “instrumentos da manutenção do status quo” tomando “o partido do governo (GRIJÓ, 2016, p. 79).

Para ele a grande mídia teria atuado em uma posição de reboque perante a sociedade democrática recém instaurada:

É este ambiente favorável e acolhedor que passa a sofrer transformações com a crise do regime. Ainda rebocados pela política partidária, os meios (s.i.c.) viram-se envolvidos no retorno significativo dos cidadãos às ruas com as greves do final dos anos 1970 e com as manifestações em favor da anistia e da redemocratização, principalmente nos anos 1980. É emblemática a posição daquela organização que mais ganhou com o regime à sombra do qual estruturou uma extensa rede de televisão e um diversificado grupo empresarial de comunicação espalhado por todo o PAÍS, que, além de ampliar suas propriedades horizontal, vertical e cruzada de muitos e diversos meios de produção e difusão de bens culturais, acumulou lucros significativos (...) Não é objetivo aqui enumerar as ações e omissões nesse sentido que as empresas de comunicação realizaram ao longo da chamada abertura política dos anos 1980. É importante notar que ainda aqui os meios foram a reboque dos acontecimentos. A sociedade organizada em sindicatos, partidos, associações profissionais se pôs à frente dos acontecimentos que levaram ao final do regime de exceção em um processo de transição, negociação e transação que foi habituando e reposicionando os grupos sociais e

políticos de acordo com as novas condições estabelecidas, das quais a Constituição de 1988 é o resultado institucional. (GRIJÓ, 2016, p. 80).

O campo jornalístico, em relação às mudanças ocorridas nesse período de restabelecimento do Estado Democrático de Direito, passa a exercer uma nova relação com a sociedade brasileira e com o campo político, na qual estão abertos novos espaços de atuação. É um contexto de transformação da sociedade, de um regime militar para um regime democrático, influenciando na modificação interna do próprio campo jornalístico com o desenvolvimento e apropriação de novas tecnologias e projetos. Ainda que não entendamos os meios de comunicação em papel de reboque, mas enquanto agentes que se relacionam dentro do campo jornalístico e com os demais campos, compartilhamos que ela irá refletir as incongruências e tensões dessa sociedade. Lattman-Weltman (2003) entende que a mídia irá exercer um papel decisivo na nova realidade brasileira, sendo:

(...) a instituição mais decisiva para a qualidade da cidadania no Brasil redemocratizado. Ela impõe suas coordenadas e linguagens específicas sobre as estratégias para as principais disputas eleitorais; fornece os principais elementos simbólicos e cognitivos para a escolha do eleitor; forja – conscientemente ou não – consensos sobre a pauta política e institucional; define, de um modo ou de outro, a agenda política, dos seus termos mais graves a alguns dos mais específicos (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 129-30).

Ainda sobre essas transformações, em 1982, a *Folha de S. Paulo* protagonizou a mudança de tecnologia dentro da empresa, migrando e implementando gradualmente a tecnologia de computador. Essas mudanças forçaram também a concorrência a implementar a nova tecnologia, dessa forma o *O Estado de S. Paulo*, quatro anos mais tarde em 1986 passaria a implementá-la também, abandonando completamente a máquina de escrever no primeiro semestre de 1991. Para o desenvolvimento dessas novas tecnologias, ambos os jornais contaram com acordos com empresas transnacionais de comunicação para a melhoria do seu maquinário e sistema de comunicação. Essas parcerias com pequenos grupos também foram estratégicas para a consolidação do oligopólio midiático do Brasil, a partir da

dificuldade em competir com eles tanto a nível tecnológico, quanto a nível de concessões.

Miguel (2002) evidencia a centralidade dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas com o alcance de seus discursos e o papel que assume em difundir “visões de mundo e projetos políticos” (MIGUEL, 2002, p.158). Desde Mc Combs e Shaw na década de 1970 em seus estudos sobre a influência da agenda da mídia na agenda pública e conseqüentemente no posicionamento do eleitor, diferentes autores irão se debruçar sobre a centralidade dos meios de comunicação e seu impacto na agenda política. Na dinâmica entre os campos sociais, essa influência sobre a agenda política é aqui entendida não em termos de manipulação, mas da sua participação na construção simbólica sobre a realidade em espaço privilegiado, o do campo de produção ideológica, em uma nova relação com a sociedade, transformando sua definição e atribuições de si mesma em sua *função pública*.

Rubim e Colling (2004) apontam para as transformações ocorridas na sociedade brasileira no contexto de redemocratização, entendendo que há a inauguração de um novo cenário social para a disputa política e eleitoral, principalmente a partir das tecnologias de telecomunicação, ainda que o telejornalismo traga mudanças para os diferentes campos dessa sociedade, impactando na imprensa. Lima (2001, p.189) em debate próximo elenca a centralidade dos meios de comunicação em diferentes âmbitos, dentre eles, no processo de socialização política, quando “as igrejas, a escola e os grupos de amigos têm perdido espaço para as comunicações”.

Somado a isso, Martins (2020, p. 102) sugere que a visão negativa sobre o universo político provoca um efeito importante na “pretensão dos jornais a uma posição institucional” em “uma espécie de conflito de autoridade entre agente jornalístico e agente político”, na disputa pela legitimidade enquanto porta-vozes do interesse coletivo:

Ao pretender se constituir como avaliadores das ações dos representantes eleitos em nome da coletividade, os jornais/jornalistas, mesmo sem prerrogativas legais, entram em luta com eles pela definição mais legítima do interesse coletivo. E, ao agirem assim, interferem diretamente no jogo político, ao mesmo tempo em que

passam a disputar diretamente com estes representantes a condição de porta-vozes da vontade popular, atacando a sua pretensão – ou de qualquer outro agente com liderança social, como sindicalistas, religiosos, etc. - à expressão legítima dessa vontade. Essa consequência jamais é tão clara do que quando os impressos se atribuem o direito de falar em nome da própria coletividade (opinião pública), ao condenar as ações dos agentes políticos (...) (MARTINS, 2020, p.102)

Ainda que exista essa influência do campo jornalístico sobre o campo político, há também o inverso. Em ambos os casos não é possível falar ou entender um campo como subordinado por outro, mesmo que os campos existam em condição de complementaridade, eles estão constantemente em disputa pela condição de porta-voz mais legítimo em relação ao mundo social, o que também gera conflitos entre os agentes. Da mesma forma, internamente nos campos em si, há também essa disputa por legitimidade entre os agentes (BOURDIEU, 1989, 2011; MARTINS, 2010, 2020):

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social (...) a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (BOURDIEU, 2011, p. 27).

Martins (2020, p. 85) entende que essas perspectivas que analisam os mecanismos desenvolvidos pela mídia sobre o conceito de agendamento dão muita ênfase à questão da manipulação da cobertura jornalística, dialogando com o “paradigma da manipulação”, onde são elaboradas explicações que partem unicamente dos seus interesses enquanto empresa, desconsiderando outros aspectos como:

as transformações estruturais pelas quais a imprensa estava passando nesse período, em especial nas funções públicas que se autoatribuía e que teriam profundo impacto nas relações entre imprensa e política no país (MARTINS, 2020, p. 85)

Considerando essas relações de conflito e disputa sobre a legitimidade sobre os assuntos e pautas no debate público, Bourdieu (1989) desenvolve o conceito de campo de produção ideológica, que elencamos anteriormente, que pode ser entendido enquanto esse espaço privilegiado de luta simbólica entre os agentes. Sendo um espaço de luta simbólica, não se configura enquanto um espaço homogêneo e monolítico, mas de conflitos e disputas. Esse espaço exerce também uma função ideológica de legitimação de projetos políticos, econômicos e sociais influenciando no embate para a consolidação de uma ou outra pauta na agenda política:

Conforme BOURDIEU, o campo de produção ideológica é o lugar privilegiado da luta simbólica, ou seja, da luta pela definição da visão mais legítima sobre o mundo social que é também um conflito pela construção desse mundo, porque a transformação ou a conservação da ordem social dependem da transformação ou conservação dos esquemas de percepção dessa ordem.⁹⁸ Para este autor, a luta simbólica se dá essencialmente pela disputa em torno da imposição do sentido social ou coletivo dos grupos sociais – definidos por sua posição geral na sociedade e/ou por sua posição específica em determinado campo de produção – e das características, das ideias, dos programas, dos projetos, que a eles estão associados (MARTINS, 2010, p.54)

Martins (2010, p. 55) explicita que o “campo de produção ideológica, assim como qualquer campo de produção simbólica, exerce uma função ideológica” tendo um “papel significativo no processo de encobrimento das diferenças sociais objetivas que dão base à estrutura de uma sociedade dividida em classes”. Martins (2010, p.55) também destaca a diferenciação que Bourdieu (1989) faz entre “ideologia ou produção ideológica e função ideológica”:

(...) Bourdieu concebe como ideologia toda a forma elaborada de representação sobre o mundo social, normalmente produzida por um campo especializado, como o político, o científico ou o artístico, independentemente de sua contribuição no processo de dominação. Mas as ideologias, à medida que são empregadas como justificativas das diferenças sociais, contribuindo para escondê-las, podem exercer uma função ideológica, ou seja, de legitimação da ordem social’ (MARTINS, 2010, p.55).

Ainda que nenhum campo esteja subordinado a outro, por ser um espaço de luta simbólica, é também um espaço de *relações de força* entre os agentes que nele participam. Dessa forma, esse espaço também é um espaço hierarquizado e essa hierarquia também se dá de forma conflituosa e dinâmica. Apesar do campo político originalmente ocupar uma posição dominante, por terem controle sobre os recursos públicos do país, além de dominar o aparelho Estatal, ele também se dá de forma duplamente conflituosa:

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou transformação da visão social do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a (BOURDIEU, 1989, p.173-174).

Para entender essa relação dupla na questão do voto dos analfabetos, a transformação do mundo social que garantiu a consolidação desse direito, precisou da transformação das divisões estabelecidas sobre a noção de soberania, na transformação das suas formas de classificação, legitimadas pela luta simbólica travada principalmente no campo de produção ideológica dessa sociedade a partir de discursos que atuam enquanto forma de poder. Dessa forma, os discursos de imprensa, ao se relacionarem e atuarem nessa disputa, são ricos para o trabalho do historiador, ainda que as demandas dos campos elencados não se fundamentem somente no plano ideológico.

Bergamo (2020) pontua que na década de 1980 houve mudanças internamente no campo jornalístico, nas relações de poder entre a “ampliação do número de escolas de jornalismo e a crescente centralização de poder das empresas de comunicação” (BERGAMO, 2010, p.340). Dessas hierarquias, surgiram tensões que teriam oposto não apenas os gêneros de “notícias” e “reportagens”, mas também as empresas de informação às escolas de jornalismo. Essas tensões também se relacionam às questões levantadas por Grijó (2016) ao chamar atenção para o foco dessas empresas na lucratividade

econômica e na manutenção do status quo, ainda que isso se dê de forma dinâmica e conflituosa. Bergamo (2020) elenca algumas transformações que teriam ocorrido nesse período no jornalismo brasileiro refletindo em novos rearranjos nas hierarquias:

A exigência do diploma para o exercício da profissão, a crescente centralização da indústria da informação no Brasil, a sistematização do trabalho profissional sobre a escrita e a ampliação do mercado de trabalho para além das atividades desenvolvidas na imprensa foram algumas das transformações pelas quais passou o jornalismo brasileiro e que estavam no centro das controvérsias desses profissionais. O resultado disso foi um rearranjo em suas relações de poder, em sua identidade profissional e, também, no lugar ocupado pelo jornalismo na dinâmica cultural brasileira. São tensões que repercutiram e modelaram as formas jornalísticas, suas relações de poder e seus critérios de legitimidade, assim como os nexos entre a profissão, a política e a cultura (BERGAMO, 2020, p.339).

Martins (2020, p.83-85) entende os anos de 1950 e 1990 como períodos de “grande protagonismo político e considerável transformação estrutural e institucional do jornalismo no Brasil”, principalmente no que diz respeito às suas funções públicas auto atribuídas e que teriam impactado nas “relações entre imprensa e política no país”. Esses novos espaços de atuação da imprensa modificaram a sua definição, para além de desenvolver notícias, reportagens e opiniões sobre as diferentes pautas, também constrói para si diferentes funções públicas.

Nesse sentido Albuquerque (2009, p. 7), trazendo o argumento central de *Governing with the News*, de Timothy Cook explicita essa relação que a imprensa desempenha na construção da sua função pública enquanto intermediária na relação entre os diferentes poderes do governo ao mesmo tempo em que esses poderes “dependem fundamentalmente dela para se comunicarem uns com os outros e com o público de um modo geral” na reivindicação de seu reconhecimento enquanto “agente neutro e politicamente desinteressado, movido apenas pela técnica e pela ética profissional que ele pode desempenhar eficientemente o papel de mediador entre os três poderes”.

Bergamo (2020) desenvolve acerca das mudanças que ocorreram na imprensa escrita, não desconsiderando as mudanças ocorridas no telejornalismo, que também é discutido por ele em outro artigo e que em questões mais gerais também podem ser entendidas de forma estendida ao telejornalismo (BERGAMO, 2011). Para o autor, na tensão entre a “ampliação do número de escolas de jornalismo e a crescente centralização de poder das empresas de comunicação” esteve em disputa diferentes capitais simbólicos “de um lado, o diploma e a formação universitária; de outro, o autodidatismo e a aprendizagem prática no ambiente das redações” (BERGAMO, 2020, p.340). Essas tensões irão refletir na mudança sobre regulamentação da profissão de jornalista, que não mais exigiu diploma para o exercício da profissão a partir de 2009 e que dependeu de decisões políticas para a sua consolidação. Aqui também percebemos essas disputas tecendo transformações do mundo social na transformação das suas formas de classificação, legitimadas pela luta simbólica travada no campo de produção ideológica dessa sociedade. São conceitos que nos ajudam a entender essa dinâmica, negando uma perspectiva naturalizada, estanque, evolutiva ou subjugada, mas sobretudo relacional, ainda que marcada por diferenças.

Entendemos o campo jornalístico como um espaço onde diferentes agentes atuam em posições de conflito, sujeitos a transformações e conservações. Embora, não desconsideramos as singularidades convenientes às trajetórias de ambos os jornais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Como mencionamos anteriormente, os jornais elencados fazem parte da grande imprensa brasileira, que se relaciona com a concentração dos meios de comunicação no Brasil em poucas famílias, às concessões do regime militar entre outras questões emblemáticas que os envolvem. Dessa forma, para a questão nacional e muito provavelmente onde há a presença de oligopólios midiáticos, há uma relação singular de relacionamento entre os campos, ainda que nenhum seja submetido ao outro. Em relação a França, país onde viveu Bourdieu, assim como em outros países, como Estados Unidos e Reino Unido, foram construídas diferentes regulamentações sobre os veículos de

comunicação, garantindo a liberdade de expressão e impedindo a concentração de oligopólios.

Na luta simbólica sobre a realidade é indiscutível a influência dos meios de comunicação, principalmente da grande mídia no alcance intrínseco que estabelecem esses meios na reprodução de ideais e valores, legitimados pela transformação da sua *função pública* no regime democrático. No que diz respeito ao tratamento de nossas fontes, torna-se necessário também contextualizar os diferentes agentes quanto ao papel político assumido por eles para o período correspondente, dialogando com a historiografia - assim como fizemos no capítulo 1 em relação aos debates que impactam no nosso objeto de estudo. Isso foi realizado de forma interdisciplinar, considerando as contribuições de outras áreas acerca do período estudado, seja na história, na sociologia ou nos estudos de ciência política - como desenvolvemos ao longo de toda nossa pesquisa.

Essa contextualização, ainda que breve, se define enquanto primeiro momento desta pesquisa, onde realizamos o diálogo com alguns estudos que tangenciam nosso objeto de pesquisa para os discursos analisados. Feita a apresentação do nosso mapa conceitual, elaborada junto às considerações de Bourdieu, que exploramos neste trecho, seguimos para a análise propriamente dita do material coletado para o *corpus* de pesquisa, nos apropriando da *Análise de Conteúdo* ou *Textual Discursiva*²¹. Mediante o exposto, nos propomos a realizar a unitarização do material analisado em unidades mínimas de análise, por temas e conceitos identificados, explorados ao longo do desenvolvimento. Em vários momentos consideramos a formação e/ou reformulação das categorias de análise elencadas para poder segmentar e reagrupar o material segmentado, formulando sínteses a partir da categorização das unidades separadas.

Laurence Bardin (2011) elenca a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos que exige constante aperfeiçoamento por se

²¹Inicialmente proposta por Laurence Bardin (1977) e, posteriormente, desenvolvida por outros autores, como Roque Moraes (1999), Martin W. Bauer e George Gaskell (2002).

aplicar a discursos com conteúdos extremamente diversificados (BARDIN, 2011, p. 9 e 28):

É igualmente <<tornar-se desconfiado>> relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do <<construído>>, rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua subjetividade (BARDIN, 2011, p. 28).

A análise de conteúdo elaborada pela autora e adaptada nessa pesquisa ultrapassa a simples aplicação de uma técnica, ela exige a postura de “vigilância crítica” por parte do pesquisador, entendendo também as peculiaridades de seu objeto de estudo e a necessidade de pensar a metodologia apropriada frente à(s) problemática(s) enfrentadas (BARDIN, 2011, p. 28). Bardin (2011, p. 31) faz relação ao “leque de apetrechos”, relacionando ao estabelecimento em uma multiplicidade de formas, se adaptando a um campo muito vasto, como método intuitivo. As fontes utilizadas aqui com os jornais FSP e OESP em nossa análise de conteúdo são elaboradas com uma linguagem escrita específica, que procuram comunicar a um público específico e estabelecem um profundo diálogo com a sociedade. Os discursos, de forma breve, podem ser entendidos enquanto forma de linguagem que procura comunicar e expor algo, determinados por visões de mundo carregadas de significados:

(...) de acordo com a análise de discurso, o sentido de uma argumentação não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (ORLANDI, 2020).

Não iremos nos prolongar sobre os diferentes olhares da História Política em seus diferentes contextos, mas nos atemos a evidenciar nossa escolha pela análise de discursos partindo da premissa de que o poder não está somente onde se anuncia. Os discursos fazem parte da construção de um poder simbólico sobre os fenômenos que se pauta, aqui a ampliação do eleitorado com o direito político de voto aos analfabetos. Para além das

questões da imprensa ou dos direitos concebidos nesse contexto, há formas de pensar sendo produzidas sobre esse fenômeno. Os discursos então, atuam enquanto forma de poder, logo, a noção de poder compartilhada aqui neste trabalho vai de encontro a sua semântica expandida, assim como nosso entendimento de multiplicidade quando nos referimos aos agentes que se debruçam sobre pautas importantes da sociedade.

Dessa forma, as reportagens, colunas, notícias e editoriais também se encontram no campo das comunicações e também exprimem a opinião dos jornais, para além dos editoriais, são relatos selecionados da realidade, com abordagens e linguagens próprias. São discursos elaborados para circulação nos jornais, que também se transformam na medida em que o mundo social e a relação entre os campos se dá de forma dinâmica. Para compreendermos essas construções simbólicas em torno do nosso objeto de estudo, optamos pela leitura de todas as elaborações dos jornais sobre a temática para os anos de 1981 e 1985 em formato de reportagens, colunas de opinião, notícias e editoriais.

Embora tenhamos realizado uma análise densa em nossas fontes de pesquisa, não iremos citar todas essas produções, mas construir uma exposição atenta às "justificativas" e "soluções" elencadas nesses discursos acerca das mudanças que estavam ocorrendo naquele contexto, em volta da ampliação do eleitorado a partir do voto do analfabeto. Nossas preocupações elaboradas no próximo trecho desta dissertação, se orientam principalmente em entender quais eram os principais argumentos elencados, se havia conflitos e tensões sobre a pauta, e ainda, possíveis questionamentos e argumentos dissidentes.

2.3 Os discursos sobre o voto do analfabeto em 1985: aproximações entre *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*.

A *Folha de S. Paulo* tem seu início em 1921 pela Empresa Folha da Manhã S.A. liderada por Olívio de Olival Costa em conjunto a colegas de profissão. Em sua origem esteve relacionado ao crescimento urbano do país, voltado para um público antioligárquico e urbano do Estado de São Paulo. Possuía na época de sua criação uma perspectiva liberal e ora crítica ao governo, sendo censurado e tendo sua circulação proibida em 1924 quando tece apoio a Revolta Paulista em seus escritos, em uma outra versão no jornal, o *Folha da Noite*. Mais tarde o jornal volta a circulação com outro nome e mesma equipe, ainda que Olival viesse a deixar o cargo de diretor - o *Folha da Tarde*, havendo ainda o *Folha da Manhã*.

Nesse contexto, o jornal entendia a necessidade do voto secreto e obrigatório como solução para as fraudes eleitorais da República Velha. Tinha um olhar crítico ao sistema eleitoral, defendendo o voto secreto, obrigatório e denunciando as fraudes eleitorais do período. Em 1932 o jornal fez oposição a Getúlio Vargas, sendo críticos a Constituinte que se formou na época:

O resultado final do trabalho da Constituinte, no entanto, não agradou às folhas, que criticaram sobretudo a excessiva centralização no plano econômico e o sindicato único, já que eram a favor do pluralismo sindical. Defendiam também a Lei de Segurança Nacional, garantia da ordem diante das “ameaças extremistas de direita ou de esquerda” (FGV, *Verbetes - Folha de S. Paulo*, 2009).

Consta no Verbetes - *Folha de S. Paulo* (2009), que cita a *Folha da Manhã* em edição de 12 de março de 1935 que nesse contexto o jornal teria passado a defender a tese de “que o desenvolvimento econômico do PAÍS residia nas atividades agroexportadoras (lavoura e comércio do café)” relacionando também com a problemática do analfabetismo no PAÍS:

(...) pois enquanto “o analfabeto, a higiene, os transportes, o voto secreto, a segurança nacional, a missão financeira, tudo isso enche a cabeça de nossos estadistas tirando-lhes o sono no sincero desejo de salvar a pátria, nada faremos se antes não salvarmos o café, que é a única coisa séria que há no Brasil” (FGV, *Verbetes - Folha de S. Paulo*, 2009).

Ainda nesse contexto o jornal tecia críticas às políticas econômicas do Estado, principalmente no que diz respeito ao intervencionismo, pregando a liberdade econômica e o protecionismo cambial, nesse aspecto, assim como em outros explorados acima, há a aproximação com os pressupostos da OESP para o período. Em editorial de 8 de abril de 1941, citado pelo FGV-Verbetes - *Folha de S. Paulo* (2009) consta algumas respostas do jornal aos problemas da época, que indicariam a defesa de uma tese mais ampla, ancorada no desenvolvimento da agricultura e da indústria:

(...) racionalizemos a nossa agricultura e a nossa indústria. Transformemos as nossas possibilidades em realidade, explorando tecnicamente as riquezas naturais de que nos ufanamos e nada rendem. Teçamos uma rede de transportes que ponham em comunicação rápida e barata os centros de produção e os mercados de consumo. Organizemos o crédito, a produção, as trocas, tendo em vista o comércio internacional e, sobretudo, o comércio interestadual (*FM*, 8/4/1941 *apud* FGV, Verbetes - *Folha de S. Paulo*, 2009).

Em 1945 com o fim do Estado Novo modifica a direção dos seus três jornais que em sua composição, de acordo com o FGV - Verbetes *Folha de S. Paulo* (2009) contava com pessoas importantes do setor agrário e da indústria brasileira, conectadas ao governo Dutra. O verbete traz ainda que junto a essa composição o jornal teria imprimido um caráter mais moderno, preservando relativa liberdade de pensamento, ainda que a *Folha da Noite* tivesse assumido uma linha editorial agrarista até a década de 1950, quando teria se modificado novamente.

Para a década de 1950, consta na análise desenvolvida pelo FGV - Verbetes *Folha de S. Paulo* (2009) acerca dos editoriais do período, que o jornal teria assumido uma ênfase no setor urbano e industrial, se diferenciando dos pressupostos da OESP ao defender ideais liberais ancorados no sufrágio universal a partir da seguinte premissa: “qualidade será substituída pela quantidade” e “num país de massas incultas como o nosso, a tendência do grande eleitorado é votar no candidato do governo”²².

Na década de 1960, o jornal se consolidou aumentando seu alcance e tornando-se o jornal de maior circulação paga do país, já sob o nome de *Folha*

²² *FM*, 20/11/1945 *apud* FGV - Verbetes, 2009.

de *S. Paulo*, como é hoje. Nesse contexto o jornal amplia sua tiragem também no interior e passa a ser referência para outros jornais do Brasil:

(...) A linha editorial a partir de então tornou-se francamente anti janguista e pró-mobilização para o movimento que culminou com os acontecimentos de 1964. Mas a grande mudança ocorreu, exatamente, em nível empresarial. Com uma conduta empresarialmente agressiva, a *Folha de S. Paulo* ampliou substancialmente seu público leitor a partir de mudanças no sistema de distribuição. A aquisição de frota própria possibilitou que ela conquistasse definitivamente o público leitor interiorano, por lá chegar muito mais cedo do que seus concorrentes. Uma revolução tecnológica na área da impressão consolidou de vez o empreendimento. Assim é que, um ano após a posse de Frias e Caldeira Filho, a *Folha de S. Paulo* se transformou no jornal de maior circulação paga no Brasil, conforme dados por ele apresentados na edição de 4 de agosto de 1963 (FGV-SP, verbete *Folha de S. Paulo*, 2009).

No início do regime militar, o jornal tentou utilizar da sua autonomia financeira e sua independência política com críticas ao governo, o que provocou respostas do campo político, que interferiu modificando a direção e redação do jornal. Com isso, e principalmente a partir do mandato do general Ernesto Geisel a FSP passa a ter uma relação cada vez mais próxima ao regime, alcançando relativa autonomia. Entretanto, crescem as dívidas do jornal, ao mesmo tempo em que a FSP ainda não consegue angariar tantos leitores, exigindo mudanças, que seriam fortalecidas com o fim da censura.

Assim, A *Folha de S. Paulo* no final dos anos de 1970 passa por um projeto de renovação, procurando superar as dívidas que acumulara e se tornar um jornal influente no cenário institucional do país, Cláudio Abramo em conjunto a Alberto Dines e outros nomes elaboram uma nova concepção de jornalismo para a FSP, buscando dentre seus princípios a pluralidade, tecendo críticas ao regime militar. O que foi respondido com censura na época, afastando Abramo da condução do jornal, ainda que estivesse presente como editorialista até 1979. Na década de 1980 a FSP embarcou em um novo projeto, sob liderança de Otavio Frias Filho buscando fortalecer a implementação inaugurada por Abramo, em uma perspectiva mais profissional de jornalismo, mais crítico, buscando a pluralidade em seu conteúdo. Martins

(2020, p.85) explora as mudanças que ocorreram na FSP nos anos de 1990, influenciadas por periódicos norte-americanos, evidenciando as constantes transformações que passa o jornal nessas décadas, visando ampliar seu mercado de leitores:

Conforme apontam os estudos, essas medidas, inspiradas em alguns periódicos norte-americanos, como o US Today, visavam aumentar o grau de profissionalismo e de independência política do jornalismo da Folha e, com isso, atingir maiores parcela do mercado de leitores, não obstante todos os problemas apontados pelos investigadores, desde o empobrecimento do texto do periódico, até o tratamento a ferro e fogo dado aos profissionais que não se encaixaram no novo esquema. Independentemente de qualquer juízo que possamos fazer sobre o processo - desde dúvidas acerca da sinceridade das intenções de seus mentores, até a real eficácia das mudanças -, o fato é que as reformas promovidas pela Folha impactaram o jornalismo da grande imprensa brasileira nas décadas seguintes, levando os demais jornais a adotarem muitas dessas medida (MARTINS, 2020, p. 85).

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi fundado décadas antes, em 1875 sob o nome de Província de São Paulo em circulação diária e matutina liderada por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Em sua origem é marcado por uma postura conservadora, defendendo os interesses da elite agrária e do governo, ainda que essa relação se desse em disputa. Ao longo da década de 1880, o jornal desenvolveu campanhas defendendo a abolição da escravatura, o incremento da imigração de colonos europeus e a proclamação da República.

Proclamada a República, o jornal passa a se chamar *O Estado de S. Paulo*, tal como conhecemos. Nesse contexto o jornal estava alinhado a ala de dissidência do Partido Republicano Progressista - PRP, apoiando suas candidaturas. Mais tarde o jornal teria apoiado a candidatura à presidência da república de Getúlio Vargas nas eleições de 1930, mas ao sofrerem censura, fazem oposição à Aliança Nacional Libertadora apoiando a candidatura de oposição, representada pela figura de Armando Sales em 1938. Com o Estado Novo, o jornal sofre modificações com a censura estabelecida na época:

a partir daí, contudo, o jornal foi gradualmente limitando a amplitude de sua atuação política, pressionado pelo estreito

controle da censura. O noticiário voltou-se para festas de formatura, reformas de militares, reuniões religiosas, reportagens policiais e notícias do estrangeiro. Cresceu a seção esportiva e a “Seção livre” praticamente desapareceu. A censura examinava todos os dias as provas tipográficas do jornal, devolvendo-as com um visto ou, como era freqüente, cortando com tinta vermelha trechos ou mesmo artigos inteiros. (FGV-SP, Verbetes *O Estado de S. Paulo*, 2009).

De acordo com a FGV - Verbetes Estado S. Paulo (2009) com a rearticulação partidária promovida com o fim do Estado Novo, o OESP passa a se vincular à União Democrática Nacional (UDN), mesmo perdendo as eleições presidenciais do período - polarizada entre PSD e UDN. Consta no verbete que nesse período, o jornal fez oposição reservada ao governo de Dutra (PSD), apoiando os candidatos da UDN. Durante os anos de 1950 seguiu crítico a Getúlio Vargas e na década de 1960 crítico de João Goulart, assim como o jornal Folha de S. Paulo, aproximando mais uma vez ambos os jornais, embora tenham estabelecido relações distintas com o regime militar e depois com o regime democrático, como vimos no trecho anterior deste capítulo.

No contexto de transição e redemocratização do País, a mídia impressa estabelece uma nova relação com o mundo social, modificando seus espaços de atuação no cenário político, como vimos no trecho anterior. É nesse contexto, que a *Folha de S. Paulo* responde a essas transformações incrementando novos profissionais no seu quadro de funcionários em seus projetos de renovação, principalmente jovens jornalistas com perfil político mais liberal, atendendo aos princípios da pluralidade e, mais tarde, incrementando novas tecnologias, como o computador.

O mesmo aconteceu com o jornal *O Estado de S. Paulo* que também adota o projeto de modernização da empresa e transição geracional, incluindo em seu quadro de funcionários, jovens jornalistas, mas ainda numa perspectiva política distinta da desenvolvida na FSP daquele contexto, em uma perspectiva mais conservadora. *O Estado de S. Paulo* que por muito tempo desfrutou de uma posição privilegiada na produção da notícia passou a dividir sua influência com a Folha de S. Paulo, ou seja, nos anos de 1980 esses jornais passaram

sobretudo a ser fortes concorrentes entre si, demarcando suas diferenças (PEIXOTO, 1998; NIEMIETZ, 2016; NAPOLITANO, 2017; MARTINS, 2020).

Partindo para a análise das nossas fontes, pensando nas aproximações entre os jornais, procuramos explorar alguns discursos comuns encontrados em ambas as fontes de pesquisa, a partir de editoriais, notícias, colunas e reportagens da época em diálogo com a bibliografia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa. Em relação às questões comuns que encontramos em ambos os jornais a respeito da pauta, consta principalmente a relação entre voto dos analfabetos e *centralidade dos meios de comunicação para a decisão política* que esteve presente em diferentes discursos dos jornais analisados. Em reportagem de 10 de maio de 1985 produzida pela Agência Estado para *O Estado de S. Paulo*, sob o título de “Mais de 17 milhões vão votar” presenciamos essa perspectiva que entende o desenvolvimento dos meios de comunicação como fundamentais para consolidação do direito de voto aos analfabetos no seguinte trecho:

Com os votos de 403 deputados e 59 senadores, o Congresso refez a injustiça. Mesmo não sabendo ler e escrever, eles pagam impostos, cumprem o serviço militar, dirigem famílias, são proprietários, comerciantes, agricultores, industriais. Os analfabetos podem ser acusados de não ter consciência política plenamente lúcida pelo seu reduzido acesso aos meios de comunicação tradicionalmente escritos. **Mas na época da mídia eletrônica, nos dias de hoje, esse argumento não convence mais** (OESP, 10 de maio de 1985, p.4)

Na Folha de S. Paulo, em uma reportagem desenvolvida pela própria equipe da FSP sob o título de “*A nova consciência em torno do voto constituinte*”, há a reunião de diferentes argumentos da época a respeito do voto dos analfabetos. Por ser uma reportagem bastante completa da época, que se preocupou em trazer diferentes perspectivas sobre a pauta, ela tem um valor substancial para o desenvolvimento dessa pesquisa, quando destacamos o projeto de renovação que estava inserido no jornal FSP. Em uma das argumentações elencadas nessa reportagem, há menção a essa perspectiva na fala de dois políticos da época:

Prisco Viana, ao defender o voto do analfabeto, argumenta que “a proibição que sempre existiu é baseada na incapacidade de o analfabeto informar-se politicamente, mas **com o crescimento dos meios de comunicação, ele já tem condições de formar opinião**. Deixá-lo sem voto, nesse caso, é uma discriminação”. A mesma posição é defendida, em São Paulo, pelo deputado estadual pedessista Fauze Carlos, 64 anos (FSP, Primeiro Caderno, Domingo, 13 de janeiro de 1985, p.4 - **grifo da autora**)

Também em coluna de opinião desenvolvida por Jô Soares para a FSP há menção a essa centralidade, entendendo que os meios de comunicação seriam suficientes para uma avaliação razoável da realidade, ponderando que existem programas que ensinam e outros que não, que seria preciso saber escolher:

Acho também correto o argumento dos que dizem que, com os veículos de comunicação eletrônica hoje existentes, todo mundo tem acesso às informações que permitem uma avaliação razoável da nossa realidade. Na televisão já temos programas que ensinam a ler e a escrever. Tem outros que desensinam (sic). É claro que é preciso saber escolher. Tem programas que podem até transformar um erudito num analfabeto eletrônico (FSP, Oitavo Caderno Ilustrado, 19 de maio de 1985, p.76).

Esses discursos expressam essa nova relação do campo jornalístico com o campo político, com o estabelecimento do regime democrático brasileiro, em uma nova configuração civil, se construindo enquanto *moderadores* do cenário político, com base no papel que se auto atribuem na democracia, como “fórum de esclarecimento da opinião pública”. Sua legitimidade no cenário institucional é garantida sobretudo sobre a aparência da imparcialidade, que envolve a construção de discursos objetivos e aparentemente neutros, providos de argumentação pública e racional. Dessa forma, a construção do Estado Democrático de Direito consolidou o estabelecimento de uma nova relação entre informação e Estado, assim como entre Estado e indivíduo. Lima (2001) desenvolve sobre a crescente relação entre informação e conhecimento e a sua relação com os Estados-nações:

(...) não há dúvidas sobre a crescente relação existente entre informação e conhecimento, e o papel-chave que este último desempenha como fator de poder nas sociedades contemporâneas. Tanto isso é verdade que o controle da informação – armazenagem,

disponibilidade e acesso é uma questão estratégica tanto para empresas como para Estados-nações. (LIMA, 2001 p. 113)

Martins (2020, p.88) sugere que as “tomadas de posições dos jornais se baseiam em uma concepção contratual da associação política” semelhante aos que defendem “os contratualistas do século XVII e XVIII”, em sua análise aos editoriais de ambos os jornais para o ano de 1993. A inserção institucional da imprensa no cenário político se articula com diferentes funções, dentre elas a sua legitimação sobre o trabalho pedagógico no desenvolvimento da cidadania:

Todavia, aceitando que a visão contratual da associação política não é nem necessária e nem evidente para todos, especialmente em um PAÍS como o Brasil, a pretensão da imprensa em construir a sua inserção institucional a partir dela acaba demandando um conjunto de tarefas para os jornais. Um deles está no trabalho pedagógico de difusão e de instrução ao maior número possível de pessoas sobre os princípios básicos da associação política, notadamente no que se refere aos direitos e deveres dos cidadãos e dos homens públicos (MARTINS, 2020, p. 92).

Em uma coluna de opinião na edição de 11 de maio de 1985 na FSP sob autoria de Marcos Freire, na época político²³ e Ministro da Reforma Agrária no governo José Sarney sob o título de “*Constituinte - o como, pressuposto do quando*” em prosseguimento ao debate realizado pelo autor em relação a ampliação do eleitorado e do voto do analfabeto, que exploraremos no próximo capítulo, consta essa relação:

Outro aspecto da questão, uma vez eliminados os óbices legais à liberdade democrática, é a necessidade de se proceder ao mais amplo debate sobre as teses a serem postas perante a Nação, de tal forma que o eleitor possa votar, com o melhor conhecimento da causa, naqueles com que se sinta mais identificado programaticamente. De debate em recintos fechados se terá, então, **que ganhar as ruas e os grandes meios de comunicação de massa**, através de uma intensa campanha popular em que os problemas e soluções mais diretamente ligados ao povo sejam discutidos, em todas suas nuances e implicações (FSP, 11 de maio de 1985, p.3 - **grifo da autora**).

²³ Político Pernambucano do PMDB com forte influência na época. Fez oposição ao regime militar na época como político do MDB. Faleceu vítima de um acidente aéreo em 1987.

Consta dentre as argumentações encontradas a compreensão de relevância sobre a pauta no contexto de redemocratização, entendendo como algo essencial para a *legitimidade da Constituinte* que se estava construindo, ainda que com diferentes ênfases e abordagens. Ainda sobre abordagens próximas, durante nossa pesquisa, em ambos os jornais, encontramos a pauta do voto dos analfabetos associada à questão da constituinte e a *avanços na cidadania*, ainda que com diferentes pesos e problematizações. Em uma coluna de opinião especial para o jornal FSP sob título de “Nova circunstâncias da constituinte”, o na época Ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, pontua que a conquista do direito de voto dos analfabetos não garante a cidadania plena, apontando também para a centralidade dos meios de comunicação no processo de decisão política do analfabeto no seguinte trecho:

Quanto aos analfabetos, o ideal seria que em vez de lhes darmos esta ou aquela migalha, garantíssemos a plenitude de sua cidadania. Deveríamos vencer essa mancha que é a alta taxa de analfabetismo residual que nos coloca muito mal em comparação com outros países. Mas já que fomos frustrados com os resultados do Mobral e ainda parece distante eliminar esse bolsão no quadro educacional brasileiro, **justo é proporcionar aos analfabetos o direito ativo do voto, pois o passivo ele só terá quando alfabetizado. A soma de informações que os analfabetos recebem, hoje, pela mídia, há de orientá-los para uma escolha razoável** (FSP, 10 de janeiro de 1985, p.4 - grifo da autora).

Essa perspectiva de cidadania passiva e ativa foi originalmente abordada pela filósofa Hannah Arendt em diferentes publicações suas que se relacionam à teoria política desenvolvida pela autora com base na liberdade, na ação, na pluralidade e no espaço público. Por conseguinte, a autora desenvolveu um conceito de cidadania, que, dentre outras questões era crítico à tese liberal de cidadania hegemônica do período, apontando limitações e pautando o desenvolvimento dessa ‘outra’ perspectiva de cidadania calcada na ação política dos indivíduos que buscariam na esfera do espaço público e da pluralidade, a realização da sua liberdade. A autora parte da tese da filósofa de que a “raison d’être da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (ARENDR, 1979, p. 192). Ela também irá evocar a problemática da

representação como “um dos mais cruciais e tormentosos temas da política moderna desde as revoluções”, principalmente no tocante à participação política (ARENDRT, 1989, p. 189).

No próximo capítulo iremos explorar com maior profundidade questões relativas ao desenvolvimento da cidadania enquanto conceito em diálogo com a historiografia, mas chamamos atenção para os dois tipos de cidadania elaborados pela filósofa Hannah Arendt que são evocados até os dias atuais quando tratamos da pauta, ainda que nem sempre seja dado os devidos créditos a importante reflexão da autora em seu tempo - o conceito de *cidadania ativa* e *cidadania passiva*. No trecho acima essas noções são elencadas atreladas a consolidação do direito político de voto aos analfabetos, que garantiria uma condição de cidadãos passivos, que para o na época ministro só seria ativa no momento em que fossem estes alfabetizados.

A filósofa Hannah Arendt não se atém à condição necessária ou não da alfabetização para o desenvolvimento da cidadania ativa, mas ao apontar os limites estabelecidos pela perspectiva liberal de cidadania, evidenciando a multiplicidade de semânticas que são criticadas e elaboradas dentro do pensamento liberal, que não é único, nem linear, nem estático. A autora desenvolve o conceito em duas percepções, que no discurso analisado, associa o direito de voto aos analfabetos enquanto exercício de uma cidadania passiva. A *cidadania passiva* seria, em suma, o acesso dos cidadãos aos direitos (políticos, sociais e civis), enquanto a *cidadania ativa* se daria na participação dos cidadãos nos mecanismos democráticos de participação política, com a criação de um sistema de conselhos, onde todos os cidadãos pudessem exercer ativamente sua cidadania - superando a burocracia do Estado, a máquina partidária ou o juridicismo a noção de soberania (RAMOS, 2010):

O ponto crucial da noção liberal de cidadania está no pressuposto formal de que todos são iguais e livres, possibilitando, assim, a ideia da universalidade de sujeitos de direitos, a partir da qual qualquer indivíduo está amparado na sua capacidade de constituir visões particulares do bem. O interesse público e a cooperação social são significativos apenas na medida em que contribuem para incrementar e assegurar os direitos individuais, a prosperidade e felicidade particulares. Assim, as noções de bem comum, participação comunitária, consciência pública,

etc. não são decisivas, mas meramente instrumentais para a realização dos interesses e direitos individuais (RAMOS, 2010, p.275).

Em ambos os jornais encontramos menções às mudanças no sistema eleitoral no que diz respeito à identificação dos partidos e candidatos. Em uma coluna de opinião realizada no mesmo dia da OESP sob o título de “Todo mundo votando” de autoria de Jô Soares, em posição de destaque na página, são exploradas essas preocupações com as mudanças nos sistemas de identificação, como em relação ao título eleitoral, assim como a pauta sobre a questão da regulamentação dos critérios qualificatórios, visto que alguns já se elegiam sem saber ler e escrever²⁴.

Outro probleminha que me ocorreu bem agora. Como vai ser o título de eleitor do analfabeto? Estará escrito nele em letras minúsculas: “analfabeto”? Quem é que vai querer isso? Só se fizerem e não contarem pra ele. Como o analfabeto é analfabeto, não vai poder ler o que o título diz que é analfabeto. (...)

Na Índia, resolveram o problema do voto do analfabeto da seguinte maneira: por bichos. Cada candidato é um bicho diferente, ou cada partido é um animal. Pra não dizer que o candidato é um animal e o partido é dos bicheiros. (...)

Em outros lugares, parece que a escolha é feita pela cor. Ótimo sistema, a não ser para os analfabetos daltônicos, que sempre votarão ao contrário.

Outro problema difícil de resolver, é a quantidade de candidatos. Se o voto for por legenda, facilita um pouco, mas mesmo assim, tirando os cargos de presidente, vice-presidente, senador, governador e prefeito, são tantos deputados federais, estaduais e vereadores, que não há zoológicos que chegue e nem todas as cores do arco-íris (FSP, Oitavo Caderno Ilustrado, 19 de maio de 1985, p.76).

A reportagem da Agência Estado do jornal OESP com título “O regulamento do voto preocupa” da mesma data, traz preocupação semelhante em diferentes trechos, pensando na organização do sistema a partir de símbolos e bandeiras:

Quanto ao exercício do voto, ele seria limitado às legendas partidárias. Cada partido registraria um símbolo junto à Justiça Eleitoral, como já fez PCB, que escolheu a cor vermelha e o símbolo da foice e martelo. Outros partidos, segundo o deputado, podem optar pelo sol, pela lua,

²⁴ Isso não deve ser entendido como uma situação comum, ainda que tenha ocorrido ou que os jornais em alguns momentos articulem suas críticas supervalorizando essa questão.

por uma estrela, por uma árvore ou qualquer outro que possa ser facilmente identificado pelo eleitor. O analfabeto teria apenas de optar pelo símbolo de sua preferência e lançá-lo na parte apropriada da cédula única - a mesma utilizada pelos demais eleitores. (OESP, Primeiro Caderno, 19 de maio de 1985, p.7).

A reportagem termina representando essa problemática elencando uma charge, bastante representativa, por contrastar a posição do 'beneficiado' à dos políticos encarregados sobre esse processo de regulamentação das mudanças no sistema eleitoral brasileiro. Inclusive, o direito político de voto aos analfabetos irá suscitar diferentes mudanças no sistema eleitoral do país, principalmente no que diz respeito a sua 'modernização' no sentido tecnológico do termo. No próximo capítulo iremos explorar em um dos trechos a respeito da informatização do sistema eleitoral, fundamental para o desenvolvimento da pauta e agregação dos novos eleitores, modificando também o título de eleitor já naquele ano, em um modelo inicial similar ao que utilizamos hoje em dia.

Essa questão das mudanças foi tratada com humor por ambos os jornais com a presença de charges nas edições do dia 19 de maio de 1985:



Imagem 1: Charge elencada ao final da reportagem citada acima evidenciando o novo eleitor - analfabeto, que seria o 'beneficiado' pela 'regulamentação' suscitada na reportagem, desorientado, enquanto os políticos definiriam sobre o futuro do seu direito político. Os políticos aparecem virados de costas para ele, apontando para uma desconexão entre políticos e 'beneficiados'. Na FSP, a questão foi retratada a partir da charge "Os Grandes Baratos" de Jô Soares (FSP, 19 de maio de 1985, p.76) Fonte da charge: OESP, 19 de maio de 1985, p.7).

Em ambos os jornais, encontramos discursos contrários à consolidação do direito político de voto aos analfabetos, entretanto, há novamente um ponto de afastamento entre os jornais, quando consta com menor peso e destaque críticas à política no jornal FSP, em comparação ao OESP. No próximo capítulo, exploraremos com maior profundidade as argumentações contrárias ao voto dos analfabetos, quando relacionamos essas argumentações a outras questões, sobretudo, a construção à Estado Democrático de Direito e às tensões perenes a esse regime, na confluência de valores conflitantes.

Por fim, pensando nas construções simbólicas comuns, que aproximam as argumentações elencadas pelas fontes, encontradas nos diferentes discursos analisados, foram pauta: a) *os meios de comunicação com o papel de informar sobre o sistema eleitoral* b) *o caráter de legitimidade sobre a democracia, a cidadania e/ou a Constituinte* c) *a reivindicação enquanto pauta dos movimentos sociais e políticos efervescentes na época* e d) *preocupações com questões que ultrapassam as legislações*. Somada a essas, com o adendo de termos evidenciado tanto em elaborações favoráveis quanto desfavoráveis, seria e) *o voto dos analfabetos sendo realizado em um primeiro experimento, somente nos municípios*.

2.4 Os discursos sobre o voto do analfabeto em 1985: distanciamentos entre Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo

Neste trecho preocupamos-nos em evidenciar as principais diferenças na abordagem dos jornais analisados sobre a pauta do voto dos analfabetos nos anos de 1981 e 1985. Para o desenvolvimento da análise comparativa entre nossas fontes, partimos principalmente das singularidades em suas formações e desenvolvimentos, que exploramos no trecho anterior e também as tensões históricas sobre a pauta, que nos auxiliaram na compreensão das principais divergências em seus posicionamentos. Todavia, também percebemos que as ênfases nas elaborações de ambos os jornais não se deu de forma estática, havendo mudanças na abordagem de ambos os jornais a respeito da pauta.

Uma diferença que contrasta o tratamento dado entre ambos os jornais foi a questão da Comissão Interpartidária, que estudou mudanças na legislação eleitoral do período e avançou com a pauta no Congresso Nacional, sendo bastante criticada pelo jornal OESP. Sob título de “Os primeiros casuísmos”, em editorial de 12 de abril de 1985 (p.3), destaque na página, em posição superior, o jornal manifesta uma argumentação bastante conservadora em relação a pauta do voto dos analfabetos ao mesmo tempo em que tece críticas a Comissão Interpartidária:

A maneira pela qual a Comissão Interpartidária resolveu a questão suscitada pelo princípio de que o alistável é elegível indica claramente que seus membros não estão firmes na convicção de que o analfabeto tem discernimento para escolher e ser escolhido. Levados pelo *participacionismo*, decidiram que não se justificava a exclusão dos analfabetos do corpo eleitoral. Por isso, fizeram-no alistável - donde, elegível. Nesse ponto porém, os “democratas” decidiram refletir sobre as questões de ganhos e perdas e resolveram estabelecer que eles são de fato incapazes no sentido jurídico da expressão. Podem votar, mas não ser eleitos - a não ser para as Câmaras Municipais (OESP, 12 de abril de 1985, p.3).

Em vários momentos, a disputa em torno dos ideais democráticos aparece como atenuante daquele contexto. Em 1985 percebemos a construção

de um debate envolto a questões de legitimidade da democracia, acompanhada de outras questões, como as mudanças no sistema eleitoral da CI estabelecida na época. Nesse mesmo editorial, é dada ênfase à problemática em torno dos significados da democracia que estava se construindo naquele contexto, aparecendo como pretexto para a realização de interesses privados:

Os deputados não se darão conta disso - o que importa, para eles, é **desfraldar a bandeira “democrática”, que na espécie é apenas oportunista e cínica** (...) Os membros da Comissão preferiram tomar suas decisões já e agora, seguramente pensando nas possibilidades eleitorais que se abrem em seus Estados. É pena que em assuntos de tanta relevância para a vida do Estado os deputados e senadores tenham pensado antes em eleição. **A Nova República**, que começou mal com o caso do Sulbrasileiro, **produz agora seus casuísmos a pretexto de realizar a democracia**. Mau começo para o Congresso” (OESP, 12 de abril de 1985, p.3 - grifo da autora).

Essa concepção foi desenvolvida em crítica à Comissão Interpartidária, que tomava a frente das mudanças no sistema eleitoral. O editorial centrou-se em problematizar e confrontar a decisão da Comissão no que diz respeito aos analfabetos poderem ser eleitos apenas para as Câmaras Municipais, entendendo que isso seria admitir que essa instituição não teria tanta importância, indiretamente estabelecendo uma crítica a existência desses cargos políticos:

Se nenhum deputado é propenso a reconhecer que as Câmaras Municipais são menores diante da Câmara dos Deputados, na prática, porém, todos se preparam para atestar, coletivamente, que assim é, ao estabelecer que o analfabeto é bom apenas para ser vereador (OESP, 12 de abril de 1985, p.3).

Na mesma linha argumentativa, em reportagem de 12 de abril de 1985, da Agência Estado para OESP intitulada *Analfabetos Facultativos*, o jornal traz a compreensão do direito político de voto dos analfabetos naquele contexto enquanto uma medida demagógica, a partir da fala do deputado Herbet Levy²⁵

²⁵ Jornalista, político, agricultor, banqueiro e empresário no Estado de São Paulo. Nasceu em 1911 e faleceu em 2002.

somando críticas à Comissão Interpartidária e entendendo o voto facultativo enquanto antídoto à medida:

Insurge-se o deputado Herbet Levy contra a decisão da comissão interpartidária que sugeriu o estabelecimento do voto dos analfabetos para as eleições do ano que vem. Acentua que **a medida é demagógica, favorecendo apenas a candidatos extremados e extremistas, e sugere um antídoto, aliás, já apresentado há tempos por ele mesmo: o voto obrigatório e a adoção do voto facultativo.** Só votariam os cidadãos que desejassem, ficando eliminado o sentido da obrigatoriedade de todos os eleitores comparecerem às urnas. Porque - afirma o parlamentar paulista - as leis atuais exigem que cada um vote, sob pena de sanções e punições e, se os analfabetos forem incluídos no corpo eleitoral, mais se estenderão a corrupção e a demagogia.

Levy já conversou sobre o assunto com Ulysses Guimarães e com o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, depois de haver consultado o presidente da Frente Liberal, Jorge Bornhausen, e o líder José Lourenço. Não há compromisso por enquanto, mas foi estimulado a apresentar sua sugestão para exames e debates (OESP, 12 de abril de 1985, p.3).

No exílio, entre 1968 e 1974, quase 20 anos antes dos discursos analisados acima, Paulo Freire, ao escrever “Ação Cultural para Liberdade” tece críticas acerca das diferentes concepções do analfabetismo, evidenciando alguns desses pressupostos na construção simbólica para aquele contexto:

(...) encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”. Limitada na compreensão do problema, cuja complexidade não capta ou esconde, suas respostas a ele são de caráter mecanicista (FREIRE, 1981, p.11).

O autor também irá refletir acerca das causas do analfabetismo, entendendo que para além de um problema pedagógico, existem questões de ordem política, evidenciando ‘uma realidade social injusta’, marcada por diferenças dentro do espaço social. Os discursos que historicamente se

legitimaram excluindo os analfabetos do direito de exercício ao voto por longos anos da história do Brasil, foram em parte, os mesmos que legitimam a sua exclusão de outros espaços, como na escola. Esses discursos foram ancorados muitas vezes em perspectivas que esvaziaram a pauta, silenciando a desigualdade em meio a tensão entre liberalismo e autoritarismo, em um país marcado por *diferenças* e desigualdades - de diferentes tipos como gênero, raça, renda e inclusive, desigualdades regionais e que irão influir sobre a questão do analfabetismo (FREIRE, 1989). Paulo Freire (1981) nesse compilado de textos escritos durante seu tempo de exílio, escreve sobre esse estigma que se instaurou sobre o analfabetismo:

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização através da qual se pretende superá-lo”. (FREIRE, 1981, p.13).

Fazendo relação entre a questão das desigualdades sociais e o analfabetismo, os discursos do jornal FSP, quando comparados aos discursos presentes do jornal OEST, apresentaram com maior destaque a questão das vulnerabilidades sociais e da *exclusão histórica dos analfabetos* no direito de exercício ao voto. Na coluna de opinião de autoria de Jô Soares para a edição de 19 de maio de 1985 o autor iniciou sua reflexão fazendo um comparativo entre o Brasil e a Suécia na questão do analfabetismo, ponderando a incidência de outros fatores sobre a pauta:

Sou totalmente a favor do voto do analfabeto. Acho que uma pessoa que colabora com o seu suor e seu sangue para o crescimento, ou pelo menos andamento, do seu PAÍS, não pode ser marginalizada da escola dos seus dirigentes, só pelo fato de não saber ler ou escrever. **Mesmo porque ninguém é analfabeto por escolha e sim por condições sociais precárias. Não há quem consiga ser analfabeto na Suécia** (FSP, Oitavo Caderno, 19 de maio de 1985).

Na reportagem da FSP que citamos anteriormente, consta diferentes percepções da época sobre o voto dos analfabetos. A reportagem traz ainda o

debate da obrigatoriedade ou não do voto, questão que até hoje vai reverberar quando falamos de voto no País, que mantém a obrigatoriedade sobre o voto desde a Constituição de 1946²⁶, embora tenha tornado facultativo para os analfabetos. Ainda no último trecho, há a menção sobre as divergências entre a Constituição e o Código Eleitoral do País sobre o voto dos analfabetos, também presente, ainda que indiretamente em outras edições, o que acarretou em alguns momentos em estratégias políticas na instrução de grupos de pessoas a fim de escreverem e assinarem seus nomes e assim poderem votar em alguns lugares do Brasil²⁷.

Consta na reportagem, que visivelmente procurou colher diferentes depoimentos sobre a pauta, a menção ao trabalhismo e ao sindicalismo. Ressaltamos que, no jornal OESP, não encontramos abordagens fundamentadas por esse princípio da intensa pluralidade de opiniões e problematizações em relação a pauta. Em diferentes elaborações da FSP, o voto dos analfabetos é entendido a partir da sua exclusão histórica, sendo no trecho abaixo relacionada a uma perspectiva elitista a partir da concepção do na época presidente nacional do PDT, aproximando a pauta ao trabalhismo:

O presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, 64 anos, afirma que o voto do analfabeto, ponto programático do antigo PTB, continua sendo “uma das metas principais do trabalhismo”. Para ele, “todos os que exercem atividades úteis devem votar para escolher seus representantes” e “o fato de o analfabeto não votar é uma concepção elitista” (FSP, Primeiro Caderno, Domingo, 13 de janeiro de 1985, p.4)

O jornal segue expondo os diferentes depoimentos sobre a pauta e, em um dos trechos, elencando a fala de líderes sindicalistas da época que entendiam que sem o voto dos analfabetos a Constituinte nasceria sem legitimidade, frente à pressão social que havia naquele contexto, que embora

²⁶ Dos 21 países que adotam a obrigatoriedade do voto, 12 são países latino-americanos.

²⁷ Ainda que isso fosse completamente diferente da consolidação do direito político de voto aos analfabetos com a Emenda e depois com a Constituição de 1988, facultativo, evidenciando relações eleitoreiras sobre a pauta, para além da sua amplitude cidadã e democrática. Dessa forma, percebemos que a nova configuração social no País vai impactar diretamente no cenário político.

não seja citada, foi peça importante e crucial para o estabelecimento do regime democrático:

Entre os sindicalistas, as opiniões são todas favoráveis à extensão do voto ao analfabeto. Olívio Dutra, 39 anos, secretário geral do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul e presidente do Diretório local do PT, observa que o voto do analfabeto é uma antiga reivindicação das lideranças sindicais brasileiras. José Rodrigues, 40 anos, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, com 700 mil filiados, afirma que “os analfabetos são maioria e, sem o voto deles, a Constituinte nasce sem legitimidade”. Rodrigues defende até mesmo o direito de o analfabeto ser candidato à Constituinte.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Juarez Antunes, 50 anos, “a consciência política do indivíduo não está no fato de ser alfabetizado ou não”. Roberto Percinoto, 44 anos, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, raciocina na mesma linha: “Todos devem ter o direito de votar. O voto dos analfabetos torna o processo mais democrático” (FSP, Primeiro Caderno, Domingo, 13 de janeiro de 1985, p.4).

O contexto de transição e redemocratização do País acarretou em mudanças na organização da sociedade, dentre elas, a reorganização dos sindicatos no final da década de 1970. A década de 1950 é fundamental para entender o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, que teve amplo crescimento até a década de 1960, sendo combatido pelo regime militar que se instaurou em 1964, inviabilizando greves, interferindo em políticas trabalhistas e por fim, ainda perseguindo e prendendo lideranças sindicalistas. Essa rearticulação do movimento sindicalista tornou possível a projeção da associação entre voto do analfabeto e sindicalismo, propondo o voto somente aos analfabetos sindicalizados:

A extensão do voto ao analfabeto é, para o jurista Hélio Bicudo, 62 anos, uma das condições que tenhamos uma Constituinte “que não seja mais uma maneira de se ludibriar o povo”. Uma alternativa seria, como sugere o trabalho de reformulação constitucional promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, considerar alistáveis pela Justiça Eleitoral apenas os analfabetos sindicalizados. Tal sugestão foi debatida e aprovada por uma comissão especial formada em 1978 pelos advogados (...) (FSP, Primeiro Caderno, Domingo, 13 de janeiro de 1985, p.4)

Santana (2008), ao explorar a relação entre o sindicalismo e o regime militar, entende que nesse período os sindicatos estiveram próximos a uma relação mais assistencial do que representativa no mundo do trabalho, quando o Estado passa a ter maior controle sobre as questões trabalhistas:

O Estado passa a alterar sua posição, no tocante tanto às questões trabalhistas como às questões sindicais. Ainda que também se pautasse pelo lastro da CLT, passava-se agora a dar realce aos seus ditames repressivos e de controle. Por não se propor a manter relações próximas aos sindicatos e relegando esses ao papel de controle sobre os trabalhadores, o Estado corta o canal de acesso em termos políticos que os sindicatos vinham tendo no período anterior e reforça a lógica assistencial naquelas entidades (SANTANA 2008, p.210).

Santana (2008, p. 210) entende que essas medidas não visam “propriamente o enfraquecimento dos sindicatos”, mas que a ideia seria “fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social”. No final do último trecho da reportagem citada acima percebemos essa relação do sindicalismo atuando nos preceitos citados por Santana (2008), explorados na ideia de conceber o alistamento apenas de analfabetos sindicalizados. O final dessa história, no limiar entre soberania nacional e demagogia, que evidenciam as principais tensões em torno da pauta, foi a consolidação do direito político de voto aos analfabetos de forma facultativa e o cerceamento ao seu alistamento, sendo sindicalizado ou não.

Escolhemos desenvolver sobre esses diferentes depoimentos colhidos pela imprensa na reportagem, na medida em que explicitam tanto a dinâmica sobre a questão do voto dos analfabetos, quanto o projeto de modernização, desenvolvido na FSP daquele contexto, que agregou o princípio da pluralidade em uma nova “função institucional”. Martins (2020, p.85) elenca que, nos estudos sobre as reformas modernizadoras implementadas pelos jornais nos anos de 1980 e 1990, há um forte ‘protagonismo da FSP como objeto de pesquisa’, principalmente no que diz respeito às mudanças ocorridas nos métodos profissionais da empresa, que trouxemos anteriormente, com a influência dos periódicos norte-americanos.

Seguindo em relação às diferenças de abordagens entre os jornais, em reportagem de 19 de maio de 1985, em destaque na página, acompanhada de charge, sob o título de “O regulamento do voto do analfabeto preocupa” seguindo de “Beneficiados ainda se mostram desorientados” da Agência Estado para o jornal OESP há percepções contrastantes contrárias a Emenda Constitucional nº25, aprovada dias antes. Consta, a partir da fala de alguns agentes políticos sobre como se daria a regulamentação desse direito, a hierarquização entre diferentes pautas a serem tratadas pela Comissão Interpartidária, que foi bastante criticada pelo jornal OESP nesse contexto:

(...) João Gilberto espera colocar a questão em debate na comissão nesta semana. Por enquanto, ocupado mais com as reformulações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, ele não pode examinar a fundo a questão do voto do analfabeto. Não sabe ainda como fazer para que esse direito de voto seja exercido sem problemas, principalmente sem distorções e fraudes. Somente de uma coisa está certo: é que seria inaplicável, no Brasil, a fórmula usada por países desenvolvidos que admitem que o analfabeto escolha alguém de sua confiança para ajudá-lo a votar (OESP, Primeiro Caderno, 19 de maio de 1985, p.7).

No trecho acima, há também a relação entre o voto dos analfabetos e a possibilidade de fraudes eleitorais, e prosseguindo, no trecho seguinte da reportagem, consta a questão do voto dos analfabetos em um primeiro momento relacionada a questão municipal, como elaborada por Castelo Branco nos anos de 1960 e inclusive mencionada pelo jornal. A reportagem segue então apontando os caminhos para uma primeira experiência do voto do analfabeto a nível municipal, projeto defendido anteriormente por Castelo Branco e Tancredo Neves e elencado pela fala do na época senador Luiz Viana (PSD-BA) e do deputado Ernâni Sátiro (PDS-PB) que se mostravam apreensivos com a ampliação, quando também, o voto do analfabeto diminui a capacidade de controle sobre os eleitos:

Dois dos mais antigos e experientes políticos com assento no Congresso, o senador Luiz Viana (PDS-BA) e o deputado Ernâni Sátiro (PDS-PB) - ambos remanescentes da Assembléia Constituinte de 1946, manifestam certa apreensão com essa experiência. Luiz Viana acha que o melhor teria sido, ao menos numa primeira etapa, limitar o voto do analfabeto ao âmbito municipal, como chegara a propor o presidente Castello Branco, não obtendo, porém, o apoio do Congresso Nacional.

Há menos de 20 anos, o Congresso considerava “muito avançada” esta proposta... Agora, assinalou o senador, não tendo o Congresso estabelecido nenhuma restrição, a lei ordinária que regulamentará a matéria não poderá fazê-lo. O direito de voto é amplo. O analfabeto pode escolher desde vereador até presidente da República. Mas como as próximas eleições, no dia 15 de novembro deste ano, serão municipais (nas Capitais, estâncias hidrominerais e cidades até pouco incluídas nas áreas de segurança nacional), **o Brasil poderá ver os resultados na primeira experiência nesse âmbito mais restrito**. E considera o senador que uma coisa é certa: o voto do analfabeto vai revigorar a força do “coronelismo”, porque o maior número de analfabetos está na zona rural, onde se manifesta a influência dos “coronéis” (OESP, Primeiro Caderno, 19 de maio de 1985, p.7).

Ainda que não explicita alguma reação contrária ao voto dos analfabetos, há menção à possibilidade de serem ‘massas de manobra’ no último trecho elencado acima, somada às percepções trazidas pelos políticos citados apreensivos em relação à pauta. O jornal faz relação com o fenômeno do ‘coronelismo’ para as regiões rurais do País, quando na época a maior parte dos analfabetos se encontravam na zona rural (ver tabela 1, p.46). Ainda na mesma reportagem, há menção aos diferentes tipos de analfabetismo, para além do fato de não saberem ler e escrever, problematizando desde a escolha da manchete ou título, a relação que esse direito vai estabelecer com momentos anteriores, quando haviam pessoas que votavam apenas por saberem assinar seus nomes:

Para outros políticos, essa extensão de voto não vai trazer nenhuma dificuldade nem propiciar alterações substanciais nos resultados das urnas, porque aproximadamente 40% do atual eleitorado brasileiro pode, em termos práticos, ser equiparado aos analfabetos. São eleitores que só aprenderam a escrever o próprio nome e o número de determinados candidatos, muitas vezes em “cursinhos” montados por cabos eleitorais. Quer dizer, já há no PAÍS grande número de pessoas que votam, embora não saibam ler nem escrever. O que se tem de fazer é apenas colocar na lei a forma pela qual os analfabetos poderão retirar seu título de eleitor e depois exercer seu novo direito, resguardando-se o sigilo de voto (OESP, Primeiro Caderno, 19 de maio de 1985, p.7).

Em relação aos distanciamentos das abordagens, como vimos anteriormente na reportagem da OESP, constava a problematização acerca da

existência de eleitores analfabetos anteriormente à aprovação da Emenda nº25, enquanto na coluna de opinião da FSP, há menção também aos eleitos analfabetos:

Dizem as estatísticas, que existem mais ou menos vinte milhões de eleitores analfabetos. Esse número é otimista, porque tem vários escritores que não entram nesta lista. Mas não vamos criar polêmica por causa disso. Vamos sim, falar da lei que diz que o analfabeto pode votar mas não pode ser eleito. Isto quer dizer que vários deles que já se elegeram, burlaram a lei. Tem mais. Como antes não era permitido o voto do analfabeto, eles se elegeram sem votar neles mesmos (FSP, Oitavo Caderno Ilustrado, 19 de maio de 1985, p.76).

Dando prosseguimento à reflexão, consta em forma de humor a possibilidade do analfabeto vir também a se eleger, para além da possibilidade de apenas votar. Consideração essa que não encontramos nos discursos do jornal OESP daquele contexto, diferenciando novamente os recortes dos jornais dados no tratamento da pauta:

Por que não acabar de vez com todas as hipocrisias e permitir que o analfabeto também se candidate abertamente? Já ficou mais do que provado que muitas vezes o tirocínio político nada tem a ver com literatura. Basta ouvir alguns discursos pra perceber que, às vezes, muito pelo contrário! Então, minha gente, vamos em frente. Que cada um lance o seu slogan sem medo: “Nem ler nem escrever: um analfa no poder”. Quanto ao eleitor analfabeto, este deve escolher com muito cuidado o seu candidato. Não pode, por exemplo votar em alguém que já tenha sido eleito em pleitos anteriores, porque se os que já foram eleitos, tivessem realmente trabalhado em favor do analfabeto, o analfabeto não seria mais analfabeto (FSP, Oitavo Caderno Ilustrado, 19 de maio de 1985, p.76).

Por conseguinte, explorando as principais diferenças entre os discursos analisados de ambos os jornais, percebemos que a FSP recorreu em maior medida a análises históricas sobre o fenômeno do voto dos analfabetos, evidenciando sua exclusão em períodos anteriores e buscando a pluralidade em suas abordagens. Dessa forma, a FSP acabou desenvolvendo na época uma visão mais ampla e aprofundada quando comparada às reportagens e

notícias desenvolvidas na OESP. Em relação às principais construções ideológicas sobre a pauta, percebemos a aproximação da FSP do ideal de soberania popular, enquanto no jornal OESP encontramos a construção desse direito político como uma política demagógica ou ainda, enquanto um perigo frente às demagogias.

Como mencionamos no início deste trecho, as abordagens não se deram de forma estática. Até 1981, as construções elaboradas pelos jornais sobre as pautas se aproximavam, ainda que na FSP tenha recebido menor destaque, não recebendo maiores críticas. Entretanto, no contexto anterior à aprovação da Emenda nº25, nos meses que seguem de janeiro a junho de 1985, há uma tensão maior entre as perspectivas dos jornais a respeito da pauta, principalmente em relação à concepção que identificamos em torno à soberania popular e aos perigos do demagogismo, situação que se modifica a partir da sua aprovação em 15 de maio de 1985, quando as perspectivas contrárias passam a receber menor destaque nas páginas do OESP e a pauta em geral recebe menor repercussão. Consta, nesse sentido, uma entrevista com Ulysses Guimarães onde o entrevistado expõe a exclusão do analfabeto como uma segregação cívica que baniou o analfabeto da soberania (OESP, 14 de setembro de 1985). Esses discursos se associam e estão profundamente conectados ao mundo social e não por acaso se relacionam ao resultado promovido pela Constituição de 1988, em uma proposição que evidencia a luta simbólica entre duas concepções.

No OESP, encontramos com maior peso argumentações críticas ao direito de voto dos analfabetos, significando a pauta *enquanto medida demagógica, que favoreceria candidatos extremistas*. Essa construção precede à encontrada na FSP para o ano de 1981, com um destaque pequeno e com poucas aparições. Para o ano de 1985, na FSP, encontramos em maior evidência a construção em torno das seguintes concepções: *a exclusão dos analfabetos no direito de exercício do voto enquanto exclusão histórica, fruto da desigualdade social*. Essa dualidade entre diferentes ênfases contrastantes se apresentaram na tensão entre *demagogia e soberania popular*. Essa tensão se relaciona sobretudo ao desenvolvimento do Estado Democrático do País, em

um contexto pós regime militar, que marcou a época com a institucionalização do autoritarismo. Por isso, após análise desenvolvida neste capítulo, iremos explorar essa dualidade simbólica em torno do nosso objeto de estudo a partir da relação tensa entre liberdade e igualdade na construção do Estado Democrático de Direito, procurando compreender *como a pauta se relaciona à problemática da democracia?*

3 A DEMOCRACIA COMO PROBLEMA: AMPLIAÇÃO DO VOTO E TENSÃO ENTRE LIBERALISMOS

3.1 O Estado Democrático de Direito e voto do analfabeto: liberalismo e democracia

A problemática em torno da ampliação democrática e conseqüentemente da ampliação do sufrágio não remete somente ao País nos contextos elencados ao longo dessa dissertação. Como vimos no capítulo 1, diferentes noções de sufrágio foram elaboradas ao longo da história, evidenciando as transformações e conservações do mundo social. O mesmo procede em relação ao conceito de liberalismo e democracia, que embora hoje possam se associar, houve momentos onde essa conexão não se dava de forma óbvia, ou ainda, poderia ser tomada inclusive como opostas, marcando as diferentes elaborações e tensões em torno de suas concepções, sobretudo na construção da legitimidade desses princípios no cenário institucional.

Norberto Bobbio (2000) parte em “*Liberalismo e Democracia*” da reflexão acerca da crise que o Estado Liberal clássico teria sofrido a partir da democratização produzida pelo gradual processo de ampliação do sufrágio até a sua universalização. O autor, em debate muito próximo ao desenvolvido por Pierre Rosanvallon (2015)²⁸, entende que os significados mais amplos desses conceitos - de liberdade e igualdade, os colocam em posição de antítese:

(...) quando se estende à esfera econômica, respectivamente o direito à liberdade e o direito à igualdade, como ocorre nas doutrinas opostas do liberalismo e do igualitarismo, liberdade e igualdade são valores antitéticos, no sentido de que não se pode realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro: uma sociedade liberal-liberalista é inevitavelmente não-igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não-liberal (BOBBIO, 2000, p. 39).

Rosanvallon (2015)[1985], em “*Le Moment Guizot*”, parte suas indagações da falta de estudos históricos naquele contexto sobre o pensamento político travado no século XIX, entendendo a necessidade de

²⁸ Original de 1985 com título “*Le Moment Guizot*”. Para nossa pesquisa utilizamos: Rosanvallon, Pierre. *El moment Guizot. El liberalismo doctrinario entre la Restauración y la Revolución de 1848* - Ed: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2015.

perceber esse momento não apenas como uma transição ou desenvolvimento entre diferentes tipos de Estado - do Estado Liberal ao Estado social - e de sufrágios - do censitário ao universal:

Em todos os casos, com efeito, essas diversas perspectivas da história da cultura política francesa baseiam-se na mesma representação da primeira metade do século XIX: a de uma transição em que nada de novo aparece. As instituições políticas do período são entendidas apenas como um primeiro esboço, ainda que limitado, das instituições democráticas modernas. O sufrágio censitário é visto como uma etapa simples, um ponto de passagem entre o Antigo Regime e o governo representativo baseado no sufrágio universal (ROSANVALLON, 2015, p. 11 - tradução da autora).

Para Rosanvallon (2015), interessa também aprofundar o debate central que seria travado na época em torno da ampliação do ideal democrático de participação pública em conflito às liberdades individuais, construídos sobretudo a partir do século XVIII. Em princípios do século XIX na França, o debate acerca do “liberalismo” teria se concentrado principalmente em torno da crítica às ideias de Rousseau, no que diz respeito à autoridade calcada na soberania do povo e na *vontade geral* que poderia levar a uma concepção despótica do poder, limitando a liberdade. Em oposição às proposições de Rousseau, elaborou-se a defesa pela democracia representativa ancorada na *opinião pública*:

Royer-Collard, Benjamin Constant, Auguste Comte ou Saint-Simon. Eles dizem o mesmo. Estimam, como Guizot, que “o poder não faz a sociedade, ele a encontra”. O que lutam dessa forma é a utopia democrática de uma sociedade em que as vontades pudessem se expressar e construir todo um ser, produzir de alguma forma conscientemente e artificialmente um vínculo social. O que então ficou conhecido como “liberalismo” no início do século XIX, sobretudo, tentou pensar o político contra Rousseau” (ROSANVALLON, 2015, p.36 - tradução da autora)

A soberania popular evocada na Constituição Federal de 1988 não se estabeleceu da mesma maneira que a soberania do povo evocada nas ideias de Rousseau, onde o termo foi originalmente cunhado - a começar pela sua possível incompatibilidade com a democracia representativa, na medida em

que se fundamentava na *vontade geral*, princípio que pendularia à democracia direta, o que inclusive movimentou muitas críticas em torno da possibilidade de governos despóticos e tiranias das maiorias podendo limitar às liberdades individuais. Dessa forma, o debate enunciado na constituição faz parte de uma problemática mais ampla, que se fundamenta principalmente em torno da legitimidade e da autoridade do Estado Democrático de Direito e da inauguração dessa nova concepção que emerge na redemocratização do país onde o “sufrágio universal” é exercido “pelo voto direto e secreto” e “com valor igual para todos” conforme estabelece o artigo primeiro da CF de 1988.

Aproximamos o debate proporcionado por Rosanvallon (2015) ao explicitar as principais problemáticas que emergem nesse contexto de pressão social e deslegitimação da autoridade, ainda anteriormente à Revolução Francesa em 1848, quando há a preocupação em “acabar com a revolução, construir um governo representativo estável, estabelecer um regime que garanta as liberdades com base na Razão”²⁹ (ROSANVALLON, 2015, p.23). Essas questões irão contornar as elaborações dos diferentes agentes da época, onde ainda não é possível pensar em hegemonia democrática, quando isso ainda era uma questão em aberto, influenciando e sendo apropriado em outros contextos e debates para além da França, como por exemplo no Brasil no que diz respeito a tensão entre valores que podem ser conflitantes, como da liberdade e da igualdade. Antes do século XX, evidencia Garrard (2002), raramente se utilizava o termo “democracia” e poucos seriam os países considerados democráticos a partir da semântica que o termo carrega hoje, ainda que em perene disputa, a partir de alguns princípios básicos como eleições livres, alternância de poder, conciliando igualdade de direitos e liberdades individuais - ainda que de forma conflituosa

Rosanvallon (2015, p.23) enfatiza que esse momento se distingue também do “momento ideológico que prolonga o legado do Iluminismo e o momento democrático que se abre depois de 1848”, com a Revolução

²⁹ Tradução da autora.

Francesa, e que se relaciona ao debate promovido por Bobbio (2000) ao distinguir do Estado Social e de concepções igualitárias elaboradas a posteriori:

Tarea indisociablemente intelectual y política que especifica un momento muy determinado del liberalismo francés: aquel durante el cual el problema principal es prevenir el retorno de un corte mortal entre la afirmación de las libertades y el desarrollo del hecho democrático. Momento conceptual que coincide con el período histórico (la Restauración y la monarquía de Julio) en el curso del cual esta tarea está prácticamente a la orden del día y que se distingue a la vez del “momento ideológico” que prolonga la herencia de la Ilustración y del momento democrático” que se abre después de 1848. En 1814 el sentido común democrático del que participamos todavía hoy efectivamente no ha sido fijado aún, la interrogación sobre el devenir de la idea igualitaria se despliega haciendo únicamente referencia a las cuestiones radicales que ella pone en juego (ROSANVALLON, 2015, p. 23).

As preocupações elencadas por Rosanvallon (2015) deram origem a um grupo conhecido como “doutrinários” em contexto anterior ao da Revolução Francesa, os quais, segundo Rosanvallon (2015, p.23 - em nota de rodapé), inicialmente, ao longo da década de 1810, eram associados “em princípio a Camille Jordan, de Broglie e RoyerCollard”, mas que a partir da década de 1820 ganham maior repercussão na esfera intelectual e política principalmente em torno das ideias de Guizot. Posteriormente aponta Rodriguez (2011, p.2) *apud* Macedo (1987, p.33) esse grupo teria se associado a Remusat e Serre e às ideias de Tocqueville, que “a rigor não pode ser agregado aos doutrinários, mas é impensável sem eles e corresponde certamente ao corolário de sua obra”.

Alexis de Tocqueville (1987) [1835] problematiza sobre os governos onde as eleições são decididas por maiorias absolutas. Em “*Democracia na América*” ele analisa o caso dos Estados Unidos onde desenvolve o conceito de tirania da maioria elaborado por John Adams (1788). O termo teria se popularizado a partir dos escritos de John Stuart Mill em *On Liberty* de 1859. Tocqueville (1987) entende que as democracias com eleições decididas por maiorias absolutas poderiam resultar em interesses de minorias legitimados a

partir da maioria, tensionando as liberdades individuais e podendo constituir-se em um governo despótico, relacionando a opressão à tirania.

Essas problematizações serão evocadas em outros contextos, como em relação a construção de discursos contrários à participação política do “povo” em Viscardi (2015), ao analisar os discursos parlamentares do século XIX no Brasil, ou ainda, trazendo para o nosso objeto de estudo, em relação aos discursos que partem do voto do analfabeto como perigo frente às demagogias, ou a tirania da maioria. Na reportagem que trazemos, percebemos em um dos trechos esses argumentos dissonantes à época, *contrários a consolidação do direito de voto aos analfabetos* e que elenca a questão da expressão da maioria:

Enquanto o deputado Prisco Vianna (PDS-BA), 52 é favorável ao direito do voto para o analfabeto, o senador José Lins (PDS-CE), 64 anos, não admite que isso aconteça em hipótese alguma. “Imagine, diz Lins, eles são capazes até de formar um partido e ganhar as eleições porque são maioria” (FSP, Primeiro Caderno, Domingo, 13 de janeiro de 1985, p.4)

Prosseguindo na reflexão anterior, Rosanvallon (2015) aponta que os doutrinários não queriam desapegar do critério censitário para a delimitação de quem seriam os eleitores, propondo o estabelecimento de duas categorias para qualificação do eleitorado, onde o critério financeiro passaria a ser atrelado a questão profissional, resultando na época em um aumento de 10% do eleitorado (ROSANVALLON, 2015, p.105):

No podían, y no deseaban, prescindir del criterio censitario clásico, en tanto proveía un límite objetivo, fácil de manejar, para delimitar a los electores. Pero buscaban ampliarlo a través del principio de las añadiduras, que consistía en eximir a determinados ciudadanos de las condiciones del censo electoral, en razón de la instrucción que hubieran recibido o de la profesión que ejercían. Toda su doctrina electoral venía así a completar el principio financiero con un principio de orden profesional (...) Reconocía dos categorías de electores: los ciudadanos que más impuestos pagaban en el rol de contribuciones directas de la comuna (en proporciones variables según la población de la comuna) y un determinado número de capacidades (ROSANVALLON, 2015, p.100).

Bobbio (2000) irá trazer o debate elaborado por Benjamin Constant em “*Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*”³⁰ em discurso pronunciado no *Athénée Royal* de Paris, em 1819, enunciando a tensão entre igualdade e liberdade no conflito entre participação direta e universal e liberdade individual:

O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam de liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios (CONSTANT, 2019, p.30).

Como resultado desse debate, percebemos que a ampliação direta e universal sobre as decisões públicas colocaria limites à liberdade individual, não sendo possível a realização plena de um, sem a limitação do outro (BOBBIO, 2000, p.39). Desde a origem do Estado Liberal, essa forma de igualdade “dos antigos” teria anunciado princípios fundamentais, explorados pelo autor em normas constitucionais e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, sobretudo datadas no final do século XVIII, sendo elas: a “igualdade perante a lei” e a “igualdade dos direitos”, que se estabelece dessa forma como um Estado de Direito, ainda que diferente do Estado de Direito Social (BOBBIO, 2000, p.34-40). Dessa forma, o Estado Liberal clássico, para Bobbio (2000), se diferencia tanto do Estado Absoluto, ao estabelecer esses princípios fundamentais, quanto do Estado Social, na medida em que esses princípios se diferenciam do ‘igualitarismo democrático’:

Para o liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada; para o igualitário, o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera de liberdade dos singulares (BOBBIO, 2000, p.39).

Bobbio (2000, p. 39), ao elucidar a contraposição histórica desses fundamentos diz que:

³⁰ CONSTANT, 2019.

Nenhum dos princípios de igualdade (...) vinculados ao surgimento do Estado liberal, tem a ver com o igualitarismo democrático, o qual se entende ao ponto de perseguir o ideal de uma certa equalização econômica, estranha a tradição do pensamento liberal (...) Com respeito, portanto, aos vários significados possíveis de igualdade, liberalismo e democracia estão destinados a não se encontrar, o que explica, entre outras coisas, a contraposição histórica entre eles durante uma longa fase.

Cassimiro (2016) explora essas diferenças evocadas por alguns autores, dentre eles, Isaiah Berlin e as duas concepções de liberdade desenvolvidas por ele em “*Os Dois Conceitos de Liberdade*”, publicado em 1969, em torno da ideia de “liberdade positiva” e “liberdade negativa”:

Para Berlin (1969), o discurso de Constant expõe dois tipos de liberdade: a positiva, identificada com a dos antigos, e a negativa, identificada com a dos modernos. Para Berlin, a liberdade negativa, entendida como direitos individuais inalienáveis, representa o ideal regulador do liberalismo, enquanto a liberdade positiva, entendida como direito de autogoverno e de participação coletiva, representa o ideal regulador da democracia. Para Berlin, o problema da liberdade positiva em uma sociedade regida pela salvaguarda incondicional dos direitos individuais não é tanto quem exercerá a autoridade política, mas sim o quanto de autoridade deve ser colocado na mão de quem exerce o poder (CASSIMIRO, 2016, p.250-251).

Constant, Bobbio, Rosanvallon, Berlin e diferentes autores irão se debruçar sobre as diferenças e tensões entre liberalismo e democracia, que, para Cassimiro (2016, p.251), estava sobretudo sendo “pensada por eles no quadro da estrutura jurídico-política do sistema representativo liberal”:

No caso de Berlin, a preocupação expressa é com o assédio às liberdades individuais por parte do discurso da cultura de esquerda, da qual foi vítima enquanto refugiado russo na Inglaterra, durante o século XX. Porém, sem nos aprofundarmos nos meandros complexos das obras destes dois pensadores contemporâneos, pretendemos reter aqui que ambos concordam que Constant tinha em vista a defesa da liberdade moderna contra a cultura revolucionária radicalmente democrática da soberania do povo, calcada na concepção rousseauiana da vontade geral e, especialmente, na ação revolucionária do jacobinismo. Modesto Florenzano já apontou que Constant faz parte de uma cultura liberal que pretendeu resgatar as conquistas positivas da Revolução Francesa, especialmente a defesa da liberdade política e o fim dos privilégios de classe, contra a sua

dimensão tirânica, representada pelo igualitarismo radical do jacobinismo (CASSIMIRO, 2016, p.251 apud Florenzano, 2001, p. 177).

Ainda que historicamente consigamos perceber a construção da democracia em contraste ao liberalismo, suas diferentes elaborações e tensões posteriores marcam mudanças e conservações no mundo social e nas relações de poder. Rosanvallon (2015), cita alguns autores que atuaram na construção de uma perspectiva em confronto ao ideal de soberania do povo elencado por Rousseau: “Royer-Collard, Benjamin Constant, Auguste Comte, Saint-Simon” (ROSANVALLON, 2015, p. 36). Figuras como T. H. Green e B Bosanquet em fins do século XIX irão propor uma concepção de *novo liberalismo*, diferenciando-se do liberalismo clássico e propondo a limitação sobre as liberdades contratuais e a ampliação do sufrágio. O contexto do século XIX e início do XX, com guerras, fome, implosão de movimentos sociais até o pós Primeira Guerra Mundial provocaram mudanças nas produções de autores como Stuart Mill³¹, Bertrand Russel, J. Hobson³², L. Hobhouse, John Dewey e elencadas por Anderson (1989, p.15) ao explicitar as aproximações das produções desenvolvidas por esses autores e a suas aproximações com alguns ideais do socialismo.

Outros contextos como o da Segunda Guerra Mundial com Estados Totalitários também foram palco de diferentes elaborações de liberalismo, como em Friedrich A. Hayek. Anderson (1989) ainda irá discorrer sobre essas aproximações sobre os ideais socialistas em C. B. MacPherson, John Rawls entre outros. Posteriormente novas concepções surgem e seguirão surgindo. John Nicholas Gray, no contexto atual propõe a problematização sobre a

³¹ John Stuart Mill (1806-1873) foi um influente filósofo e economista britânico defensor do liberalismo político conhecido também por se aproximar de princípios socialistas que teriam impactado em mudanças e afastamentos do liberalismo em relação ao liberalismo clássico, inclusive nas próprias produções do autor, em suas obras anteriores a Primeira Guerra Mundial, assim como de J. Hobson.

³² John Atkinson Hobson (1858-1940) cientista social e economista inglês, foi crítico as teses clássicas do liberalismo político e econômico, sendo para Merqhior (1991) influente no florescimento do liberalismo social.

perspectiva de progresso da humanidade, assumindo que vivemos em constante tensão de valores conflitantes.

Essas novas elaborações dentro do pensamento liberal procuraram se distinguir do liberalismo clássico e de outras elaborações posteriores, dando ênfase a novas questões e contextos. Esses afastamentos e aproximações não se deram de forma evolutiva, mas relacionada às mudanças e conservações do mundo social, assim como a apropriação dessas ideias, seja em seus contextos, seja em contextos posteriores. Os ideais de liberdade, igualdade e a construção da democracia seguem em constante disputa na nossa sociedade, impulsionando uma dinâmica eterna a partir da relação tensa e conflitante que os contorna. A democracia e o Estado Democrático de Direito, como procuramos explorar, não foram construídos de forma evolutiva e se consolidam enquanto problemática de perene disputa na nossa sociedade.

Norberto Bobbio (1997, p. 42) em *“Igualdade e Liberdade”* entende que “da crítica das doutrinas igualitárias contra a concepção e a prática liberal do Estado” que teria nascido “as exigências de direitos sociais” modificando “profundamente o sistema de relações entre indivíduo e Estado e a própria organização do Estado”. Para o autor, isso teria acontecido mesmo nos regimes que “se consideram continuadores (...) da tradição liberal do século XIX”. O autor também entende que igualitarismo e não-igualitarismo se configuram enquanto valores totalmente antitéticos, quando liberalismo e igualitarismo são parcialmente antitéticos, evidenciando esses conflitos a partir de “doutrinas antagônicas e alternativas” que se desenvolveram a partir dessas questões (BOBBIO, 1997, p. 40):

Por outro lado, os liberais sempre acusaram os igualitários de sacrificar a liberdade individual, que se alimenta da diversidade das capacidades e das aptidões, à uniformidade e ao nivelamento impostos pela necessidade de fazer com que os indivíduos associados sejam tão semelhantes quanto possível: na tradição do pensamento liberal, o igualitarismo torna-se sinônimo de achatamento das aspirações, de compressão forçada dos talentos, de nivelamento improdutivo das forças motrizes da sociedade. Liberalismo e igualitarismo deitam suas raízes em concepções da sociedade profundamente diversas: individualista, conflitualista e pluralista, no caso do liberalismo; totalizante, harmônica e monista, no caso do igualitarismo. Para o

liberal, a finalidade principal é a expansão da personalidade individual, abstratamente considerada como um valor em si; para o igualitário, essa finalidade é o desenvolvimento harmonioso da comunidade. E diversos são também os modos de conceber a natureza e as tarefas do Estado: limitado e garantista, o Estado liberal; intervencionista e dirigista, o Estado dos igualitários (BOBBIO, 1997, p.42).

Rodríguez (2011) desenvolve que as ideias de Guizot, exploradas por Rosanvallon (2015) a partir da sua influência nas ideias construídas no século XIX, foram fundamentais para a construção de um marco conceitual acerca do 'Liberalismo Conservador' do Brasil no século XIX, exploradas pelo autor a partir dos escritos de Paulino Soares de Souza³³, conhecido como visconde de Uruguai. O que chamamos aqui de liberalismo conservador, pode se relacionar a essas tentativas de controle sobre os processos de ampliação e modernização. É um contexto que suscita a elaboração a partir de algumas questões centrais comuns a questões desenvolvidas, contornado pela pressão social e deslegitimação da autoridade do Estado. O visconde de Uruguai, nesse contexto, foi uma figura preocupada em garantir a autoridade e legitimidade sobre o contexto imperial do País em um modelo próximo ao Estado absoluto.

No período republicano, as justificativas deixam de se ancorar em uma perspectiva de cidadão proprietário ou de censo como fora anteriormente, para a exigência do voto letrado, consolidada a partir da Lei Saraiva de 1881 e mantida posteriormente a fundação da república - até 1985, em diferentes legislações. Esse debate tem relação direta com as perspectivas conflitantes enunciadas pela ampliação do sufrágio percebendo ainda que aqui se estabeleceu uma construção de Estado Liberal completamente diferente, que irá associar liberalismo a desigualdade social, de uma forma completamente distinta à estabelecida na Europa onde parte várias das reflexões que trouxemos e que estabelece a igualdade de direitos e a liberdade individual como um princípios fundamentais em distinta construção de *Contrato Social*.

³³ Paulino Soares de Souza nasceu em 1807 na França e faleceu em 1866. Foi magistrado e político brasileiro.

Desde fins do século XIX foram construídas diferentes elaborações sobre as relações entre Estado e indivíduo, provocando diferentes concepções de democracia representativa, com diferentes ênfases sobre a liberdade e a igualdade.

Ricupero (2014) evidencia que tanto visconde de Uruguai quanto Oliveira Vianna, muitas vezes elaboraram suas reflexões com base “no contraste da experiência brasileira com a dos países-anglo-saxões”, citando que, para Oliveira Vianna “não existiria povo no sentido anglo-saxão da expressão” elencando as construções desenvolvidas por Santos (1978) ao entender que a problemática enfrentada naquele contexto não seria resolvida a partir de reformas constitucionais:

O Estado precisaria organizar a opinião, transformando, para tanto, as condições da sociedade. Mais especificamente, deveriam ser realizadas reformas econômicas e sociais, abrindo caminho para o surgimento de um “regime democrático” e um “regime de opinião”, talvez semelhante aos existentes nos países anglo-saxões. Exemplo disso seria a situação do campo. Não se poderia esperar a independência de opinião num ambiente em que o homem rural dependeria da proteção de chefes de clãs territoriais, que facilmente poderiam se transformar em clãs eleitorais. Tal condição não seria criada por mecanismos como o “sufrágio universal”, a “eleição direta” e o “voto secreto”. Antes dessas reformas, seria preciso garantir o “estabelecimento da pequena propriedade; um sistema de arrendamento a longo prazo e um regime de caráter enfiteutico” (VIANNA, 1927, p.65 *apud* RICUPERO, 2014, p.4).

José de Alencar³⁴ (2009, p.85) em “*O Sistema representativo*” publicado originalmente em 1868 em debate que se relaciona ao desfecho da Lei Saraiva³⁵, em sua defesa por um ideal de democracia representativa, considerava que a eleição direta deveria ser “circunscrita a pequenos círculos, e reduzida à

³⁴ José de Alencar (1829-1877) foi um escritor e político brasileiro. Ficou conhecido também por defender a escravidão no segundo reinado, o que trazemos para evidenciar essa mistura peculiar de ideais em um país com uma herança forte da escravidão, assimilando desigualdades enfrentadas até os dias de hoje.

³⁵ Quando essas prerrogativas constroem um arcabouço simbólico sobre diferentes pautas, podendo influenciar no cenário institucional, podendo sucumbir a alguma ameaça ou pressão de outros setores da sociedade. Além disso, estabelece um diálogo profundo com problemáticas latentes da época, como a questão do voto direto, do voto censitário, do voto dos analfabetos, entre outras.

unidade” em resposta às problemáticas evocadas na construção da organização daquela sociedade. Consta também em seus escritos a defesa pela democracia representativa e pela universalidade do voto, dividindo o sufrágio em dois graus - de eleitor e o de legislador, aproximando-se a perspectiva elencada a partir dos doutrinários em Rosanvallon (2015). Ainda que o autor viesse a defender a democracia representativa, partindo de alguns princípios comuns como a construção simbólica em torno da ideia sobretudo da “incapacidade do povo em se governar”, entendendo a democracia representativa como solução a essa problemática, essa construção procurou se distinguir da proferida por Benjamin Constant, apoiando-se na defesa do voto indireto e da universalidade do sufrágio (ALENCAR, 2009, p.94).

A melhor apologia que já se fez da eleição direta se acha nas seguintes palavras de B. Constant: “É esta eleição que exige da parte das classes poderosas atenções para as classes inferiores. Ela força a riqueza a dissimular suas arrogâncias, o poder a moderar sua ação, colocando no sufrágio da parte menos opulenta dos proprietários uma recompensa para a justiça e bondade, um castigo contra a opressão (...)”. São bonitas as palavras. Escrevendo-as porém o ilustrado publicista olvidou que deixara à margem da nação a verdadeira classe inferior, a classe operária, excluída pelo censo do direito de voto (ALENCAR, 2009, p.89).

No contexto de consolidação da Lei Saraiva de 1881, que excluiu os analfabetos do direito político de voto, havia diferentes argumentos em torno dessa pauta, resultando em um cenário eleitoral proporcionalmente ínfimo, que não correspondia a 5% da população da época, ficando próximo a 1,5% na construção de um sistema político completamente diferente do que se estabeleceu 100 anos depois (HOLANDA, 2008, p.284). Nesse contexto do século XIX, foi possível a existência desse cenário, quando os ideais democráticos ainda não faziam parte do senso comum, quando ainda não havia se consolidado nem mesmo o Estado Liberal *de Direito*, desenvolvendo posteriormente, uma conjuntura profundamente desigual e híbrida de liberalismo. O período de redemocratização irá marcar novos debates e contornos significativos no sistema político democrático representativo do País, evidenciando a tensão e a luta simbólica sobre diferentes pautas, dentre elas o

voto dos analfabetos, com a ampliação do sufrágio na tensão entre igualdade e liberdade.

3.2 O voto do analfabeto na imprensa e a tensão entre liberalismos: entre liberalismo radical e liberalismo conservador

Quando nos referimos às diferenças políticas entre os jornais analisados no desenvolvimento das construções simbólicas sobre o voto dos analfabetos no contexto de redemocratização do País, partimos da comparação desenvolvida ao longo do capítulo 2 que captou diferentes ênfases desenvolvidas a respeito da pauta, que identificamos como oriundas de um debate que ultrapassa questões eleitorais. Esse debate se deu de forma relacionada ao desenvolvimento do Estado Democrático de Direito e a nova configuração da sociedade civil que é inaugurada a partir desse contexto em um embate que envolve diferentes questões, que são enfrentadas de forma perene na tensão entre igualdade e liberdade, entre sistema representativo e opinião pública, entre a ampliação de direitos e o tamanho do Estado e tudo que envolve a conjuntura democrática.

Essa construção, como vimos, não se dá de forma linear, mas marcada pela tensão de perspectivas contrastantes a partir da reunião de valores conflitantes. De forma breve, podemos identificar a *Folha de S. Paulo* do período analisado em diálogo com um liberalismo que chamamos aqui de liberalismo radical, pôr, em suma, se distinguir constantemente do liberalismo clássico, ao incorporar novas questões, sobretudo com ênfase na igualdade em suas perspectivas e construções no cenário institucional daquela época, entendendo o voto dos analfabetos naquele contexto atrelada sobretudo a concepção de soberania popular, legitimidade democrática e avanço na cidadania. Já o *Estado de S. Paulo* estaria situado em uma perspectiva mais conservadora de liberalismo, que enfatiza a liberdade, atrelada aos princípios fundamentais do liberalismo clássico, construindo em vários momentos, o direito de voto dos analfabetos como uma política demagógica e que situamos aqui como liberalismo conservador, fazendo alusão às tentativas de controle sobre a ampliação do eleitorado, exploradas anteriormente por Rosanvallon

(2015), ainda que aqui também possa ser relacionado ao histórico das oligarquias.

Essas concepções e problemáticas que permeiam o século XIX e XX do País são fundamentais para entendermos o desenvolvimento tardio da ampliação do eleitorado. São problemáticas que ultrapassam os limites nacionais e que são “respondidas” atentando às singularidades de cada contexto. O discurso da política do voto do analfabeto como demagogismo suscitou a resolução do voto facultativo, da impossibilidade da candidatura e a ampliação limitada à questão municipal em um primeiro momento. Enquanto o discurso do voto dos analfabetos atrelados aos ideais de soberania nacional, consolidou o direito político como necessário para legitimidade democrática, ambos influenciando no campo da produção ideológica sobre a pauta.

Adentrando novamente em nossas fontes de pesquisa sobre o voto dos analfabetos na imprensa (FSP e OESP), em 27 de setembro de 1981, logo quando a pauta volta a ressurgir com uma repercussão maior no cenário institucional - ainda não como em 1985, constando autoria de Augusto Queiroz da Fonseca Machado, o jornal cede um espaço considerável para um artigo que crítica à política que estava sendo desenvolvida, com o título “*O problema do voto dos analfabetos*”. Essa coluna de opinião recebeu destaque do jornal, em uma edição de Domingo, sobressaindo-se em seu tamanho e construindo uma elaboração que associava o voto dos analfabetos aos perigos da demagogia:

(...) a inclusão da exigência de saber ler e escrever contribui para o aperfeiçoamento do regime democrático nos países em que o problema da alfabetização intensiva ainda esteja por resolver? O que se busca saber é se, num regime de sufrágio universal, em que por efeito da própria universalidade, se apagam as diferenças individuais entre pessoas do mais diferenciado grau de instrução (...) Saber ler e escrever não é, pois, um pressuposto preconceituoso, forjado à custa de sutilezas filosóficas, mas, muito ao contrário, é um requisito que ostenta a face da realidade social. **A absorção demagógica do analfabeto**, sua presa fácil, poderá mesmo constituir, nos meandros das artimanhas de adulação eleitoral, um convite à lisonja do analfabeto, pelo fato de ser ele analfabeto (...) (OESP, 27 de setembro de 1981, p.53).

Percebemos que, nesse contexto, até a aprovação da Emenda nº25 em 1985, o jornal OESP agregou constantemente essa perspectiva de forma direta e também indireta. Ainda, nessa coluna de opinião, evidenciamos a tensão entre os ideais democráticos em disputa, em um debate que se relaciona à tensão entre liberdade e igualdade, a partir da crítica à universalidade do voto:

Não façamos descer a dignidade do voto ao nível das camadas populacionais menos aptas a exercê-lo, mas façamos erguer essa dignidade ao nível de um “munus publicus”. Reflitamos patrioticamente para que não se operem retrocessos políticos nas bases estruturais do regime democrático, pois quem não dirá que atrás do eleitor analfabeto virá o candidato analfabeto e que o analfabetismo passe a ser a panacéia da difícil tarefa de governar os povos? (...) Tenha-se, pois, como certo que a subordinação da capacidade eleitoral à condição de saber ler e escrever em nada desnatura a autenticidade do sufrágio universal e, antes pelo contrário, contribui ela para engrandecer a significação subjetiva e moral do voto e aperfeiçoar o regime democrático (OESP, 27 de setembro de 1981, p.53).

Em editorial de 30 de abril de 1985 do jornal OESP, intitulado “*A mensagem de Tancredo Neves é uma só*” percebemos um favoritismo em relação a Tancredo Neves e relativa desconfiança em relação a José Sarney em uma reportagem da Agência Estado de título que seguiu logo adiante “*Sarney vai definindo o programa político*”. O editorial evidencia que a necessidade naquele contexto era estabelecer sobretudo a liberdade econômica e de “remate” as questões sociais, também mostrando preocupação com a miséria, a pobreza e o analfabetismo:

a democracia econômica: de prestigiar a liberdade de empreender e oferecer a empresários e assalariados, sejam quais forem, as garantias de que carecem contra a opressão do poder público (...) Para remate, os aspectos sociais que preponderam na mensagem de Tancredo Neves (...) “Nossa dívida maior é a dívida social, contraída por todos os brasileiros para os que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela” - e que são milhões, acrescente-se vítimas da explosão demográfica e das deficiências de um esquema de instrução que veda a oito milhões de crianças o direito à matrícula no primeiro ano primário e já produziu 20 milhões de analfabetos, numa população que orça pelo menos 130 milhões! Por isso, o discurso que enseja este comentário acentuou: “Quero ressaltar a necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema educativo do País”. Reforma

vertical e horizontal, ampla e abrangente, que acabe de vez com a chaga da ignorância que se abate sobre aproximadamente a quinta parte dos brasileiros, incapacita-os para produzir, enfraquece a força de trabalho e equivale, neste último quartel do século XX, a escândalo semelhante ao da escravidão - da qual vem a ser, de resto, uma modalidade vergonhosa (...) A mensagem de Tancredo Neves é uma só; e não comporta duas interpretações. (OESP, 30 de abril de 1985, p.3)

Na reportagem que segue ao editorial, quase que em formato de continuação o jornal mostra preocupação com o voto dos analfabetos e continua a reflexão abaixo entendendo que a campanha para as eleições estaria imbricada em diferentes questões, dentre elas, as demagogias, entendendo que ideologias e doutrinas garantiriam novos espaços naquele contexto:

O presidente José Sarney reúne hoje o conselho político do governo. Com o ministro da Justiça, o chefe do Gabinete Civil, os líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado, o líder do governo no Congresso e, talvez, os presidentes dos dois partidos que formam a Aliança Democrática, examinará a estratégia para o calendário eleitoral. Serão confirmadas as eleições para prefeito das capitais dos Estados, este ano, bem como examinadas as reformas propostas pela comissão interpartidária que, no Congresso elaborou o elenco de alterações na lei eleitoral, no estatuto dos partidos políticos e na Constituição. É provável que o conselho político aceite as sugestões, **até mesmo quanto ao voto dos analfabetos (...)** **A campanha para as eleições do ano que vem terá característica singular.** A motivação dos candidatos será para propostas concretas e eles deverão apresentar fórmulas e soluções ao eleitorado, tanto quanto receber dele diretrizes e linhas gerais. O poder econômico, o poder estatal a corrupção e **a demagogia certamente se farão representar nas campanhas, mas, dessa vez, o espaço se ampliará também para o voto doutrinário e ideológico** (OESP, 30 de abril de 1985, p.3).

Em relação ao que pensava Tancredo Neves sobre as pautas sociais, em especial sobre o voto dos analfabetos, em reportagem da FSP de 22 de abril de 1985 de Boris Cosoy,³⁶ a FSP traz uma entrevista concedida por Tancredo Neves, que recebe amplo destaque. De acordo com o jornal, teria sido a “última entrevista concedida à Folha” pelo presidente antes do seu

³⁶ Jornalista e apresentador de telejornais. Consta na época como da equipe de analistas da Folha (FSP, 22 de abril de 1985).

falecimento em 21 de abril de 1985 em uma sessão sobre as políticas que ele procurava desenvolver em seu contexto. Nessa reportagem consta um trecho, no qual Tancredo Neves declara ser favorável ao voto dos analfabetos enquanto etapa experimental em nível municipal, mas que para as "eleições estaduais e federais" lhe parecia "um grave risco":

Folha: E o voto dos analfabetos. O senhor é a favor ou contra?

Tancredo: Sou a favor do voto do analfabeto **numa primeira etapa experimental, nas eleições municipais**. Já **o voto do analfabeto levado às eleições estaduais e federais me parece um grave risco**. Nas eleições municipais não existe esse risco porque os analfabetos conhecem todos os candidatos, convivem com eles e têm critério para aferir qual é o melhor, qual o mais conveniente para os interesses do município. Já não acontece o mesmo com as eleições estaduais e federais, em que com a eficiência e poder de sedução, e até de alienação dos instrumentos de comunicação, **os analfabetos podem se transformar em robôs ou autômatos de determinadas correntes de idéias ou de convicções** (FSP, 22 de abril de 1985, p. 10 - grifo da autora).

Em espaço dedicado às produções dos leitores do jornal OESP, em edição de 21 de junho de 1985 (pág.2) sob título de "O voto do analfabeto" há uma carta do leitor³⁷ que manifesta uma argumentação também crítica ao direito político de voto aos analfabetos:

(...) Tapearam o analfabeto. Dar-lhes o voto é burlar o caminho da cultura, já tão desprestigiada neste Brasil, e se antes os políticos praticamente não investiam na luta contra o analfabetismo, e na educação em geral, agora não precisam mais dos votos... Adeus verbas.

Não estão os demagogos ansiosos por dar direitos políticos aos analfabetos, eles já tem direitos constitucionais exceto educação ou cultura. Se ao contrário houvesse mínimo interesse, não se faria lei dando voto a quem não sabe ler ou escrever, e sim obrigando a União a destinar verba suficiente à educação, de modo a impedir que houvesse cidadão sem condição de voto. Investir na educação e cultura não como fazemos atualmente, como que a doar esmolas, mas seguros do retorno (...)

Agora os políticos, emaranhados em sua costumeira ignorância, derrubaram a eleição em segundo turno, dispensando a maioria

³⁷ Está identificada como sendo de autoria do na época presidente do Diretório Acadêmico Samuel Pessoa da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

absoluta de votos. Aguardo para qualquer momento nova lei, permitindo a candidatura do analfabeto, e então assistiremos de camarote os analfabetos unidos nas próximas eleições, elegendo um presidente...Provavelmente analfabeto (OESP, 20 de junho de 1985, p. 2).

Abaixo dessa carta do leitor há outra³⁸, também na sessão dedicada às produções dos leitores do jornal OESP que também tece críticas ao voto dos analfabetos, a partir do arranjo político que traria o estabelecimento desse direito:

Sr.: O general Newton Cruz, o das medidas de emergência, dos casos Capemi e Baumgarten e que gosta de empunhar o bastão, “por honra ao bastão que admira”, disse ser contra o voto dos analfabetos. Também sou, pois somente assim ele não terá votos para sua candidatura a deputado federal. (OESP, 21 de junho de 1985, p.2).

Em diferentes momentos da nossa pesquisa com olhar atento³⁹ também às elaborações que contornaram as fontes utilizadas aqui, percebemos a recorrência de disputas em torno de diferentes concepções de democracia, muitas vezes partindo de problemáticas que inferem à valores conflitantes. Também afloram as diferenças entre os jornais naquele contexto, que atuam desde as temáticas selecionadas para divulgação em suas páginas à ênfase dedicada na elaboração de suas *comunicações*. Em vários momentos também percebemos aproximações, mas sem dúvida há diferenças, o que pode ser um incentivo a futuras pesquisas que visem explorar diferentes perspectivas que estavam em jogo naquele contexto, sobre as mais diferentes pautas - o que em parte também nos motivou nessa dissertação.

Muitas vezes, a compreensão sobre o desenvolvimento de determinadas políticas, principalmente atreladas ao sistema eleitoral daquele contexto, são

³⁸ Consta autoria de Nailsen Gondim, jornalista, Capital. Ainda que sejam produções realizadas por leitores, há a seleção do jornal em colocá-los ali, ainda que não reflita no mesmo posicionamento evocado pelo jornal A PARTIR do editorial citado anteriormente. Essa seleção também suscita diferenças entre um jornal e outro.

³⁹ O que chamamos atenção é que inevitavelmente o historiador acaba lendo muito mais do que se propõe ao desbravar os jornais e se situar no contexto em que a fonte se insere. A democracia é tão um ‘problema’ que a todo instante, entre páginas e edições, diferentes semânticas são reivindicadas pipocando valores conflitantes.

atribuídas a casuísmos, explicitando a tensão entre *campo jornalístico X campo político*. O jornal FSP, ainda que em menor peso e destaque, também elenca a pauta do voto dos analfabetos como casuísmo naquele momento⁴⁰, em uma coluna de opinião de autoria de R.M.S, São Paulo, para a edição de 19 de outubro de 1981 (p.2) com título “*Casuísmos e o fio de barba*”. É indiscutível que o voto dos analfabetos além de se pautar em torno de questões preponderantes daquele contexto, também se estabelecia enquanto problemática no desenvolvimento da democracia e ampliação do sufrágio. Em diferentes momentos são sugeridos significados e “soluções” para se lidar com a pauta. Seja na proposta que sugere um primeiro experimento de eleições a nível municipal, a associação com o sindicalismo, a configuração enquanto facultativo. Em reportagem desenvolvida pela Agência Estado com título “O regulamento do voto preocupa” é sugerida uma outra proposta, com o voto de legenda para todos os cargos em disputa:

Nas eleições proporcionais - vereadores, deputados estaduais e deputados federais - o voto do analfabeto seria computado como “voto de legenda” e distribuído entre os candidatos do partido, como se faz atualmente quando o eleitor também vota apenas na agremiação partidária. Nas eleições majoritárias - prefeito, governador, senador e presidente da República - o voto do analfabeto seria computado para todos os cargos em disputa. No caso de serem duas as vagas para senador, seria dividido: metade para cada um” (OESP, Primeiro Caderno, 19 de maio de 1985, p.7).

Os discursos contrários ao direito político de voto aos analfabetos elaborados nas páginas dos jornais OESP e FSP, ainda que não na mesma medida, mobilizaram os seguintes pressupostos: 1) do analfabeto entendido como um perigo, enquanto sujeito que viria a aderir a discursos demagógicos 2) que esse direito poderia provocar mudanças (ruins) no cenário político 3) que conceder-lhes o direito seria estimular o analfabetismo. Esses pressupostos são comuns aos que por muito tempo legitimaram a exclusão dos

⁴⁰ Isso em 1981. Em 1985 a pauta é gerida de maneira bem diferente. Inclusive em 1981 a FSP não faz grandes elaborações sobre o voto dos analfabetos em relação a 1985, como vimos no capítulo 1 e 2.

analfabetos desse direito em outros contextos, a partir de outros agentes e soluções políticas. Dentre essas “soluções” com fins de controle sobre o cenário eleitoral, esteve em momentos anteriores o voto censitário, a exclusão das mulheres e, depois, o voto letrado. Em 1985, como “antídoto” aos perigos da demagogia, se consolidou o voto facultativo, recorrendo novamente à concepção de “dois tipos de eleitor”, ainda que de forma distinta, a partir da não possibilidade de candidatura e não obrigatoriedade do voto.

Leão (2012) ao trazer os discursos parlamentares a respeito do voto dos analfabetos no Senado em 1880 menciona a fala do na época Senador Cristiano Ottoni que entendia que o “governo da sociedade pertence à inteligência e não à massa bruta”. Ao passo em que culpabilizava os analfabetos pelos problemas eleitorais ao entender que “a eliminação dos capangas, homens que se alugam para fazer desordens nas eleições, quase todos analfabetos” (SENADO, Anais, 14/10/1880, p.54 *apud* LEÃO, 2012, p. 9). Para além de um estigma, a todo momento o debate enuncia também acerca da legitimidade da autoridade, muitas vezes pautada a partir dos mesmos princípios evocados por Constant na defesa de um ideal de democracia representativa, ainda que envoltos de novos contornos. Como vimos em diferentes debates, a ampliação do sufrágio universal necessariamente implicava não só em novos cenários eleitorais, mas em novas concepções de Estado, o mesmo se deve a outros sufrágios, como o feminino por exemplo⁴¹.

Desde a década de 1940, o País instituiu o sistema representativo proporcional de lista aberta para eleger deputados e vereadores, ao passo em que realizou muito gradualmente e a sombra de vários ‘tropeços’⁴² a ampliação do sufrágio universal. Assim como a transição do voto censitário para o

⁴¹ As mulheres também foram excluídas de votar até 1932. O que infelizmente não tivemos como explorar, mas essas tensões que entram em jogo a cada ampliação do eleitorado e da crescente participação política são fundamentais para que entendamos as bases em que se fundamenta a nossa democracia representativa e quais são as problemáticas que constantemente nos assolam, ainda que tudo isso esteja em disputa perene até os dias de hoje. As mulheres representam mais da metade da população brasileira, mas ainda não ocupam número correspondente entre os parlamentares, assim como outros grupos da sociedade brasileira a nível de representatividade descritiva.

⁴² Em alusão ao título que Carvalho (2014) coloca para explorar as prerrogativas da Lei Saraiva de 1881.

sufrágio universal na França do século XIX não se estabeleceu como uma simples etapa ou parte do desenvolvimento democrático ou liberal. A ampliação do sufrágio no País contornou muitas das questões que enfrentamos hoje em nível de democracia representativa que agrega ideais conflitantes, de igualdade e liberdade. Além disso, o liberalismo desenvolvido aqui, em um País com histórico de desigualdades sociais raciais, regionais, de gênero e de renda, minimizou a desigualdade social, construindo um afastamento da responsabilidade estatal sobre essas demandas amparados e legitimados por discursos simbólicos excludentes. É somente a partir dos anos de 1980 que o País contemplou a maioria da sua população ao direito político do voto. Nas palavras de Carvalho (2014, p.202):

A Constituição de 1988 eliminou o grande obstáculo ainda existente à universalidade do voto, tornando-o facultativo aos analfabetos. Embora o número de analfabetos se tivesse reduzido, ainda havia em 1990 cerca de 30 milhões de brasileiros de cinco anos de idade ou mais que eram analfabetos. Em 1998, 8% dos eleitores eram analfabetos. A medida significou, então, a ampliação importante da franquia eleitoral e pôs fim a uma discriminação injustificável.

Em edição de 11 de maio de 1985 na FSP, em uma coluna de opinião sob autoria de Marcos Freire, intitulada “*Constituinte - o como, pressuposto do quando*” consta uma perspectiva contrastante à anunciada pelo editorial do OESP de 1985 explorado anteriormente⁴³. Enquanto nesse contexto o OESP estavam mais alinhado a criticar a Comissão Interpartidária, a FSP estava, em seus recortes, reivindicando a importância da constituinte, da ampliação cidadã e nesse caso, especificamente, da coluna de opinião consta a Assembleia Nacional Constituinte como um avanço democrático e o voto dos analfabetos é associado a possíveis mudanças no cenário eleitoral, não no seu sentido demagógico, mas no sentido de possivelmente resultar em atender as

⁴³ Ainda que não estejamos comparando editorial com editorial, fazem parte da construção simbólica que constrói o jornal a partir do papel que ele assume na sociedade.

demandas da maioria da população, reforçando a nossa interpretação acerca das diferenças encontradas nos jornais:

(...) Eis que chega, agora, ao **término do regime autoritário, buscando-se um de plenitude democrática**. O caminho é um só: o da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Surge, aqui, a grande questão: como e quando fazê-lo?

(...)

Os que a querem efetivamente autêntica, defendem a necessidade de se escoimar, em toda sua extensão, as restrições do direito de cidadania, frutos do regime militar, constantes da legislação eleitoral, política, sindical, de segurança nacional, de comunicação social, etc.

(...) **O voto do analfabeto é outro pressuposto que significará faceta inédita, nos futuros pleitos, a impor toda uma estratégia política nova, a fim de que se incorpore à representação nacional a vontade de imensa parcela de nossa população**, tradicionalmente aliada das casas legislativas. Prega-se também, como não poderia deixar de ser, o prévio saneamento do eleitorado, contrapondo-se à fraude, inquestionavelmente corrente no País, e de maneira mais escandalosa no Nordeste (FSP, 11 de maio de 1985, p.3 - **grifo da autora**).

Em janeiro de 1985, a FSP publica uma reportagem e uma coluna de opinião com amplo destaque nas páginas da edição. A reportagem levava o título de *A luta pela cidadania, desde o Império*, de autoria de Galeano de Freitas⁴⁴ e centrou-se sobretudo em evidenciar os empasses no desenvolvimento da cidadania na história do País e entendia que a exclusão “dos analfabetos do sistema eleitoral (...) sem dúvida a tornou mais elitista”, acrescentando também a exclusão das mulheres do direito político de voto’. A reportagem traz ainda que, apesar do “florescimento democrático” que acompanhou o fim do Estado Novo, os analfabetos que correspondiam “à metade da população, com mais de 18 anos” foram “mantidos de fora” inaugurando uma perspectiva diferente da que foi brevemente elaborada em 1981, relacionada aos ‘casuísmos (FSP, Primeiro Caderno, 13 de janeiro de 1985, p.5).

⁴⁴ Consta como na época integrante da equipe de reportagem da FSP. Traduziu o livro *As Veias Abertas da América Latina* e outros livros.

Ainda na edição de 13 janeiro de 1985, consta uma coluna de opinião de Boris Fausto⁴⁵ em sessão Especial para FSP com título *O voto facultativo no debate constitucional* onde consta crítica à elaboração do voto do analfabeto enquanto facultativo, novamente se distinguindo da abordagem que entendia como solução para os ‘perigos da demagogia’, reforçando a centralidade dos meios de comunicação naquele contexto em informar a população sobre o processo eleitoral reforçando “a questão da modernização do processo eleitoral, visando pôr fim a fraude” (FSP, 13 de janeiro de 1985, Primeiro Caderno, p.4).

Os discursos contrários à consolidação do voto dos analfabetos, que identificamos aqui como mais alinhados à construção de um liberalismo conservador, enfatizaram a liberdade individual em detrimento da igualdade, e os discursos favoráveis dedicaram-se à defesa de ideais correspondentes a um liberalismo preocupado em radicalizar a questão da igualdade a partir da construção da legitimidade sobre a ampliação do sufrágio na época a partir do voto dos analfabetos.

Aleixo e Kramer (2010) em suas reflexões acerca do voto dos analfabetos elencam alguns discursos parlamentares que evocaram argumentações exploradas em outros contextos, se aproximando muitas vezes dos argumentos favoráveis do cenário de 1985 na defender desse direito político a partir de alguns princípios comuns, passado um século desse debate: 1) a capacidade política se deve a quem a exerce - nesse caso, os eleitos 2) o analfabeto é um cidadão como qualquer outro, logo deve ter os mesmos direitos 3) a universalidade do voto seria uma condição democrática.

Em 1985, o que se percebe de substancialmente inovador nos discursos proferidos sobre a pauta nesse contexto, que recebeu amplo destaque, é o papel que os meios de comunicação⁴⁶ irão exercer no cenário institucional, como vimos ao longo do capítulo 2 associada sobretudo a nova configuração

⁴⁵ Historiador e cientista político brasileiro.

⁴⁶ No Estudo Eleitoral Brasileiro de 2018 (ESEB 2018), 41,3% dos entrevistados responderam que se informam sobre política a partir dos noticiários de televisão

da sociedade civil brasileira e ao desenvolvimento - constantemente em tensão - de um sistema político baseado na democracia representativa e no sufrágio universal, comportando a maioria da sua população ao direito político do voto. Nos anos de 1960, pelo que estudamos sobre a pauta, já consta menção à argumentação favorável ao voto dos analfabetos calcada nessa elaboração, em paralelo ao projeto encaminhado por Castelo Branco.

Foi sendo fortalecida a compreensão dos meios de comunicação quase como em *tutela* sobre o voto do analfabeto, mas a relação que o campo jornalístico exercia nesse contexto não comportava a liberdade de imprensa, nem a sua proposição nesse cenário a função institucional desenvolvida posteriormente. Somada a isso, há a relação própria daquele contexto com a Constituinte e, ainda, as preocupações com questões de logística, como, a de agregar esses novos eleitores em um sistema eleitoral que operou até então exigindo que o eleitor soubesse ler e escrever, modernizando o processo eleitoral. Dando prosseguimento ao debate, procuraremos ainda explorar algumas questões, como: *Quais os possíveis impactos da ampliação do eleitorado com o voto dos analfabetos no sistema eleitoral brasileiro? Como se dará a relação que essa sociedade vai estabelecer com a informação, tão importante no processo de decisão das questões que envolvem o sistema eleitoral? Quais as condições dos eleitores no que diz respeito ao seu conhecimento sobre as leis e as instituições?*

3.2.1 O voto do analfabeto e mudanças no sistema eleitoral: da informatização do sistema a democracia representativa

A constituição do direito político de voto ao analfabeto envolveu questões organizacionais e administrativas, para além das questões de autoridade e legitimidade que tratamos até aqui. Como vimos no capítulo 2, dentre os discursos presentes acerca do voto do analfabeto, exploramos os discursos preocupados com questões de logística, símbolos, dentre outras. Assim como a questão do voto não se resume a questões eleitorais, o sistema eleitoral não diz respeito somente às leis eleitorais dos sistemas democráticos:

O sistema eleitoral não esgota as normas que regulam as lei eleitorais de uma democracia. Existe uma série de outros aspectos importantes em uma eleição: quais são os eleitores aptos a votar; se o voto é obrigatório ou facultativo; os critérios para apresentação de candidatos; as normas de acesso aos meios de comunicação; os mecanismos de controle dos gastos de campanha e acesso ao fundo partidário; as normas para divulgação de pesquisas; as regras da propaganda eleitoral (NICOLAU, 2011, p.10).

Foi crucial para o contexto o desenvolvimento do Recadastramento Nacional de Eleitores que resultou na informatização da Justiça Eleitoral do País, com a criação de um cadastro único nacional, além da mudança no título de eleitor, podendo receber o grande volume de novos eleitores de diferentes locais do País, principalmente da zona rural. Esse projeto foi desenvolvido em paralelo à aprovação da Emenda Constitucional nº25, em caráter de urgência, se relacionando a expressiva ampliação do eleitorado naquele contexto. Camarão (1997, p. 46) coloca que a primeira iniciativa para a informatização da Justiça Eleitoral teria sido do na época Ministro José Néri da Silveira e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. De qualquer forma, percebemos por publicações do TSE e pelas políticas desenvolvidas a relação entre a ampliação do eleitorado e a crescente informatização do sistema eleitoral brasileiro, chegando inclusive ao desenvolvimento da urna eletrônica, tal como conhecemos hoje. Ressaltamos que ainda são poucas as publicações sobre a informatização do sistema eleitoral brasileiro, o que se mostrou como um

problema em diferentes momentos da nossa jornada em pesquisar sobre esse processo desde a graduação. Mas é certo que o voto do analfabeto fomentou mudanças para o sistema eleitoral brasileiro que passaria a identificar os candidatos e partidos a partir de números identificados nas cédulas eleitorais e não mais o nome em extenso, além das mudanças que se relacionam à informatização de todo o sistema.

A reportagem da Agência Estado com título “O regulamento do voto preocupa” traz a problemática da informação sobre o processo eleitoral, na medida em que teria que se informar sobre os candidatos e partidos de outras formas para além das letras, problematizando também acerca do título de eleitor, que deveria constar a associação ao analfabetismo:

Há um consenso estabelecido no Congresso quanto à maneira pela qual o analfabeto deverá votar. Cada partido será identificado por um símbolo e ele escolherá um destes. A PARTIR dessa idéia básica, surgem as várias sugestões, com alguns imaginando que deve haver uma cédula especial para os analfabetos e outros entendendo que a cédula deverá ser única, abrindo-se a alternativa para o analfabeto de escolher apenas a legenda ou, se for capaz, de assinalar os quadrinhos correspondentes aos candidatos às eleições majoritárias (identificados também pelo símbolo partidário) e de “desenhar” os números dos candidatos às eleições proporcionais (OESP, Primeiro Caderno, 19 de maio de 1985, p.7).

Essa problematização é latente durante todo o desenvolvimento da pauta nesse contexto, como vimos no capítulo anterior quando mencionamos as preocupações com as mudanças no sistema eleitoral referentes à identificação, resultando em transformações, com a votação passando a ser fundamentada por algoritmos e não mais letras, devido à maior familiaridade com os numerais. Essa relação é elencada a partir do seguinte trecho da reportagem:

Até agora, apenas um parlamentar chegou a colocar as suas idéias num papel, transformando-as em projeto de lei. Foi o deputado Celso Barros (PFL-PI). Segundo sua proposição, o título do eleitor analfabeto será exatamente igual ao do alfabetizado, contendo apenas um carimbo

com os dizeres: “Eleitor na forma da Lei no ...”, com o que se evitaria a seu ver, possíveis constrangimentos pela imediata identificação da condição do portador do documento (OESP, Primeiro Caderno, 19 de maio de 1985, p.7).

Dessa forma, dentre as preocupações exploradas nos discursos de imprensa, constavam questões referentes ao título de eleitor, e todo esquema de comunicação que não contasse somente com a comunicação escrita, somado à necessidade de cadastrar o grande volume de novos eleitores. Essas questões fomentaram a necessidade de mudanças e adaptações do sistema eleitoral brasileiro. Em 20 de dezembro de 1985 foi promulgada a Lei nº 7.444/85 que se fundamentou principalmente em implantar o processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e da revisão do eleitorado:

O escopo da lei era criar o cadastro de eleitores em meio magnético, procedendo a revisão do cadastro não-automatizado de eleitores nos Estados, do alistamento dos eleitores e sua conferência e atualização pela Justiça Eleitoral, utilizando informações pertinentes, constantes de cadastros de qualquer natureza, mantidos por órgãos federais, estaduais e municipais (CAMARÃO, 1997, p. 45).

Em continuação à promulgação da legislação elencada acima, foram predispostos uma série de objetivos a serem alcançados a partir de diferentes resoluções, dentre elas a Resolução nº 12.547/86, que dispôs sobre “Instruções para a implantação do alistamento eleitoral mediante processamento eletrônico de dados e a revisão do eleitorado, dando outras providências”, que dentre as suas preocupações constava a inscrição de novos eleitores, chegando em 1986 a “um cadastro com eleitorado superior a 70 milhões de cidadãos” (CAMARÃO, 1997, p. 45). Segundo Camarão (1997), o Recadastramento Nacional de Eleitores⁴⁷ e a conseqüente informatização do cadastro estimulou a informatização das demais etapas do processo eleitoral,

⁴⁷ Mencionado pelo autor como Recadastramento Geral do Eleitorado (CAMARÃO, 1997, p.45).

culminando na informatização do voto em 1996 com o desenvolvimento da Urna Eletrônica:

A informatização do cadastro veio facilitar e estimular as ações para automação das etapas seguintes do processo eleitoral, ou seja, a totalização e divulgação dos resultados das eleições, até chegar, finalmente, à introdução do voto informatizado nas Eleições Municipais de 1996. Dada a sua importância na modernização dos processos eleitorais, a informatização dos cadastro (s.i.c) de eleitores é tratada em capítulo próprio deste trabalho. Não cabia controlar por processos tradicionais um cadastro que perfazia quase 70 milhões de eleitores em todo o País. Vale ressaltar que o crescimento do eleitorado brasileiro em cinquenta anos (de 1945 a 1996) passou dos 16,1% para 65% da população (...) (CAMARÃO, 1997, p.42-43).

Em pesquisa que realizamos anteriormente, sobre a institucionalização da Urna Eletrônica em 1996, que de alguma forma nos levou ao interesse pelo nosso objeto de estudo aqui investigado, percebemos a consolidação da pauta na imprensa de forma bastante alinhada às do campo jurídico e político da época na inauguração do voto eletrônico. Inclusive exploramos uma pesquisa de 2010 que mencionava a satisfação de grande parte da população brasileira com a facilidade do sistema eletrônico, evidenciando a aprovação no campo social. Hoje, passados alguns anos dessa pesquisa e mais de 20 anos da institucionalização da Urna Eletrônica, essa pauta é retomada sobretudo com a votação da “PEC do voto impresso”, de um lado, com interesses eleitorais, provocando a deslegitimação sobre o sistema eleitoral atual e a possíveis resultados e, de outro, podendo supervalorizar a tecnologia vigente, minimizando a necessidade de se investir em mecanismos de aprimoramento do sistema do voto informatizado, inclusive associando a pauta a um apelo antidemocrático ou intensificando a desinformação sobre as tecnologias de voto informatizado por parte de diferentes agentes.

Chamamos atenção que desde o desenvolvimento da Urna Eletrônica no País era suscitada a impressão do voto para aprimoramento do sistema, alertando também aos custos necessários para acoplar a tecnologia

desenvolvida⁴⁸. Em 2009, Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei da reforma eleitoral 12.034/2009 que previa o sistema de impressão de votos, voltado a verificação por amostragem, com a auditoria de 2% das urnas e aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro, que estaria valendo a partir de 2014, o que acabou sendo vetado posteriormente pelo poder judiciário, que alegou altos custos para a sanção da legislação. Essa tramitação resultou em pressão sobre o campo jurídico, resultando no aprimoramento do sistema eleitoral, que passou a exigir documento de identificação com foto para o exercício do voto e prevendo a consolidação da biometria. Para o aprimoramento do sistema entra em jogo a distribuição de recursos e as prioridades de governo, que se associam às relações e tensões entre os campos sociais.

A construção do Estado Democrático de Direito do País e a democracia seguem em eterna disputa desde a sua consolidação provocando mudanças no sistema eleitoral e também nas regras que vigoram em torno da democracia representativa. Ainda que no final da década de 1980 a partir da Assembleia Constituinte tenha se chegado a um “razoável consenso com os temas da ordem política”, já nos anos de 1980 “a defesa de uma profunda reforma das instituições representativas começava a ganhar força no meio político” enuncia Nicolau (2017, p.119).

Nicolau (2017), ao analisar as mudanças mais relevantes na legislação eleitoral e partidária pós 1988 até 2015, percebe a centralidade que tomou os temas relacionados à alteração do sistema proporcional, modificando permanentemente a legislação partidária e eleitoral:

⁴⁸ “Os contatos e reuniões técnicas efetivados pela Secretaria de Informática do Tribunal Superior Eleitoral, objetivando apoiar as atividades da Comissão, resultaram em um conjunto de observações e questionamentos apresentados pelos diversos interlocutores, os quais são adiante relacionados, acompanhados de um breve comentário: (...) 4) Comprovação Física do Voto: Acrescenta custos à solução e a torna mais complexa, porém, é considerada como uma forma de garantir a continuidade do processo de votação em caso de pane que torne o hardware inoperante, assegurando inclusive a contabilização dos votos registrados antes da paralisação do hardware e garantindo meios para que seja feita a recontagem dos votos, se necessário” (CAMARÃO, 1997, p.81).

(...) opções para a representação proporcional de lista aberta (voto majoritário distrital, lista fechada e lista flexível); redução da fragmentação partidária; proibição de coligações nas eleições proporcionais; adoção de cláusula de barreira (NICOLAU, 2017, p.120).

No entanto, chama atenção para o clamor “de segmentos do meio político e jornalístico em defesa da reforma política” que seguiu mesmo após os “legisladores e o Judiciário” promoverem “profundas mudanças nas regras eleitorais e na legislação partidária” e acresce:

Acredito que a sensação de incompletude da reforma política deve-se ao fato de que o tema central de todas as comissões tem sido a mudança no sistema proporcional. Como nenhuma das propostas apresentadas - seja para substituí-lo por outro sistema eleitoral (majoritário distrital, distrital misto ou distritão), seja para trocá-lo por outra versão de representação proporcional (lista aberta, lista flexível) - foi aprovada, prevalece a noção de que a reforma não foi feita (NICOLAU, 2017, p. 123-124).

Com o debate trazido por Nicolau (2017), podemos entender que a construção simbólica em torno da necessidade de uma reforma política, que ouvimos até hoje principalmente atrelados ao campo jornalístico, é evidenciado desde momentos posteriores a Constituição de 1988, inaugurada a partir dessa nova relação que o Estado estabelece com a sua legitimidade e a autoridade. Essa relação vai se estabelecer de forma tensa contornando novos debates na dinâmica que emerge do mundo social, confrontando democracia representativa e opinião pública, participação política e liberdade individual, ampliação de direitos e funções do Estado.

O autor entende ainda que dentre os motivos pela não consolidação dessa concepção de reforma política está a própria tendência à manutenção do *status quo* dentre os parlamentares, que não estariam inclinados a modificar o próprio sistema no qual foram eleitos, mas também a falta de entusiasmo dos cidadãos e de organizações da sociedade civil pela reforma política. Carvalho (2014, p.203) soma à problemática da reforma política elencada por Nicolau (2017) ao entender que “do ponto de vista do arranjo institucional, o problema

mais sério que ainda persiste talvez seja o da distorção regional da representação parlamentar”.

Em relação às causas apontadas por Nicolau (2017), alertamos também para a necessidade de análise sobre a articulação dessa pauta no campo jornalístico em relação aos demais campos e a luta simbólica sobre o ideal de democracia representativa, ao passo em que problematizamos as condições dos cidadãos em relação às informações sobre o sistema político que se inserem e ao próprio desenvolvimento da cidadania no País. Como pensar em mudança política frente à histórica exclusão de grande parte da população brasileira do direito à participação política que fomenta a desconfiança nos sistemas partidários⁴⁹ e a máxima de que “política não se discute?”, ou ainda, *como desejar reformar a política, quando não nos atrevemos a debater política?*

Carvalho (2014, p. 205) aponta que, após a democratização do País, houve insatisfação da população com seus governantes na medida em que teria sido criada uma expectativa sobre o estabelecimento da democracia como resolução de parte dos problemas enfrentados na época apontando para uma tendência da “velha tradição nacional de esperar que a solução dos problemas venha de figuras messiânicas”. Sobre a “velha tradição nacional” elaborada por Carvalho (2014) problematizamos acerca dos embates que contornam a própria democracia representativa e às problemáticas próprias dos sistemas presidencialistas em conjunto às explicações culturais de ordem política.

Em relação à insatisfação da população com seus governantes, na edição de 30 de novembro de 1985, a problemática da representação popular aparece no jornal OESP em uma coluna de opinião⁵⁰ com título *Representação popular ou representação de interesses* onde os conflitos em relação à

⁴⁹ Além de outras questões como a falta de clareza em torno das ideias dos partidos e de seus objetivos à fragmentação, com uma conjuntura que permite as mais amplas coligações. De acordo com o Estudo Eleitoral Brasileiro de 2018 (ESEB 2018) apenas 27,6% dos entrevistados sentiam-se representados por algum partido. Outro aspecto que chama atenção é o alto número para a existência de algum partido que não goste, registrando 45,9% das respostas dos entrevistados.

⁵⁰ Consta autoria de Rodrigo de Mesquita Pereira, bacharel em direito.

representatividade na Assembleia Constituinte ficam evidentes. Pesquisas que busquem nesses jornais as diferentes percepções que carregou a Assembleia Constituinte nesse contexto são riquíssimas para os estudos acerca da democracia. Percebemos em alguns momentos grandes expectativas em relação ao cenário político, muitas vezes carregado de esperança, mas há sobretudo tensões.

O fato é que a redemocratização do País inaugurou um novo cenário eleitoral que vem se modificando até os dias de hoje, acompanhando mudanças no sistema eleitoral e no mundo social como um todo. Ao mesmo tempo, o sistema partidário brasileiro também vem sofrendo uma crise profunda em meio a escândalos de corrupção, anomalias políticas e disparidade a nível de representatividade descritiva em relação a diversidade do eleitorado do País. O conceito de representação descritiva foi elencado por Oliveira (2015, p.236) utilizando-se da noção apresentada em Pitkin (1967), quando o parlamento se dá como uma “miniatura, mapa ou espelho da sociedade” constando “a representação dos diferentes grupos sociais que compõem o conjunto da cidadania” (OLIVEIRA, 2015, p.236). Oliveira (2015, p.235), partindo da análise dos dados das eleições de 2014 e do Censo 2010 evidencia uma profunda assimetria entre a realidade e a representação, resultando na desigualdade de “acesso e presença na política nacional” (OLIVEIRA, 2015, p.256):

(...) uma estrutura profundamente desigual na capacidade de acesso ao poder político no Brasil: as mulheres, os negros, os menos escolarizados, os trabalhadores e os pobres estão sub-representados na Câmara dos Deputados. Tanto na oportunidade de concorrer quanto na capacidade de ser eleito, a desigualdade da política no Brasil impõe um enorme desafio à incorporação política da diversidade social no Parlamento (OLIVEIRA, 2015, p.235).

O autor prossegue o debate relacionando a incidência das desigualdades sociais no cenário eleitoral, não somente sobre o número de eleitos, mas sobre diferentes aspectos que envolvem à decisão política sobre o voto:

A escolha do eleitor recai sobre características que distinguem positivamente os candidatos – liderança, capacidade de oratória, atributos de erudição, posição e articulação social. Também são influenciadas pela propaganda, ou seja, pela capacidade de o candidato investir recursos financeiros em sua campanha. Nenhum destes atributos é homogeneamente distribuído na sociedade, de maneira que a estrutura das desigualdades sociais é transmitida para a política representativa (OLIVEIRA, 2015, p.235).

De acordo com pesquisas realizadas por Vieira (2017) acerca dos dados da ESEB de 2002 a 2014, quanto menor a escolarização, menos os entrevistados se sentiam representados. Entretanto, a sensação de falta de representatividade não se relaciona somente aqueles que tiveram menos oportunidades. De acordo com o ESEB (2018) 89,9% dos entrevistados entende que a corrupção está generalizada entre os políticos do País, 79,9% que a maioria dos políticos se preocupa apenas com os ricos e poderosos, 79,6% que a maior parte dos políticos não se importa com as pessoas.

A coligação sem critérios de partidos dos mais variados posicionamentos políticos, gastos políticos exorbitantes, sobretudo de gabinete e de campanha, falta de rigor à constituição de programas políticos e bases ideológicas claras para o funcionamento dos partidos, falta de clareza sobre os processos eleitorais e uma série de fatores aprofundaram a crise no sistema partidário brasileiro, estabelecendo novas problemáticas e tensões na relação entre sociedade civil e Estado. O desenvolvimento da democracia representativa no País segue em disputa e tensão, imbricado na relação conflitante entre liberalismo e igualdade e na conjuntura profundamente desigual da sociedade brasileira.

Oliveira (2015, p.259) explora que, no presente contexto, “de negação dos partidos e das organizações políticas”, “uma representação descritiva extremamente desigual” poderia “favorecer uma política pública igualmente reforçadora das desigualdades”. Ou seja, quanto menor a representatividade dos mais diversos grupos que compõem o eleitorado brasileiro, maiores as chances de se desenvolver políticas que reforcem ainda mais as desigualdades

sociais, na medida em que não haveria interessados ou responsáveis por representar as pautas e demandas destes grupos. Um exemplo disso é que carece de maiores pesquisas é a questão do trabalho informal ou não amparado pela CLT hoje no País.

Além dessas questões, ao longo dos anos de 1950 e 1960, foram construídos novos termos para o analfabetismo, voltados a entender as ramificações dessa problemática, entendendo que o processo de alfabetização não se dá de forma linear. Na década de 1970 também foi elaborado o conceito *literacy* e outros, voltados especificamente à questão do domínio sobre a leitura e a escrita. Diferentes concepções de analfabetismo funcional foram desenvolvidas desde aquele contexto, e, ainda hoje, essa pauta atua como problemática educacional no País. O INAF, importante indicador do analfabetismo do País, criado em 2001, que buscou ampliar os estudos sobre os índices de analfabetismo, apontou em 2018 que 70% da população brasileira pode ser considerada funcionalmente alfabetizada:

Entre as pessoas que possuem os anos iniciais do Ensino Fundamental, mais de dois terços (70%) permanecem na condição de Analfabetismo Funcional, sendo que 54% chegam ao nível Rudimentar. Aproximadamente 1 em cada 3 pessoas (29%) desse nível de escolaridade podem ser consideradas Funcionalmente Alfabetizadas, sendo que 21% chegam ao nível Elementar, 7% ao nível Intermediário e 1% ao nível Proficiente (Tabela 3) (INAF, 2018, p. 12).

Percebemos assim que, embora o País tenha reduzido o número de analfabetos, ramificações do analfabetismo e dos problemas educacionais do País vem atuando em altos índices de analfabetismo funcional. Em relação a definição de analfabetismo funcional entendida pelo INAF consta a sua classificação em quatro níveis: analfabetos, os que não sabem ler e escrever, alfabetizados em nível rudimentar, considerado analfabeto funcional, alfabetizados em nível básico e alfabetizados em nível pleno, que também se relacionam ao analfabetismo funcional. Suas dificuldades principais estão relacionadas à "dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana" e também "reconhecer

informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas”.

Dando prosseguimento a este debate iremos explorar questões indissociáveis, como a cidadania, a educação e a representação, com novos questionamentos: *Quando se começa a pensar em combater o analfabetismo, visando também a universalização do acesso à educação, sobretudo o ensino fundamental? Quais suas possibilidades de cidadania?* Muitas dessas problemáticas irão refletir nos dias atuais, contribuindo também para pensarmos questões que vivenciamos no nosso presente em um país que por muitos anos excluiu parte da sua população dos processos de decisão pública e que até hoje perpetua diferentes tipos de desigualdade, dentre elas, a do acesso à educação, a informação e a participação política, impactando diretamente no exercício da cidadania. A redemocratização e a ampliação do eleitorado irão sugerir novas problematizações, para além das construções simbólicas que estão em disputa.

3.3 O analfabetismo como problema democrático: tensões entre sociedade civil e Estado

A partir da Constituição Federal de 1988, uma série de direitos sociais foram ampliados, sendo reconhecida inclusive como Constituição Cidadã desde o contexto de redemocratização do País, inaugurando a reconquista e ampliação do Estado Democrático de Direito. Carvalho (2014, p.208) entende que a mudança mais significativa que emergiu com a nova constituição foi o desenvolvimento na área da educação fundamental, colocada pelo autor como “decisivo para a cidadania” evidenciando também as outras nomenclaturas e significados de analfabetismos e seus atenuantes na sociedade brasileira:

O analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 25,4% em 1980 para 14,7% em 1996. A escolarização da população de sete a 14 anos subiu de 80% em 1980 para 97% em 2000. O progresso se deu, no entanto, a partir de um piso muito baixo e refere-se sobretudo ao número de estudantes matriculados. Ainda são necessários mais de dez anos para se completarem os oito anos do ensino fundamental. Em 1997, 32% da população de 15 anos ou mais era ainda formada de analfabetos funcionais, isto é, que tinham menos de quatro anos de escolaridade (CARVALHO, 2014, p.208).

A CF de 1988 ampliou uma série de direitos estruturando novas relações entre Estado e indivíduo, onde “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” confluindo os princípios de igualdade e liberdade que regem os sistemas democráticos. Novas relações foram estabelecidas, consolidando a democratização do acesso à educação pública emergindo em novas questões sobre a educação escolar e o ensino público do País. Nesse contexto dos anos de 1980 e 1990 surgiram pesquisas de diferentes áreas⁵¹ que passaram a se debruçar sobre a problemática do analfabetismo e das desigualdades educacionais do País, elencadas aqui para pensarmos a relação entre educação, Estado e analfabetismo. As mudanças trazidas no contexto da

⁵¹ Ver: BORBA (1984), SILVA (1991), FREIRE (1989). É interessante perceber que essas reflexões debatem com questões que ultrapassam a questão nacional, dialogando com o cenário e produções de outros países.

CF de 1988 serão fundamentais para a retomada de projetos sólidos na área da alfabetização.

Rose Neubauer da Silva (1991) inicia um de seus artigos intitulado *Educação de Primeiro Grau: o não-direito do não-cidadão*, em um livro organizado por ela e Yara Lúcia Esposito sob título de *Analfabetismo e subescolarização: ainda um desafio* para a coleção *Polêmicas do Nosso Tempo* da Editora Cortez, evidenciando a oferta da educação básica anunciada pela Constituição Federal de 1988 (SILVA; ESPOSITO, 1991):

Durante a elaboração da Constituição Federal, ressurgiu a questão das ligações entre uma maior oferta de bens e serviços e o direito de todos serem tratados com igualdade perante a lei. A universalidade do conceito de cidadania coloca todos os indivíduos em pé de igualdade perante a Constituição. Todavia, embora a Constituição garanta o direito do cidadão à educação básica, mais da metade dos brasileiros a ela não tem acesso (SILVA, 2010, p.11).

A autora prossegue sua reflexão apontando a falta de projetos consistentes, que dessem conta da gravidade do problema educacional enfrentado no País, quando um número considerável da população não tinha acesso na época, à escola de 1º grau, que hoje corresponde em parte ao ensino fundamental. A autora menciona que na época 80% da população não tinha acesso “ao ensino completo de 1º grau e às vezes nem mesmo a qualquer tipo de escolaridade básica” (SILVA, 1991, p.15). E complementa que para além das questões conjunturais que enfrentava a educação do País - e que em grande parte enfrenta até hoje - deveria se examinar a questão sob uma perspectiva mais ampla, destacando “as relações entre o Estado e os direitos do cidadão” (SILVA, 1991, p.15).

As publicações sobre o analfabetismo no contexto de 1980 e 1990 recorrentemente enfatizam a atenção para o desenvolvimento do capitalismo periférico no País, sobretudo associando-se a outros debates pertinentes daquela época. Silva (1991) entende que o desenvolvimento da cidadania não se deu como na Europa, somando às reflexões que vimos fazendo desde o início desta dissertação. A autora enfatiza questões econômicas quando “até o

começo do século XX” se dava de forma basicamente agrícola e com grandes contingentes populacionais concentrados no campo” (SILVA, 1991, p.17).

Silva (1991, p.19) entende que “as taxas de analfabetismo e os índices de expansão da escola básica” resultaram diretamente da “capacidade de pressão dos diferentes grupos e do grau de desenvolvimento das regiões”. A autora também evidencia a influência de países europeus e norte-americanos sobre “a importância da erradicação do analfabetismo e da universalização da escola básica”, observando os contrastes sobre a educação do País até aquele contexto:

De um lado, a existência de um contingente significativo de indivíduos provenientes dos setores mais pobres da população - com pouco poder de pressão - que sequer sabe ler e escrever; de outro, um crescimento notável da escolarização nos graus mais elevados de ensino, especialmente na universidade, que atende aos setores com maior força de negociação (SILVA, 1991, p.20).

Martins (2010a), no primeiro capítulo do livro *A Sociabilidade do Homem Simples*, intitulado *As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil*, problematiza sobre a modernidade nos países latino americanos em relação ao desenvolvimento distinto da realidade europeia, ressaltando problemáticas que vão na direção oposta à concepção de progresso, acirrando as desigualdades sociais:

No meu modo de ver, porém, e espero demonstrá-lo aqui, o estudo da modernidade nos países latino-americanos, como o Brasil, passa, isso sim, pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade, embora tenha se tornado entre nós quase um cacoete de país subdesenvolvido na era da globalização: mais se fala da modernidade do que ela efetivamente é. As misérias, como o desemprego e o subemprego, os valores e as mentalidades produzidos pelo desenvolvimento dependente são partes integrantes da modernidade, embora de um ponto de vista teórico e tipológico não façam parte do moderno (SILVA, 2010, p.18).

Martins (2010a) desenvolve uma concepção paradoxal para a modernidade que “anuncia o possível, embora não o realize”. Em debate que

aproximaremos, Bourdieu (2012) em *A Miséria do Mundo*, estudo publicado originalmente em 1993, propõe uma profunda reflexão sobre a exclusão escolar e social, percebendo que a universalização do ensino, a partir da “democratização”, se estabeleceu também evidenciando tensões associadas aos mecanismos sociais de reprodução das desigualdades e da exclusão - dentre eles, a escola e a educação:

A Escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmago aqueles que ela exclui, simplesmente marginalizando-os nas ramificações mais ou menos desvalorizadas (BOURDIEU, 2012, p.485).

As desigualdades sociais então são reproduzidas também no cenário educacional. Trazendo essas questões para a realidade brasileira, não temos como minimizar as desigualdades raciais, de gênero e regionais quando pensamos em educação e analfabetismo no país. Ainda que não nos aprofundamos acerca desse debate, percebemos os contrastes da nossa realidade em comparação às outras, para além das questões de ordem econômica. Bourdieu (2012, p. 482) coloca a referência à ‘democratização’ em paradoxo e problemática quando os marginalizados pelo sistema percebem a função conservadora da educação, no sentido de manutenção do status quo e das desigualdades sociais:

Seria preciso mostrar aqui como, mesmo com todas as mudanças que vimos, a estrutura de distribuição diferenciada dos proveitos escolares, e dos benefícios sociais correlativos, se manteve sem grande esforço. Mas com uma diferença fundamental: o processo de eliminação foi adiado e diluído no tempo: e isto faz que a instituição seja habitada a longo prazo por excluídos potenciais, vivendo as contradições e os conflitos associados a uma escolaridade sem outra finalidade que ela mesma (BOURDIEU, 2012, p. 482).

Diferentes autores irão apontar a existência de projetos voltados para a erradicação do analfabetismo desde o período Imperial com diferentes elaborações para a escolarização nas províncias, passando pelo período republicano que propõe a ampliação de um sistema educacional centralizado,

entretanto, ainda que o analfabetismo estivesse em redução lenta desde fins do século XIX, foi somente nos períodos democráticos do País que ele foi tratado com maior engajamento e busca por resultados, associada também a ampliação do direito político de voto aos analfabetos. O que não quer dizer que o problema tenha sido 'resolvido'. Novas questões surgiram e seguem surgindo, como vimos no último trecho, quando pensamos nas desigualdades sociais para além das questões de ordem econômica ou da relação Estado-indivíduo.

Ferraro (2009, p.192) entende que “um dos principais desafios postos à pesquisa em História da Educação talvez seja o de caracterizar o tipo de liberalismo que efetivamente se impôs no Brasil desde o Primeiro reinado”, o que na nossa concepção não foi estabelecido de forma hegemônica ou linear, mas sobretudo relacionada às tensões na construção do Estado Moderno, ainda que tenha havido esforços para minimizar a pauta no cenário institucional, em virtude de outras. A falta de investimento do Estado na educação básica do País infere sobretudo na ampliação das desigualdades entre as camadas mais pobres da sociedade, assim como desigualdades de gênero, raça e regionais, acirrando a exclusão no sistema escolar. No contexto europeu existiram também esses contrastes nos investimentos e a manutenção das desigualdades sociais, mesmo com a universalidade da educação, mesmo assim, não se deu como no Brasil, com ênfase ao desenvolvimento agrário e a herança escravista:

Por causa destes mecanismos, que se somam à lógica da transmissão do capital cultural, as mais altas instituições escolares, e especialmente aquelas que levam às posições de poder econômico e político, permanecem exclusivas como sempre foram. Graças também a estes mecanismos, o sistema de ensino aberto a todos, e ao mesmo tempo estritamente reservado a poucos, consegue a façanha de reunir as aparências da "democratização" e a realidade da reprodução, que se realiza num grau superior de dissimulação, e por isso com um efeito maior ainda de legitimação social (BOURDIEU, 2012, p.485).

Bourdieu (2015, p.16) [1964] explora essas desigualdades comuns em “A escolha dos eleitos” em seu livro “Os herdeiros” iniciando sua reflexão explorando a “desigual representação das diferentes classes sociais no ensino superior” atentando também para outras formas de desigualdade, associadas ao mundo social, quando os mais excluídos do sistema escolar também representam os menos representados no ensino superior. Dessa forma, Bourdieu (2015, p.22) entende que os “obstáculos econômicos não são suficientes” para explicar as desigualdades de acesso à educação, explorando outras formas de valores, como vantagens e desvantagens de oportunidades, entendendo seu caráter cumulativo, na relação intrínseca à origem social, que para as classes mais desfavorecidas se estabelece pela *eliminação*, quando suas chances de sucesso para o ingresso no ensino superior são amplamente reduzidas, representando em desvantagens em suas trajetórias.

Bourdieu (2007, 2014, 2015) procurou então, em seus estudos, demonstrar como a concentração de diferentes tipos de capitais - econômicos, culturais e sociais - poderiam ser usados enquanto forma de dominação de uma classe social sobre as outras. Em relação à educação, o autor explora também a questão do sofrimento, quando há nela a promessa de mobilidade social e melhoria de vida em um cenário que tende a reforçar as desigualdades sociais. Dessa forma, o autor percebe na escola uma ferramenta orientada em eliminar e excluir aqueles que não fazem parte de determinado grupo social, quando não compartilham do *habitus* necessário para vigorar naquele ambiente, que é adquirido de forma acumulativa durante sua trajetória de vida. Dessa forma, para além de questões econômicas, Bourdieu (2015) evidencia o peso das desigualdades sociais de outras ordens na trajetória dos estudantes:

Enfim, a eficácia dos fatores sociais de desigualdade é tamanha que a igualização dos meios econômicos poderia ser realizada sem que o sistema universitário deixasse de consagrar as desigualdades pela transformação do privilégio social em dom ou em mérito individual. Ou melhor, realizada a igualdade formal das chances, a escola poderia pôr todas as aparências da legitimidade a serviço da legitimação de privilégios (BOURDIEU, 2015, p.44)

Como exploramos em alguns momentos dessa dissertação, a ampliação do sufrágio e a universalização da educação, para além de um problema pedagógico ou eleitoral, se engendrou na sociedade brasileira e do mundo como uma questão emergente no desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. Não apenas no Brasil, mas em outros lugares do mundo. Como vimos, desde os anos de 1950 diferentes Países vieram a universalizar a educação sobretudo primária e secundária. Bourdieu parte do contexto da França que desde os anos de 1950 vinha garantindo a universalização do ensino secundário, situação semelhante para o País nos anos 2000. Entretanto, a problemática do analfabetismo infere de outras maneiras no contexto europeu, contrastando a realidade sobre a pauta em diferentes escalas. No século XIX, contexto próximo ao evocado pela Lei Saraiva de 1881, a educação era vetada aos escravos e posteriormente agregada separando-a da educação regular, com o desenvolvimento, por exemplo, da “escola nocturna provincial” no sul do país, destinada “especialmente ao ensino das classes menos abastadas privadas de frequentar durante o dia os estabelecimentos de instrução”, como conta no Regulamento para a Escola Nocturna Provincial gaúcha, de 1876. Essas questões e discursos também permeiam o debate em torno da educação no país e nos diferencia do contexto europeu, acirrando em novas problemáticas acerca da exclusão escolar.

O mesmo em relação a consolidação do voto aos analfabetos, que aqui representou a exclusão de uma parcela considerável da população do direito político de voto até 1985, quando a problemática deixa de ser uma situação geral da população brasileira, se orientando principalmente a partir das desigualdades regionais, de gênero, raça e renda. É contrastante também nossos altos índices de analfabetismo ao longo da história do País, imperando até hoje no alto índice de analfabetismo e analfabetismo funcional. Ferraro (2009) evidencia que de 1890 aos anos 2000 houve apenas “um único corte na lentidão da queda da taxa de analfabetismo mais acentuada do que nas décadas anteriores e nas subsequentes”, que foi nas décadas de 1950 e 1960:

Os dados são claros. Considerando aqui a população de 10 anos ou mais, o que é possível a partir do Censo 1940, pode-se facilmente

identificar, na Tabela 4.1 e no Gráfico 4.1, uma aceleração relativamente grande na queda da taxa de analfabetismo na década de 1950/1960. Com efeito, contra uma redução de apenas 5,2 pontos percentuais na década de 1940/1950 (de 56,7% para 51,5%), a década de 1950/1960 apresenta uma redução de 11,8 pontos percentuais na taxa percentual de analfabetismo (de 51,5% para 39,7%): uma redução 2,3 vezes superior à verificada na década anterior (FERRARO, 2009, p.92).

Entretanto, conforme evidencia o autor, o Censo de 1960, em relação aos censos anteriores, teria inovado na pergunta realizada aos entrevistados, modificando-a de “Sabe ler e escrever” para “Sabe ler?”, o que, complementa, torna “impossível definir-se o tamanho da distorção que possa ter resultado desse fato”. O autor chama atenção para a construção do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), uma política nacional desenvolvida na época que visava:

(...) apoiar os estados com vistas à difusão do ensino primário, ficando a cargo da União as despesas com construção de escolas e qualificação dos professores e a cargo dos estados a manutenção do sistema de ensino”. O efeito dessa política se traduziu num aumento notável do número que (s.i.c) prédios escolares, o qual passou de 28.300 em 1946 para 77.000 em 1958 e 98.000 em 1962, com novos aumentos nos anos seguintes. Segundo a autora⁵², esse crescimento foi seguido também de uma melhoria no padrão dos prédios escolares (FERRARO, 2009, p.93).

Dos anos de 1945 à 1964, diferentes pesquisadores situam a experiência política do País em uma primeira experiência democrática com a ampliação dos direitos políticos em um contexto de efervescência política, com uma série de fatores próprios, como o fim do Estado Novo, ampliação dos movimentos sociais e sindicais, reorganização partidária, entre outros. Como exploramos no último trecho do capítulo 1, os anos de 1950 e 1960 foram décadas onde a pauta do voto dos analfabetos reverberou com mais intensidade na imprensa. O mesmo aconteceu nos movimentos sociais daquela época, vários deles diretamente ligados à questão do analfabetismo e da alfabetização (FERRARO, 2009).

⁵² O autor cita: PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos: contribuição para a história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

Em relação a pauta em nível mundial, a UNESCO desde 1946, anuncia Borba (1984), p.29), “pesquisa, ajuda e procura colocar em funcionamento programas de alfabetização” se estabelecendo como uma das “primeiras preocupações” da agência especializada em educação das Nações Unidas (ONU). Além disso, desde a década de 1950 o sistema de ensino de praticamente todo o mundo veio mudando radicalmente, universalizando-se, mas não de forma linear. Em nível nacional, cita Ferraro (2009, p.96-97) houve diferentes políticas e eventos voltados para a educação e alfabetização da população brasileira, entendendo que o analfabetismo incidiu na sociedade brasileira marcando diferenças, sobretudo raciais e regionais⁵³:

Algumas iniciativas sobre educação e analfabetismo no Brasil dos anos de 1950/1960:

1958	Rádio-escola para populações rurais no Rio Grande do Norte
1958	Criação da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA
1960	Surgimento de movimentos de cultura popular em articulação com municípios e com a UNE.
1961	Método Paulo Freire e MEB nacional ⁵⁴
1961	Lançamento de campanhas de alfabetização na cidade de Natal
1962	Criação de um Programa de Emergência para aquele ano sobre educação
1963	I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular
1963	Desde os anos de 1950 o sistema de alfabetização Paulo Freire “vinha sendo desenvolvido em Pernambuco” que inspirou o MEB nacional. Em 1963 Paulo Freire realizou a experiência em Angicos, no Rio Grande do Norte, “experiência que teve repercussão internacional” (FERRARO, 2009, p. 98.

⁵³ Ver também Freire, 1989 que exploramos no capítulo 1.

⁵⁴ O dicionário da FGV aponta como objetivos do MEB: “O objetivo do MEB não era apenas a alfabetização, mas principalmente a mobilização social ou politização, através do conceito de conscientização. O MEB operava nas zonas mais atrasadas e subdesenvolvidas do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de Minas Gerais” (FGV, Movimento de Educação de Base).

Tabela 5: Tabela realizada com base nas iniciativas em educação elencadas por Ferraro (2009, p.98) para as décadas de 1950 e 1960 que também são exploradas por Paiva (1973) e Borba (1984).

Borba (1984)⁵⁵ reflete sobre as causas do analfabetismo elencando o Programa Experimental Mundial de Alfabetização elaborado pela UNESCO em 1964 que foi colocado em prática entre os anos de 1967 e 1973. Desse programa, teriam surgido outras publicações desenvolvidas pela UNESCO que explorou a pauta da alfabetização entendendo seu benefício para além das questões sociais, mas também econômicas. O autor cita as causas apontadas pela UNESCO - a partir do Correio de junho de 1980, ponderando que enquanto parte da população brasileira vivesse “abaixo do teto de subsistência, nenhum programa de educação” teria possibilidade de sucesso, reforçando a partir do documento “a fome, a pobreza, a insuficiência do orçamento para a educação, o isolamento e a alienação cultural” dentre as causas do analfabetismo (BORBA, 1994, p.30). O autor acrescenta ainda que as causas apontadas pela UNESCO seriam ‘epifenômenos’ por fazerem parte de uma causa “mais ampla, que é a dominação, em todos os setores, dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos” (BORBA, 1984, p.32).

Borba (1984) e Ferraro (2009) apontam que “o regime militar reprimiu e destruiu os movimentos sociais e de educação popular dos anos 50 e início dos anos 60” e que, apesar de terem criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), haveria tido o acréscimo no índice de analfabetismo entre os “grupos de escolarização obrigatória (de 7 a 14 anos” evidenciando que o regime não teria alcançado o objetivo de universalização do ensino fundamental, ao qual havia se proposto inicialmente. Ainda assim, o índice de analfabetismo durante o regime militar teria diminuído com base nos dados disponibilizados pelo IBGE e o percentual do PIB dedicado à educação em alguns momentos esteve acima dos períodos anteriores.

⁵⁵ Nota-se que o autor escreve em um contexto que teve profundas mudanças no orçamento destinado à educação, correspondendo a 5,3% do PIB em 1982, quase a metade em relação às décadas anteriores.

Na coluna de opinião de Jarbas Passarinho⁵⁶ especial para a FSP de 10 de janeiro de 1985, o autor relata frustração com relação ao Mobral e expectativas maiores em relação ao analfabeto, entendendo que o ideal seria garantir “a plenitude de sua cidadania”:

Quanto aos analfabetos, o ideal seria que em vez de lhes darmos esta ou aquela migalha, garantíssemos a plenitude de sua cidadania. Deveríamos vencer essa mancha que é a alta taxa de analfabetismo residual que nos coloca muito mal em comparação com outros países. Mas já que fomos frustrados com os resultados do Mobral e ainda parece distante eliminar esse bolsão no quadro educacional brasileiro, justo é proporcionar aos analfabetos o direito ativo do voto, pois o passivo ele só terá quando alfabetizado (FSP, 13 janeiro de 1985, p.4).

Nas páginas do jornal OESP também encontramos críticas em relação ao Mobral em uma reportagem produzida pela Agência Estado do Rio de Janeiro (RJ) intitulada “*Mobral extinto para não aumentar o analfabetismo*” de 23 de novembro de 1985 (p.10). Consta uma entrevista com o na época presidente do Mobral que afirma que “as estatísticas eram instrumentos do governo passado para confirmarem falsamente metas que não tinham sido atingidas” acrescentando ainda que “existe a vontade política de erradicar o analfabetismo no País melhorando a escola básica através de uma agência de educação informal para os que se encontram fora da escola”.

Em nossas análises acerca dos discursos de imprensa sobre o voto dos analfabetos, acabamos agregando uma coluna de opinião, publicada em 11 de maio de 1985, em sessão dedicada aos leitores do jornal por contribuir no desenvolvimento das nossas reflexões sobre esses projetos - Mobral e MEB. Nessa coluna de opinião sob título de “*Educação e Demagogia*” de autoria de Eduardo Maretti, jornalista, que na época trabalhava para a *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* é mencionada uma concepção de demagogismo contrastante, relacionando-a à ênfase dada ao na época Ministro da Educação Marco Maciel ao ensino superior naquele contexto:

A ênfase dada pelo ministro da Educação, ao ensino superior em suas exposições sobre a problemática educacional do País, e em artigo

⁵⁶ Foi um militar e político brasileiro do Estado do Pará. Foi governador, senador, ministro do trabalho, da educação, da previdência social e da justiça entre outros.

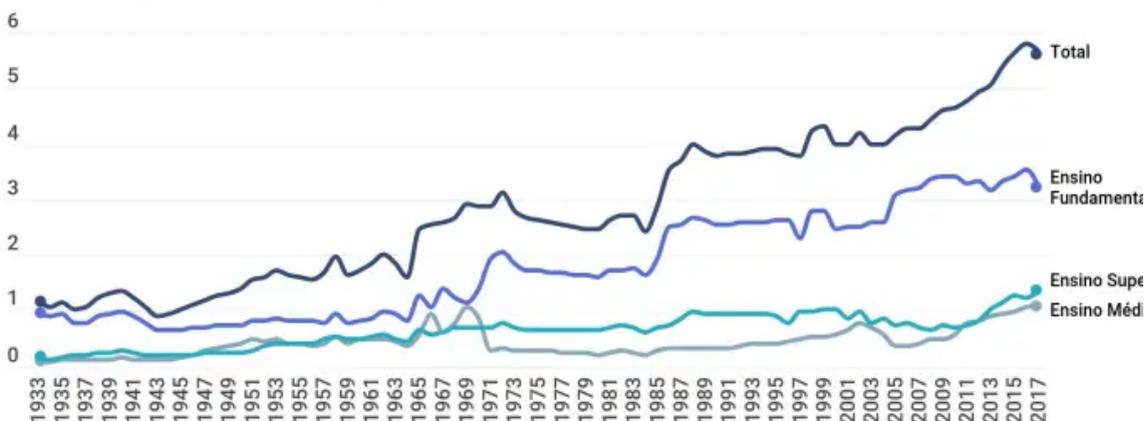
publicado no último dia 8 de maio nesta Folha, não é senão puro exercício de incoerência e demagogia - pois é óbvio que os universitários, e futuros universitários a curto prazo, são um potencial eleitoral muito mais acessível ao sr. Marco Maciel do que as crianças em idade pré-escolar.

Gostaria de acrescentar a matéria do referido ministro "Educação superior, sua reformulação" o seguinte: podemos, agora, também dizer que não haverá nova universidade se não houver novas bases que a sustentem - como dizer? - culturalmente, condições totalmente novas e até, dentro do que se oferece em termos de ensino de 1º grau no País, revolucionárias; para que seja dado às crianças o direito de absorver e produzir a cultura já por demais massacrada deste país, onde a alfabetização se faz por meio de regras e vícios imbecilizantes e desestimuladores (FSP, 11 de maio de 1985, p.).

O autor também constrói uma crítica aos projetos de alfabetização do País, que apreendemos como uma crítica ao caráter ideológico que envolveu esses projetos até os anos de 1990, onde podemos perceber um interesse político-eleitoral pelos novos eleitores alfabetizados. Em um futuro próximo gostaríamos de elaborar um comparativo entre o projeto desenvolvido pelo Movimento Educação de Base (MEB), nacionalizado em 1961, que já vinha sendo operado em algumas regiões do Brasil ao longo dos anos de 1950 e o Movimento Brasil Alfabetizado (MOBRAL) desenvolvido a partir de 1968 durante o regime militar, buscando entender como foi desenvolvido cada um dos projetos, quais seus principais objetivos, semelhanças, diferenças e perspectivas políticas.

Também em referência à questão elencada na coluna, ao pesquisarmos sobre os investimentos em educação nos seus diferentes níveis, nos deparamos com um gráfico divulgado pela *Revista Veja* (ver imagem XX), onde fica evidente o contraste de investimentos entre ensino superior e ensino fundamental durante esse contexto, além do aumento significativo dos investimentos relacionados ao PIB a partir da redemocratização do País:

Figura 3 - Despesa em educação como porcentagem do PIB



Fonte: Fonte: Maduro (2007); FINBRA; SIOPE; Siga Brasil; Portal Transparência; Inep; IBGE. Elaboração Consultoria IDados.

Gráfico 4: Gráfico divulgado pela *Revista Veja* versão online de 17 de setembro de 2019⁵⁷.

O direito político de voto aos analfabetos no País acompanhou a consolidação da universalização do ensino fundamental no País. A conjuntura econômica, política e social vai impactar diretamente no investimento em educação do País. A partir do período de redemocratização os investimentos no ensino fundamental aumentaram, acompanhando a consolidação da sua universalização e o aumento no número de matrículas⁵⁸. Nos anos 2000 é possível perceber um aumento significativo no número de matrículas para o ensino médio⁵⁹. Entretanto, essa universalização se dá na construção de um Estado Democrático de Direito que opera principalmente a partir de dois valores fundamentais e conflitantes: a liberdade e a igualdade. No caso do País, assim como a conjuntura reverberou em longos anos de exclusão da

⁵⁷ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/blog/educacao-em-evidencia/a-evolucao-dos-gastos-com-educacao-no-brasil/> (Acesso em 23/07/2021).

⁵⁸ Em 1991 o número de matrículas no ensino fundamental passou para 25.585.712 conforme Censo Escolar.

⁵⁹ Em 1995 eram 4.210.346 e em 2000 passou para 7.039.529 conforme o Censo Escolar.

maioria da população ao voto e à educação básica, mesmo após a universalização, a escola segue reproduzindo desigualdades de diferentes tipos, instigando novas reflexões:

A escola vive um processo de crise de sua função social na sociedade brasileira. Vários projetos e imaginários convivem num mesmo espaço e cotidiano, especialmente no que se refere a sua tarefa em relação à formação de seus cidadãos. Vivemos ainda o paradoxo de uma instituição que abre suas portas a um contingente populacional jamais visto, mas convive com a precariedade material e pedagógica em muitos casos. Tudo isso implica a necessidade de desacomodação dos mais variados segmentos escolares, no sentido de reconhecer a diversidade, bem como as possibilidades de convivência e de relações interculturais organizadas na valorização das trocas públicas (CAREGNATO; MEINERZ, 2013, p.53).

Em uma reflexão que vai ao encontro a perspectiva paradoxal trazida por Bourdieu (2015) anteriormente, Ferraro (2009, p. 195), pensando a realidade brasileira, entende que é necessário para além à universalização do ensino, superar a lógica de exclusão das camadas populares e a reprodução das desigualdades educacionais, que acrescentaríamos ainda, na problemática da evasão:

Por último, importa lembrar o papel da escola na produção do analfabetismo. Não basta superar a exclusão da escola mediante a expansão e até universalização do acesso. Importa transformar a lógica de exclusão que historicamente veio regendo o processo de escolarização das camadas populares. A forte expansão do acesso à escola no quinquênio 1991 a 1996 fez-se acompanhar de uma intensificação da exclusão na escola, através do agravamento da reprovação e da repetência precisamente nas idades de passagem da primeira para a segunda série (8 anos) e de conclusão do ensino fundamental e realização do ensino médio (13 a 17 anos) (...) o tema do analfabetismo continuará a requerer a nossa atenção por um longo período, cujo termino se mantém imprevisível (FERRARO, 2009, p.195).

Ainda que a universalização da educação esteja imbricada nas relações entre igualdade e liberdade das sociedades democráticas, não desconsideramos o avanço nos esforços nacionais e mundiais na procura pela expansão do ensino. A educação anteriormente à sua universalização marcava

privilégios a partir dos títulos escolares e condenava a maioria da população à exclusão sobre a comunicação escrita, que rege as sociedades letradas. Entretanto, ainda são vários os caminhos a percorrer por uma formação de base suficiente para que os *cidadãos* possam estar minimamente preparados para os desafios que irão enfrentar. No que se refere ao sistema eleitoral brasileiro, a mesma situação é evidenciada, quando as decisões muitas vezes são tomadas a partir de questões vagas, corriqueiras ou duvidosas, como mitos de que o voto nulo iria cancelar a eleição, da abstenção ou do voto na pior opção possível como forma de revolta, da não valorização do voto, da negação da política, entre outros obstáculos que é preciso superar.

A redemocratização constrói um contorno ao estabelecer uma transição lenta e controlada do regime militar para o regime democrático, hierarquizando pautas e atuando em conjunto à diferentes conflitos e relações de poder na dinâmica que envolve o mundo social, com seus diferentes campos e agentes, no restabelecimento do Estado Democrático de Direito e na construção da democracia representativa e de tudo que ela envolve. O voto dos analfabetos emergiu nesse contexto principalmente em torno de questões de legitimidade e autoridade, ainda que não tenham sido desenvolvidas de forma linear. Não entendemos nenhum processo como sendo capaz de romper de fato com questões históricas imbricadas na sociedade, configurando um contexto de mudanças, mas também de profundas conservações em um cenário que valores conflitantes atuam em perene disputa.

A democratização do país não resolveu o problema apresentado por Bourdieu (2007, 2014, 2015) sobre o processo de dominação social, com mecanismos que operam na manutenção das diferenças culturais. Ao mesmo tempo em que se consolida o direito político de voto ao analfabeto, não são instituídas ferramentas que garantam a sua representação, provocando a sua exclusão ao direito à fala legítima. Faltam ainda muitos esforços para que a minimização das desigualdades e a educação caminhem juntas, ainda que historicamente nunca nos atemos tanto a diferentes elaborações sobre a igualdade de direitos e oportunidades. Como vimos a partir de Bourdieu (2012),

a escola atua enquanto mecanismo de exclusão escolar e social, para além das questões próprias do capitalismo periférico. A desigualdade e as diferenças ainda marcam o mundo social, do acesso à educação à representatividade nos espaços institucionais. No Brasil ainda há poucos espaços para o desenvolvimento da cidadania ativa, para além do direito político do voto, ao mesmo tempo em que o sistema partidário e a escola vem a cada dia alargando sua crise na sociedade brasileira, contornando novos desafios na problemática de relações entre indivíduo e Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Constituição de 1824, diferentes legislações se preocuparam em definir e qualificar o eleitorado, atuando enquanto ferramentas na conservação do *status quo*, combatendo a ampliação do eleitorado brasileiro, que por longos anos excluiu boa parte da sua população, qualificando os indivíduos para possibilidade ou não do exercício do voto. Em 1881, com a Lei Saraiva, as normativas se deram em torno da exigência do voto letrado, inaugurando uma condição que se perpetuou por 104 anos. Essa exclusão se associou às relações entre indivíduo e Estado, provocando diferentes reações entre as tendências políticas que estavam em jogo, legitimando através de discursos, carregados de simbolismos, que estigmatizaram o analfabeto como incapaz na busca, sobretudo, pela conservação do cenário político vigente. Ainda que desde 1881, diferentes discursos tenham se pautado em defender a sua inclusão, foi somente em 1985, a partir da Emenda Constitucional nº 25, na transição entre o regime militar para o regime democrático, que o voto do analfabeto foi restabelecido.

Durante o regime militar do país, os movimentos sociais que reivindicavam desde a década de 1950 e 1960 o combate ao analfabetismo e o voto do analfabeto foram duramente perseguidos e, conseqüentemente, a pauta também não tinha mais forças para retornar ao cenário institucional. Com a crise do regime militar e a transição para o regime democrático, a pauta ressurgiu atrelada à legitimidade sobre esse processo, garantindo a ampliação do sufrágio universal. Na imprensa, na análise de discurso realizada, não identificamos um pensamento hegemônico sobre a pauta, pelo contrário, emergiram diferentes embates e tensões a respeito do voto do analfabeto.

Em um primeiro momento da nossa análise, buscando aproximar nossas fontes de pesquisa orientadas pelas menções ao “voto do analfabeto” nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, procuramos identificar os principais argumentos e elaborações em torno do desenvolvimento e

aprovação da pauta no cenário institucional. Essas elaborações se associaram sobretudo às políticas que estavam em curso na época e não por acaso foram consideradas no nosso recorte: em 1981 com as reformas promovidas pelo PMDB, que visava a aprovação de diferentes políticas, dentre elas, o voto dos analfabetos e em 1985 em torno da Emenda Constitucional nº25.

Nessa aproximação entre as fontes nos orientamos em elencar as construções simbólicas comuns, favoráveis ou não explicitamente contrárias ao voto do analfabeto, nos diferentes discursos encontrados em ambas as fontes nas datas analisadas - 1981 e 1985. Esses discursos elencaram em muitos momentos o entendimento de que os meios de comunicação viriam a fazer o papel de informar sobre o sistema eleitoral, o que identificamos como relacionado às transformações que estavam ocorrendo nas relações de poder entre os diferentes campos na transição entre os regimes, quando a imprensa se propõe à uma “função institucional”, ancorada na associação com a imparcialidade, assumindo um papel de “moderadora” do cenário institucional, fazendo a mediação também entre eleitor e representante, entre informação e sistema eleitoral.

Outro significado explorado para a pauta foi a sua definição em caráter de legitimidade sobre o processo de transição entre os regimes, na construção do Estado Democrático de Direito, se relacionando aos avanços na cidadania, à legitimidade sobre a democracia ou, ainda, sobre a Constituinte. É um contexto que exigiu mudanças e que entendeu o voto do analfabeto atrelado à soberania popular e à ampliação do sufrágio universal. Nesse sentido, também foi reivindicada pelos movimentos sociais da época, se relacionando ao movimento de ampliação democrática, ao sindicalismo e ao trabalhismo nos discursos encontrados em nossas fontes. Outra relação que encontramos foi a que se preocupou com questões que ultrapassam as legislações, preocupados com a logística sobre o processo eleitoral, quando o sistema eleitoral brasileiro era regido fundamentalmente por letras, quando candidatos e partidos não eram ainda identificados por numerais. Essa situação provocou mudanças

significativas incentivando a sua informatização e construindo outras formas de identificação, como símbolos, números, bandeira e cores.

Essa nova relação com os sistemas de identificação tiveram impacto sobre as disputas eleitorais, que passaram a dar significado à escolha pelas cores de campanha, pelas cores da bandeira de partidos, interferindo no debate político do cenário eleitoral naquele e em momentos posteriores. A campanha de Fernando Collor de Mello, em 1989, por exemplo, evidenciou essa relação, na ênfase pela questão nacional, desde o nome do seu partido - Partido da Renovação Nacional (PRN), às cores escolhidas para campanha eleitoral e para a bandeira e símbolo de seu partido. Além disso, a campanha na época se utilizou em peso dessa relação, propondo a construção de que seu opositor, “da bandeira vermelha comunista” - Luís Inácio Lula da Silva, como apátrida, enquanto Collor defenderia e representaria as verdadeiras expectativas da população.

Outro discurso que analisamos foi aquele que era favorável ou neutro ao voto dos analfabetos, entendendo que essa política deveria ser desenvolvida primeiramente a nível municipal. Essa proposta foi primeiramente acionada por Castelo Branco no início do regime militar, quando ainda era tênue a significação sobre o processo como “golpe” ou “revolução”, construindo-se em meio a disputas e conflitos. Em contexto anterior, as Reformas de Base de João Goulart propunha o voto dos analfabetos, mas fora duramente combatida naquele contexto, sobretudo com a pressão pela sua renúncia. Em contrapartida surge no regime militar a proposta de conceber o direito, limitando-o ao nível municipal, o que também não procede naquele momento. Entretanto, o voto dos analfabetos foi consolidado em 1985 e as eleições de 1986 não garantiram a escolha direta para presidente da República, que só foi acontecer em 1989. Logo, a proposta acabou acontecendo como havia previsto Castelo Branco, e depois, como reforçou Tancredo Neves em suas projeções para o restabelecimento do governo civil, em um primeiro experimento, a nível municipal.

Em vários momentos são sugeridas maneiras de lidar com o voto dos analfabetos, não se resumindo à projeção de um primeiro experimento a nível municipal. Também identificamos propostas de vincular o voto do analfabeto ao sindicalismo, só liberando o direito de votar para os que estivessem sindicalizados. Essa proposta vai de encontro às construções que procuraram alguma tutela sobre a decisão política do eleitor analfabeto, como em parte sugeriu alguns discursos ao indicar a suficiência dos meios de comunicação. Outra argumentação sugeriu o controle sobre o voto do analfabeto limitando-o ao voto na legenda, com um único voto para todos os cargos em disputa. Por isso, entendemos que a pauta se associou a temas clássicos da discussão sobre o acesso ao voto e enquanto problemática de Estado, sobretudo democrático, na medida em que teria de convergir ideais de liberdade e igualdade, garantindo um mínimo controle sobre o cenário eleitoral e sobre as decisões políticas desse novo contingente de novos eleitores, ao mesmo tempo em que ampliaria o sufrágio universal na construção da soberania popular, provocando a discussão sobre a competência desse novo eleitorado e dos perigos sistêmicos derivados de sua expansão.

Ambos os jornais se preocuparam em trazer as diferentes perspectivas a respeito da pauta durante o período que analisamos, com diferentes pesos, ênfases e abordagens em suas elaborações, sugerindo um posicionamento limiar do nosso objeto de estudo entre duas principais concepções sobre a política que estava em curso, de um lado, atrelada à *soberania popular* e de outro à *demagogia*. O que percebemos ao analisar os discursos de ambos os jornais é que o OESP estaria mais inclinado a divulgar esse processo atentando aos *perigos da demagogia*, enquanto a FSP estaria mais inclinada a divulgar a importância da pauta, mais alinhada aos critérios de soberania popular, de ampliação do sufrágio universal. Entretanto, ambas as perspectivas, tanto a que atenta aos perigos da demagogia, quanto a da soberania popular, impactaram sobre o cenário institucional, a partir da construção simbólica com elaborações e racionalizações sobre a pauta no campo de produção ideológica, resultando na configuração singular da CF de

1988, que ao mesmo tempo em que garante direitos iguais a todos os cidadãos, também consolida o voto do analfabeto de forma facultativa e não permite sua elegibilidade.

Em relação aos argumentos contrários à pauta encontrados, durante nossa análise, encontramos a mobilização de alguns pressupostos, entre eles, que citamos acima, do analfabeto entendido como um perigo, enquanto sujeito que viria a aderir aos discursos demagógicos, servindo como “massas de manobra” e atendendo aos discursos considerados “extremistas”. Essa concepção se relaciona ao debate promovido pelo liberalismo do século XIX que procurou criticar a concepção de soberania popular desenvolvida por Rousseau, calcada na vontade geral em defesa da democracia representativa, em parte na compreensão de que uns estariam mais aptos a representar, quando o povo não conseguiria por si só, se relacionando ao estado de natureza selvagem proposto por Hobbes e posteriormente elencando a problemática trazida por Alexis de Tocqueville sobre a tirania da maioria. Essas elaborações também suscitaram a categorização do eleitorado em dois tipos, o que nos remete às “soluções” construídas na CF de 1988 para o voto dos analfabetos, em meio a luta simbólica sobre o significado dessa política, entre soberania popular e demagogismo.

Identificamos essas construções em torno de diferentes concepções de liberalismo, entendendo que a passagem do Estado Liberal de Direito pro Estado Democrático de Direito não se deu de forma linear, mas permeada por conflitos, principalmente em relação à ampliação do sufrágio, na tensão entre princípios fundamentais do liberalismo, de igualdade e liberdade. Esses valores atuam em constante tensão na nossa sociedade, na medida em que não são totalmente convergentes, ainda que hoje aparentem ser indissociáveis. Por isso, de forma breve, pois também se relaciona ao debate que trazemos no último capítulo, compreendemos as construções em torno da política como demagogismo relacionando-se com um liberalismo conservador, que enfatizou a liberdade em detrimento da igualdade, enquanto o discurso que entendia

como avanço na cidadania e legitimidade democrática se estabeleceria em um liberalismo radical, que enfatizou a igualdade em detrimento da liberdade.

Os argumentos contrários também elencaram que o voto dos analfabetos poderia trazer mudanças ruins para o cenário político, o que associamos a tendência dos eleitos em não querer modificar o cenário que os elegeram, principalmente quando parte desses discursos se associaram a falas dos políticos daquele contexto. Também relacionamos as reflexões elaboradas no século XIX em defesa da democracia representativa e do governo dos mais aptos. Por fim, sobre os discursos contrários, havia o que entendia que conceder-lhes o direito de voto seria condená-los ou estimulá-los ao analfabetismo, quando não haveriam motivos para quererem aprender a ler, ou que não haveria mais esforços políticos para combater o analfabetismo.

Uma dessas concepções emerge do estigma de que o analfabetismo se devia a causas individuais, culpando o analfabeto pela sua situação. De outro lado, também se associou às justificativas elencadas nos anos de 1960, quando a pauta não é aprovada no cenário institucional. Ainda que não tenhamos nos debruçado sobre a análise de discursos daquele contexto, sabemos que umas das justificativas elencadas e que inclusive serviu de motivação para a criação do Movimento Brasileiro de Educação - Mobral, desenvolvido no regime militar, foi que a ideia de que primeiro se deveria combater o analfabetismo, antes de pensar na ampliação do voto. Contudo, os índices de analfabetismo daquele contexto não sofreram reduções significativas e somente a partir do contexto de redemocratização do país, a educação, sobretudo o ensino fundamental, passou a receber maiores recursos e projetos, universalizando seu acesso na sociedade brasileira.

Buscaremos dar prosseguimento a essa pesquisa no estudo sobre esses diferentes projetos que foram desenvolvidos que se justificaram em torno do combate ao analfabetismo entre as décadas de 1950 e 1980, sobretudo relacionados ao Movimento de Educação Brasileira - MEB e ao Movimento Brasileiro de Educação - Mobral em comparação também a outros,

desenvolvidos a partir dos anos de 1990. Até hoje são desenvolvidos diferentes projetos governamentais preocupados com a problemática do analfabetismo no país, evidenciando os altos índices históricos do país sobre a questão do analfabetismo, ainda que hoje os índices sejam muito menores. Também consideramos explorar os discursos sobre o voto dos analfabetos na imprensa em outros contextos, assim como os discursos de parlamentares e elaborações dos movimentos sociais que pressionaram sobre essa pauta.

Percebemos que a ampliação do eleitorado a partir dos anos de 1980 acompanhou outras questões e problemáticas, para além ao sistema eleitoral brasileiro. De um lado, o voto do analfabeto foi consolidado, provocando mudanças na educação, sobretudo no ensino fundamental, ampliando seu acesso. E de outro, novos eleitores passaram a integrar o eleitorado do país, o que não acompanhou sua representatividade no cenário político, quando há uma profunda assimetria entre a variedade do eleitorado e eleitos. Por fim, a pauta do voto do analfabeto se construiu enquanto um importante avanço na inclusão e ampliação do eleitorado, com a democratização do país, mas ainda são muitos os desafios para resolvermos o problema bourdieuano dos mecanismos de inferioridade cultural que são mecanismos de dominação social.

Não queremos aqui construir uma dicotomia entre educação e voto, mas explicitar os longos anos de exclusão da população mais pobre do acesso à participação política e também a educação de qualidade. O analfabeto ganha direito ao voto, mas entra em um sistema político-representativo no qual praticamente não tem direito à fala legítima, devido à sua desapropriação em termos de construção de um discurso politicamente “competente” ou performático. Ao mesmo tempo, a educação no país ainda é marcada pela divisão entre uma educação para ricos e outra para pobres, quando há a precarização da escola pública. Em outras palavras, a “verdadeira” democratização política não está apenas na democratização do voto, mas, acima de tudo, na democratização do acesso a um ensino de qualidade, que

procure superar as discrepâncias de oportunidades dos estudantes em relação a sua origem social.

5 ANEXOS:

Tabela com as fontes citadas

Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo (1981-1985)

DATA E TIPO	MANCHETE E PÁGINA	AUTOR/JORNAL
27/09/1981 (artigo)	O problema do voto dos analfabetos (p.53)	Augusto Queiroz da Fonseca Machado / OESP
19/10/1981 (coluna)	Casuísmos e o fio de barba (p.2)	R.M.S. / FSP
10/01/1985 (coluna)	Nova circunstâncias da constituinte (p.4)	Jarbas Passarinho / FSP
13/01/1985 (reportagem)	A nova consciência em torno do voto constituinte (p.4)	Equipe de reportagem / FSP
13/01/1985 (coluna)	O voto facultativo no debate constitucional (p.4)	Boris Cosoy / FSP
12/04/1985 (editorial)	Os primeiros casuísmos (p.3)	Editorial / OESP
12/04/1985 (reportagem)	Analfabetos Facultativos (p.3)	Agência Estado / OESP
22/04/1985 (entrevista)	Entrevista Tancredo Neves (p.10)	Boris Cosoy / FSP
30/04/1985 (editorial)	A mensagem de Tancredo Neves (p.3)	Editorial / OESP

30/04/1985 (notícia)	Sarney vai definindo o programa político (p.3)	Notícia / OESP
10/05/1985 (reportagem)	Mais de 17 milhões vão votar (p.4)	Agência Estado / OESP
11/05/1985 (coluna)	Educação e Demagogia (p.3)	Eduardo Maretti / FSP
11/05/1985 (coluna)	Constituinte - o como, pressuposto do quando (p.3)	Marcos Freire / FSP
11/05/1985 (coluna)	Constituinte e Diretas em 86 (p.3)	Adhemar de Barros Filho (empresário e político) / FSP
19/05/1985 (charge)	Os grandes baratos (p.76)	Jô Soares / FSP
19/05/1991(coluna)	Todo mundo votando (p.76)	Jô Soares / FSP
19/05/1985 (reportagem e charge)	O regulamento do voto do analfabeto preocupa (p.7)	Agência Estado / OESP
21/06/1985 (carta do leitor)	O voto do analfabeto (p.2)	Presidente de Diretório Acadêmico / OESP
21/06/1985 (carta do leitor)	Por honra ao bastão que admira (p.2)	Nailsen Gondim / OESP

30/11/1985 (coluna)	Representação popular ou representação de interesses	Rodrigo de Mesquita / OESP
23/11/1985 (reportagem)	Mobral extinto para não aumentar o analfabetismo (p.10)	Agência Estado / OESP

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Luciano Arone de; SILVEIRA, Helder Gordim da (org). **De Vargas aos militares**: Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ADAMS, John. **A Defence of the Constitutions of Government of the United States of America**, Vol.3. Londres, 1788.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **As três faces do quarto poder**. XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.

_____. **Um outro 'quarto poder'**: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo*, n. 4, 2000, p.23-57.

_____. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu** (PUCRJ), v. 20, 2010, p.100-115.

_____.; HOLZBACH, A. D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, vol. 5, n. 14, nov. 2008, p. 149-170.

ANDERSON, Perry. **As Afinidades de Norberto Bobbio**. *Novos Estudos Cebrap*, nº 24, 1989.

ALEIXO, José Carlos B. **O voto do analfabeto**. Rio de Janeiro, *Revista de Ciência Política* 26 (1): jan/abr, 1983, p 11-21.

_____.; KRAMER, Paulo. **Os analfabetos e o voto**: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. *Senatus*, Brasília, v.8, n. 2, out. 2010, p.68-79.

ALENCAR, José de. Do voto. In: CANEDO, Letícia Bicalho. **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Forense Universitária: São Paulo, 1981.

_____. **Origens do Totalitarismo:** Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Entre o passado e o futuro.** Editora Perspectiva: São Paulo, 1979.

AVITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma Política no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011 [1977].

BATISTELLA, Alessandro. Reflexões acerca do conceito de populismo. In: DOMINGOS, C. S. et al. **Capítulos de História Política:** Fontes, Objetos e Abordagens. Passo Fundo, RS: Acervos Editora, 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGAMO, Alexandre. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. **Mana** – Estudos de Antropologia Social, v. 17, n. 2, p. 233-269, 2011.

BERGAMO, Alexandre. “Antigos” e “novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 19 - N ° 45 - Mai./Ago. de 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N. **Dicionário de Política.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. **Direita e Esquerda.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. **Igualdade e Liberdade.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

_____. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

BONIFÁCIO O MOÇO, José, **Perfis Parlamentares**, nº13. Francisco de Assis Barbosa (org.). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

BORBA, Sérgio da Costa. **A problemática do analfabetismo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Schwarz, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo, Edusp, 2007.

_____. **A Misérias do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2015.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BUENO, Eduardo. Das direta a Sarney. In: **Brasil**: uma História: cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012, p. 432-445.

BUENO, Roberto. O autoritarismo brasileiro e as vias conservadoras em Francisco Campos, Oliveira Viana e o Estado Novo. **RIL Brasília** a. 53 n. 210 abr./jun. 2016. p. 25-41.

CAMARÃO, Paulo. **O voto informatizado**: legitimidade democrática. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

CASSIMIRO, Paulo Henrique P. O Liberalismo Político e a República dos Modernos: a crítica de Benjamin Constant ao conceito rousseauiano de soberania popular. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 249-286.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Mensagem CN-5, de 1964. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília. Ano XIX, nº13, quinta-feira, 25 de junho de 1964. p.244.

CAREGNATO, Célia Elizabete; MEINERZ, Carla Beatriz. Capítulo II: Educar para a diversidade: viver diferenças e tensionar desigualdades na escola. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; CAREGNATO, Célia Elizabete (org). **Diversidade Cultural: Viver Diferenças e Enfrentar Desigualdades na Educação**. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Apresentação. In: CANEDO, Letícia Bicalho. **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CONSTANT, Benjamin. **Da Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos**. São Paulo, SP: Edipro, 2019.

DIAS DUARTE, João de Azevedo. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. **História da Historiografia**. Ouro Preto, nº8, abril de 2012. p.70-90.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERRARO, A. R.; LEÃO, M. Dos argumentos invocados pelos liberais para a exclusão dos analfabetos do Direito de voto. **Educação Unisinos** 16(3):241-250, setembro/dezembro, São Leopoldo, 2012.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. - 2. ed, rev. e alt. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias e até os Severinos**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GARRIGOU, Alain. O rascunho do sufrágio universal: arqueologia. In: CANEDO, Letícia Bicalho. **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

GENTILE, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.92-110

GOMES, Ângela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p.31-58.

GOULART, João. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. p.439-440.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, p. 67-92, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **O Brasil monárquico**: do Império a República. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Contribuição à Semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e democracia: indeterminação e representatividade da representação. **Revista Compolítica**, v. 4, p. 27-58, 2014.

LAZARTE ROJAS, Jorge. La votación y el voto de los analfabetos, **Tratado de derecho electoral comparado de América Latina**, Dieter Nohlen et. al. (comps). México: FCE, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Internacional IDEA, Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, Instituto Federal Electoral, 2007, p.929-951.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1993.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): O analfabetismo é um problema nacional. **IX ANPED Sul 2012**: Seminário de pesquisa em educação da Região Sul, Caxias do Sul, 2012.

LIMA, Venício A. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LISBOA, José da Silva. **Princípios de economia política**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956 [1804].

LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. São Paulo, Martins Fontes: 1998.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2010a.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento. **Tese de Doutorado** – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2010.

_____. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)**: conflito entre projetos de desenvolvimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

_____. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, C. S. et al. **Capítulos de História Política: Fontes, Objetos e Abordagens**. Passo Fundo, RS: Acervos Editora, 2018.

_____. A imprensa como construção imaginária: a pretensão a uma “função institucional” no discurso editorial da Folha e do Estadão (1993). In: DOMINGOS, C. S. et al. **Capítulos de História Política: Problemas e Estudos**. Passo Fundo, RS: Acervos Editora, 2020.

MAZZIONI, Lizeu; TREVISOL, Joviles Vitório. A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho. **Roteiro**, vol. 43, Esp., pp. 13-46, Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-182, summer 1972.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária brasileira: 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Nº 55-56, São Paulo, 2002. p.155-184.

MÓNICA, Maria Filomena. **Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-1939)**. *Análise Social*, vol, XIII (50), 1977-2º, p. 321-353.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**. Porto Alegre, PUCRS, nº 37, março de 1999, p. 7-32.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

_____. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2012.

SÁ, Antônio Álvaro. *Jornal Nacional - Ideologia e Discurso*. In: NETO, A. F.; BRAGA, J. L.; PORTO, S. D. (org). **Brasil, Comunicação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro, RJ: Diadorim Editora Ltda, 1994, p. 309-327.

NIEMIETZ, César. *Redemocratização e imprensa no Brasil: o caso paulista*. **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS**. Sergipe: UFS, 2016.

OLIVEIRA, Augusto N. C. de. *Desigualdades da política no Brasil: representação descritiva na eleição de 2014 para a Câmara dos Deputados*. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, dezembro, 2015, p.235-261.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. **Populações Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**.13. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2020.

PEIXOTO, Fernanda. *Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil*. **Projeto "Política, mídia e meios de comunicação de massa"**. Coordenação: Teresa Caldeira. Fundação Ford/Cebrap, 1992/1993.

PORTO, Walter Costa. **O Voto no Brasil: Da Colônia à 6ª República**. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros LTDA, 2002 [1989].

RICUPERO, Bernardo. *A Crítica da Cópia em Oliveira Vianna*. ABREU,L.A.; SILVEIRA, H.G. (org). **De Vargas aos militares: Autoritarismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

RODRIGUES, Marly. **A década de 1980**. Brasil: quando a multidão voltou às ruas. São Paulo: Ática, 1999.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *A Influência de Guizot no Liberalismo Conservador Brasileiro do Século XIX*. **Revista Liberdade e Cidadania** - Ano IV - n 25 - outubro/dezembro, 2011, p.1-14.

ROSANVALLON, Pierre. **El momento Guizot**. El liberalismo doctrinario entre la Restauración y la Revolución de 1848. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2015.

RUBIM, A. A. C.; COLLING, L.. Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura. In: **Diálogos de la Comunicación**, n69. Lima, 2004. p.74-87.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Mídia e Eleições 98**. Salvador: Edições FACOM, 2000.

_____; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós ditadura. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 169-189, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**. Nº 13 – outubro de 2008. p.279-309.

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Revista Educação & Sociedade**, v.23, nº 81. SP, Cortez; Campinas, dez, 2002 p. 273-290.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades e heranças da ditadura militar. In: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 478-484.

SCHWARCZ, Lília M. **Velha figura, nova roupagem**. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 abr. 1985. Folhetim, p. B 11.

SEINO, E. ALGARVE, G. GOBBO, J C. Abertura política e redemocratização brasileira. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 31-42, 2013.

SILVA, Rose Neubauer. Educação de Primeiro Grau: O não direito do não cidadão. In: SILVA, R.N; ESPOSITO, Y.L. **Analfabetismo e subescolarização: ainda um desafio**. São Paulo, SP: Cortez Editora e Editora Autores Associados, 1991.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles*. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. São Paulo: Edusp, 1987.

UNESCO. **Concentration of media ownership and freedom of expression: global standards and implications for the Americas**. Montevideo: UNESCO, 2017.

UNESCO. **Concentración de medios y libertad de expresión: Normas globales y consecuencias para las Américas**. Montevideo: UNESCO, 2017.

VISCARDI, Carla Maria R. Voto, representação política e soberania popular na república brasileira. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.41, n.1, jan.-jun, 2015, p. 14-39.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WELTMAN, Fernando Lattman et. al. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. O papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WERNECK VIANNA, L. Revolução passiva e república. In: **A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/ Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. **Travessia da abertura à Constituinte 1986**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

ZAJACZKOWSKI, Jéssica S. **Evasão no curso de Ciências Sociais: um balanço crítico do debate**. Trabalho de conclusão de curso. Ciências Sociais, FFCH - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2019.